

Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais

31 de março de 2026
Com Relatório do Auditor Independente



Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	13
Demonstrações do valor adicionado.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas e individuais	15
Relatório da Administração.....	54
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente.....	75
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM).....	76
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não).....	77
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	78
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	79



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais

**Aos Administradores e Acionistas do
CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A.**
Piracicaba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A. (“Companhia”), e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial consolidado e individual em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações consolidadas e individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada e individual do CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A. e sua controlada em 31 de março de 2026, o desempenho consolidado e individual de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Intangíveis – Gastos com desenvolvimentos

Veja a Nota 6.e) e 15 das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Principal assunto de auditoria

A Companhia registra no ativo intangível os gastos incorridos em conexão com o desenvolvimento e aprimoramento de novos produtos. A determinação da natureza dos gastos com desenvolvimento que podem ser capitalizados, de acordo com os requisitos do IAS 38/CPC 4 – Ativo intangível, envolve julgamentos significativos, quanto à viabilidade técnica e econômica dos projetos, bem como à expectativa de geração de benefícios econômicos futuros. Em função dos julgamentos significativos, descritos acima, os critérios para a capitalização de gastos com desenvolvimento registrados no ativo intangível, adotados pela Companhia, foram considerados relevantes para a nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- A avaliação do desenho operacional dos controles internos implementados pela Companhia sobre a capitalização de gastos com desenvolvimento;
- A avaliação dos critérios para capitalização de gastos com desenvolvimento;
- Teste amostral das adições de intangível para validação da existência e avaliação da natureza dos gastos e aplicação dos critérios de capitalização; e
- A avaliação da análise da Companhia sobre a viabilidade comercial e tecnológica dos ativos em desenvolvimento.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios para capitalização de gastos com desenvolvimento, adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, consolidado e individual, em 31 de março de 2025 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 22 de maio de 2025 sem modificações.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de *IFRS Accounting Standards*, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas e individuais tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e individuais e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório como parte do nosso trabalho de auditoria das demonstrações financeiras.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas e individuais

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas e individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 27 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

DocuSigned by
Giovani Ricardo Pigatto
Signed by: GIOVANI RICARDO PIGATTO 1920682871
CPF: 1920682871
Signing Time: 23/05/2025 10:34:11 BRT
O: KPMG Brasil CIA. Presencial
C: BR
Email: AC_CertSign@KPMG.COM
028194485C3449D...

Balanços Patrimoniais
31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Caixa e equivalentes de caixa	8	327.031	324.775	326.791	324.535
Aplicações financeiras	8	354.358	304.617	354.358	304.617
Contas a receber	9	6.287	9.857	6.287	9.857
Estoques		22.599	9.377	22.599	9.377
Impostos a recuperar		8.284	27.305	8.284	27.305
Outros ativos	10	10.378	8.295	10.023	7.747
Total do ativo circulante		728.937	684.226	728.342	683.438
Contas a receber	9	24.246	23.921	24.246	23.921
Outros ativos	10	11.581	9.887	11.581	9.887
Depósitos judiciais	19	993	1.186	993	1.186
Impostos a recuperar		10.925	5.047	10.925	5.047
Ativo fiscal diferido	11	27.642	28.362	27.642	28.362
Total do realizável longo prazo		75.387	68.403	75.387	68.403
Investimentos	12	-	-	1.314	2.221
Imobilizado	13	250.751	133.082	249.668	131.239
Direito de uso	14	36.375	35.526	32.461	33.336
Intangível	15	628.076	526.700	627.925	526.526
Total do ativo não circulante		990.589	763.711	986.755	761.725
Total do ativo		1.719.526	1.447.937	1.715.097	1.445.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Balanços Patrimoniais
31 de março de 2026 e 2025
 (Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Fornecedores	16	49.558	24.491	48.566	23.463
Obrigações com arrendamentos	14	13.060	11.395	11.897	9.984
Financiamentos	17	749	665	749	665
Impostos e contribuições a recolher		2.911	1.344	2.911	1.344
Salários, férias e encargos	18	53.233	46.953	52.635	46.290
Dividendos a pagar	27	46.684	36.765	46.684	36.765
Provisão benefícios pós-emprego	20	914	957	914	957
Outras contas a pagar		1.248	1.260	2.580	2.445
Total do passivo circulante		168.357	123.830	166.936	121.913
Obrigações com arrendamentos	14	23.648	23.755	20.640	22.898
Financiamentos	17	178.982	134.767	178.982	134.767
Provisão benefícios pós-emprego	20	6.349	5.889	6.349	5.889
Receita diferida de subvenções	21	54.733	32.877	54.733	32.877
Provisão para processos judiciais	19	364	650	364	650
Total do passivo não circulante		264.076	197.938	261.068	197.081
Total do passivo		432.433	321.768	428.004	318.994
	22				
Capital social		812.203	562.203	812.203	562.203
Reserva de capital		22.048	17.918	22.048	17.918
Reserva legal		46.028	35.204	46.028	35.204
Reserva de incentivo fiscal		48.436	23.571	48.436	23.571
Reserva de integralidade do patrimônio líquido		355.818	484.561	355.818	484.561
Outros resultados abrangentes		2.560	2.712	2.560	2.712
Total do patrimônio líquido		1.287.093	1.126.169	1.287.093	1.126.169
Total do passivo e patrimônio líquido		1.719.526	1.447.937	1.715.097	1.445.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Receita operacional líquida	23	470.580	422.648	470.580	422.648
Custo de pesquisa e serviços prestados	24	(156.249)	(139.293)	(153.211)	(135.641)
Lucro bruto		314.331	283.355	317.369	287.007
Despesas administrativas e com vendas	24	(142.903)	(126.874)	(142.903)	(126.874)
Resultado de equivalência patrimonial	12	-	-	(5.894)	(5.846)
Perdas esperadas com créditos	24	(8.054)	(7.850)	(8.054)	(7.850)
Outras receitas (despesas) operacionais	24	7.138	(15.795)	9.663	(13.937)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		170.512	132.836	170.181	132.500
Receitas financeiras	25	98.646	65.785	98.646	65.782
Despesas financeiras	25	(17.501)	(12.113)	(17.170)	(11.774)
Variações cambiais, líquida	25	(200)	(124)	(200)	(124)
Financeiras líquidas	25	80.945	53.548	81.276	53.884
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		251.457	186.384	251.457	186.384
Imposto de renda e contribuição social:					
Diferidos	11	(720)	(433)	(720)	(433)
Corrente	11	(34.263)	(10.274)	(34.263)	(10.274)
Lucro líquido do exercício		216.474	175.677	216.474	175.677
Lucro por ação	22				
Lucro básico do exercício atribuível a acionistas controladores					
detentores de ações ordinárias		0,6749	0,5477	0,6749	0,5477
Lucro diluído do exercício atribuível a acionistas controladores					
detentores de ações ordinárias		0,6715	0,5453	0,6715	0,5453

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Consolidado e controladora	
	2026	2025
Lucro líquido do exercício	216.474	175.677
Resultado abrangente:		
Itens que são ou podem ser reclassificados para o resultado:		
Efeito de conversão de moeda estrangeira	(249)	477
Perdas atuariais com plano de benefícios definidos	97	342
	(152)	819
Total do resultado abrangente do exercício	216.322	176.496

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Reserva de capital		Reserva de Lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de integralidade do patrimônio líquido			
Saldos em 1º de abril de 2024	562.203	12.630	26.420	-	376.485	1.893	-	979.631
Pagamento baseado em ações	-	5.288	-	-	-	-	-	5.288
Resultados abrangentes:								
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	-	477	-	477
Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	-	-	-	-	-	342	-	342
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	175.677	175.677
Destinações:								
Reserva legal	-	-	8.784	-	-	-	(8.784)	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	23.571	-	-	(23.571)	-
Reserva de integralidade do patrimônio líquido	-	-	-	-	107.492	-	(107.492)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	(35.830)	(35.830)
Dividendos prescritos	-	-	-	-	584	-	-	584
Saldos em 31 de março de 2025	562.203	17.918	35.204	23.571	484.561	2.712	-	1.126.169
Aumento de capital	250.000	-	-	-	(250.000)	-	-	-
Pagamento baseado em ações	-	4.130	-	-	-	-	-	4.130
Resultados abrangentes:								
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	-	(249)	-	(249)
Perdas atuariais com plano de benefícios definidos	-	-	-	-	-	97	-	97
Dividendos adicionais exercício 24/25	-	-	-	-	(14.332)	-	-	(14.332)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	216.474	216.474
Destinações:								
Reserva legal	-	-	10.824	-	-	-	(10.824)	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	24.865	-	-	(24.865)	-
Reserva de integralidade do patrimônio líquido	-	-	-	-	135.589	-	(135.589)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(45.196)	(45.196)
Saldos em 31 de março de 2026	812.203	22.048	46.028	48.436	355.818	2.560	-	1.287.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstrações dos fluxos de caixas – método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido		216.474	175.677	216.474	175.677
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	24	55.347	49.534	53.280	46.370
Provisão para perdas de crédito esperada	24	8.054	7.850	8.054	7.850
Provisão para participação nos lucros	18	25.163	24.086	25.167	23.802
Resultado de equivalência patrimonial em controladas	12	-	-	5.894	5.846
Provisão para processos judiciais	19	(286)	(712)	(286)	(712)
Provisão para benefícios pós-emprego		-	(26)	-	(26)
Pagamento baseado em ações	22e	6.545	6.823	6.545	6.823
Provisões de juros	17	8.727	5.090	8.727	5.090
Ativo biológico		-	1.204	-	1.204
Créditos tributários e atualizações	24	(10.030)	-	(10.030)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	720	433	720	433
Resultado na venda de ativo		998	382	998	381
		311.712	270.341	315.543	272.738
Variações nos ativos e passivos					
Contas a receber		(4.809)	2.906	(4.809)	2.906
Estoques		(13.222)	1.796	(13.222)	1.796
Impostos a recuperar		57.436	(15.890)	57.436	(15.890)
Outros ativos		(4.053)	2.257	(4.246)	2.149
Depósitos judiciais		193	267	193	267
Fornecedores		25.067	2.681	25.103	3.959
Impostos e contribuições a recolher e passivo fiscal corrente		1.567	(1.288)	1.567	(1.288)
Salários, férias e encargos a pagar		(21.298)	(17.655)	(21.237)	(17.705)
Subvenção governamental		21.856	32.877	21.856	32.877
Outras contas a pagar		628	(380)	400	236
Caixa proveniente das atividades operacionais		375.077	277.912	378.584	282.045
Impostos pagos		(34.263)	(10.274)	(34.263)	(10.274)
Juros pagos	17	(8.643)	(4.905)	(8.643)	(4.905)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		332.171	262.733	335.678	266.866
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Aplicação e regastes de aplicações de financeiras		(49.741)	(10.441)	(49.741)	(10.441)
Aquisições de imobilizado	13	(139.028)	(57.365)	(138.886)	(57.365)
Investimentos em controlada		-	-	(4.987)	(5.026)
					(107.250)
Intangível	15	(121.287)	(107.250)	(121.287)	
					(180.082)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(310.057)	(175.056)	(314.901)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Amortização de arrendamentos		(14.216)	(13.562)	(13.127)	(11.378)
Dividendos pagos		(49.609)	(36.511)	(49.609)	(36.511)
Captação de financiamentos	17	44.595	59.460	44.595	59.460
Financiamentos pagos	17	(380)	(168)	(380)	(168)
Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamentos		(19.610)	9.219	(18.521)	11.403
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa equivalentes de caixa		(249)	477	-	-
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		2.256	97.373	2.256	98.187
Caixa e equivalentes de caixa do início do exercício		324.775	227.402	324.535	226.348
Caixa e equivalentes de caixa do fim do exercício		327.031	324.775	326.791	324.535
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		2.256	97.373	2.256	98.187

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Receitas		722.797	456.260	722.797	620.875
Receitas de contratos com clientes		503.569	445.315	503.569	445.315
Outras receitas		13.459	18.795	13.459	18.795
Receitas relativas à construção de ativos próprios		213.823	164.615	213.823	164.615
Provisão para perdas de crédito esperada	23	(8.054)	(7.850)	(8.054)	(7.850)
Insumos adquiridos de terceiros		(256.981)	(234.569)	(253.481)	(232.509)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(159.225)	(142.058)	(161.079)	(144.934)
Outras		(28.181)	(24.698)	(28.181)	(24.698)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(69.576)	(67.812)	(64.222)	(62.876)
Valor adicionado bruto		465.815	386.307	469.316	388.367
Depreciação e amortização	23	(55.347)	(49.534)	(53.280)	(46.370)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		410.468	336.773	416.036	341.997
Valor adicionado recebido em transferência		99.058	65.546	93.163	59.694
Receitas financeiras	24	98.646	65.785	98.646	65.782
Variações cambiais, líquida	24	(200)	(124)	(200)	(124)
Resultado de equivalência patrimonial em controladas		-	-	(5.894)	(5.846)
Outras		612	(115)	611	(118)
Valor adicionado total a distribuir		509.526	402.319	509.199	401.691
Distribuição do valor adicionado		(509.526)	(402.319)	(509.199)	(401.691)
Pessoal		(193.410)	(162.329)	(193.414)	(162.040)
Remuneração direta		(121.231)	(102.160)	(121.231)	(102.160)
Benefícios		(63.493)	(53.316)	(63.497)	(53.027)
F.G.T.S.		(8.686)	(6.853)	(8.686)	(6.853)
Impostos, taxas e contribuições		(82.141)	(52.200)	(82.141)	(52.200)
Federais - PIS / COFINS		(46.244)	(41.159)	(46.244)	(41.159)
Federais - Imposto de renda e contribuição social		(34.983)	(10.707)	(34.983)	(10.707)
Estadual - ICMS		(914)	(334)	(914)	(334)
Remuneração de capitais de terceiros		(17.501)	(12.113)	(17.170)	(11.774)
Despesas financeiras		(17.501)	(12.113)	(17.170)	(11.774)
Remuneração de capital próprio		(216.474)	(175.677)	(216.474)	(175.677)
Dividendos		(45.196)	(36.109)	(45.196)	(36.109)
Lucro líquido do exercício		(171.278)	(139.568)	(171.278)	(139.568)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

1 Contexto operacional

O CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. e sua controlada CTC Genomics LLC (“CTC”, “Companhia” ou “Grupo”) tem por objetivo social a pesquisa, o desenvolvimento e a comercialização de tecnologias para o setor sucroenergético, com destaque para o desenvolvimento de novas variedades de cana-de-açúcar, através de melhoramento genético e biotecnologia, além de novas tecnologias. A sede da Companhia está localizada na cidade de Piracicaba, no estado de São Paulo.

Desde 24 de agosto de 2016 a Companhia possui registro de companhia aberta na categoria “A” perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e integra o segmento Bovespa Mais.

A Companhia possui duas grandes áreas de foco de pesquisa sendo uma delas a de Melhoramento genético na qual detém um amplo banco de germoplasma de cana-de-açúcar e papel destacado nos campos do melhoramento convencional e da modificação genética utilizando a biotecnologia aplicados à cana. Outro foco é na área de Novas Tecnologias, explorando tecnologias disruptivas buscando ganhos de produtividade, como por exemplo, as sementes artificiais. Sendo esses apenas um segmento seguindo o IFRS 8 / CPC 22 - Informações por segmento.

O Projeto de Sementes Artificiais reforça o nosso papel disruptivo pois busca desenvolver um novo sistema de plantio de cana-de-açúcar através de semente sintética que poderá simplificar as operações de transporte, armazenagem e plantio dos produtores e usinas de cana-de-açúcar, e promover o aumento de competitividade, tanto na redução de custo (máquinas, mão de obra, insumos) como no aumento da receita.

A Companhia possui uma subsidiária integral, denominada CTC Genomics LLC, localizada em Saint Louis, Estados Unidos da América, (“CTC Genomics” ou “Controlada”), cujo objeto social é de pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias. A Companhia e sua controlada são denominadas em conjunto como “Grupo”, nessas informações trimestrais.

Em linha com a nossa estratégia de desenvolver tecnologias disruptivas que aumente a produtividade agrícola no setor sucroenergético, em 8 de junho de 2017, obtivemos da CTNBio, a aprovação da primeira variedade geneticamente modificada de cana-de-açúcar denominada CTC20BT. Essa variedade representou um marco na indústria sucroenergética global.

Desenvolvida com tecnologia 100% brasileira pelo Grupo, a variedade CTC20BT é resistente à broca da cana (*Diatraea saccharalis*), principal praga das lavouras brasileiras. Em 2018, tivemos a aprovação da segunda variedade de cana-de-açúcar geneticamente modificada, a CTC9001BT. No terceiro trimestre de 2019, a CTNBio publicou a aprovação do uso comercial do terceiro evento de modificação genética em variedade de cana-de-açúcar, a CTC9003BT. A nova variedade também tem como característica a resistência à broca da cana, principal praga que ameaça a cultura. Mais uma variedade elite transformada e adaptada a diferentes regiões foi aprovada para comercialização.

A aprovação das variedades geneticamente modificadas consolida o *know how* do CTC em desenvolver e aprovar variedades geneticamente modificadas de cana-de-açúcar que atendam às necessidades do setor sucroenergético brasileiro.

Em 21 de setembro de 2020 foi aprovado em Reunião Extraordinária do Conselho de Diretoria o orçamento para um potencial oferta pública inicial de ações (“IPO”) da Companhia, considerando as demais despesas necessárias para a referida operação. Em 21 de outubro de 2020 foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária a migração de segmento de listagem da Companhia, do segmento especial denominado Bovespa Mais, para o segmento especial de negociação denominado Novo Mercado, ambos perante a B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), e a consequente submissão à B3 do pedido de migração de segmento de listagem, nos termos do Manual do Emissor e do Regulamento do Novo Mercado da B3.

Na data de 20 de abril de 2021 a Companhia informou ao mercado sobre a postergação da oferta pública pela Companhia, em função da deterioração das condições do mercado. Atualmente a Companhia está aguardando um momento mais oportuno para a realização do IPO.

Em 2024 tivemos a aprovação do projeto executivo da planta demonstrativa de Sementes e validação do modelo de negócio, com investimento aprovado de R\$ 84 milhões para sua construção.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, seguida da sanção da Lei Complementar nº 227, em 13 de janeiro de 2026. Posteriormente, em 30 de abril de 2026, foram editados o Regulamento da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), por meio do Decreto nº 12.955, e o Regulamento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), conforme a Resolução CGIBS nº 6. Esses normativos representam os principais marcos da Reforma Tributária sobre o consumo.

O novo modelo institui um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estruturado sob a forma de IVA dual, composto por:

- CBS, de competência federal; e
- IBS, de competência subnacional (Estados, Distrito Federal e Municípios).

Esses tributos substituirão gradualmente o PIS, a Cofins, o ICMS e o ISS.

Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, na forma a ser definida em regulamentação específica.

O período de transição da Reforma Tributária ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual o sistema tributário vigente coexistirá com o novo regime. Os impactos efetivos da Reforma Tributária na apuração dos tributos somente poderão ser avaliados de forma conclusiva após a publicação dos Atos Conjuntos entre o Comitê Gestor do IBS (CGIBS) e a Receita Federal do Brasil (RFB), os quais deverão detalhar procedimentos operacionais e esclarecer aspectos ainda não plenamente definidos na legislação atualmente vigente.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de março de 2026, não há impactos decorrentes da Reforma Tributária nas demonstrações financeiras apresentadas nessa data.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

I. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria da companhia em 26 de maio de 2026.

II. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações do CTC e sua controlada direta CTC Genomics com 100% de participação.

Os investimentos na controladora são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Saldos e transações intragrupo são eliminados na consolidação.

Os principais grupos de contas que compõem os balanços patrimoniais de 31 março de 2026 e 31 de março de 2025, e o resultado das operações dos exercícios findos, respectivamente, findos naquelas datas da controlada são apresentados na Nota Explicativa nº 12.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Diretoria faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas periodicamente. As estimativas das revisões são reconhecidas prospectivamente.

a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 9 e 26.e) – mensuração da perda estimada de perdas de crédito do contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota Explicativa nº 15 - Capitalização de gastos com desenvolvimento de projetos classificados no ativo intangível como “Melhoramento Genético” e “Novas Tecnologias”, considerando a avaliação da viabilidade técnica e econômica dos projetos, bem como à expectativa de geração de benefícios econômicos futuros; e

Nota Explicativa nº 14 e 27c - prazo dos arrendamentos: se o Grupo tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas quanto a premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de março de 2026 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 6.d (iii) - Vida útil do imobilizado;

Nota Explicativa nº 6.e (iii) - Vida útil do intangível;

Nota 6.f - Redução ao valor recuperável;

Nota explicativa nº 19 – Provisão para processos judiciais

Nota explicativa nº 20 - Provisão benefícios pós-emprego; e

Nota Explicativa nº 22.e - Reserva de capital - Plano de outorga de ações.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3, e reportes diretamente ao *Chief Executive Officer* (CEO) que assumiu interinamente as responsabilidades de *Chief Financial Officer* (CFO).

A equipe de avaliação revisa regularmente os dados necessários para o cálculo e ajustes de avaliação. Se a informação é de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos do CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5. Mudanças nas principais políticas contábeis

O Grupo não teve alterações em suas políticas contábeis em relação às aplicadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício encerrado em 31 de março de 2026.

6. Políticas contábeis materiais

a) Base de consolidação

i) Controlada

As demonstrações financeiras da controlada é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de

transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investida são eliminados contra o investimento. As perdas não realizadas também são eliminadas a menos que a operação forneça evidências de uma redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo.

b) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão do investimento em títulos patrimoniais são reconhecidas em outros resultados abrangentes

ii. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes da aquisição, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores.

Quando uma entidade no exterior é baixada na totalidade ou parcialmente, de forma a perder o controle, influência significativa ou controle conjunto, o montante acumulado de variações cambiais relacionadas a essa entidade no exterior é reclassificado para o resultado como parte do ganho ou perda na baixa. Se o Grupo baixar parte de sua participação em uma controlada, mas manter o controle, a proporção da participação do montante acumulado será atribuída à participação de acionistas não controladores. Quando o Grupo baixar apenas parte de uma associada ou joint venture, mantendo uma influência significativa.

c) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece as contas a receber de clientes e outros recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Contas a receber outros recebíveis

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A provisão para perda de crédito esperada foi constituída em montante considerado suficiente para fazer face a eventuais perdas na realização do contas a receber.

A Companhia adotou a mensuração da perda de crédito esperada com base em toda a vida dos títulos, considerando características individuais de cada cliente.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados.

Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

iii) Capital social

As ações são todas ordinárias nominativas, sem valor nominal e são classificadas como patrimônio líquido, dedutíveis de quaisquer efeitos tributários.

d) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Diretoria, os custos de desmontagem e de restauração do local onde os ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente serão usufruídos pela Companhia e que o seu custo seja medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção rotineira do imobilizado são reconhecidos como despesas conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro

valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As taxas médias ponderadas anuais de depreciação para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa média ponderada anual
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%
Veículos	10%
Edifícios e benfeitorias	5%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Intangível

i) Projetos de pesquisa & desenvolvimento

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto.

ii) *Software*

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada.

iii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se nos benefícios econômicos futuros com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil média estimada para o exercício corrente e comparativa é a seguinte:

	Taxa média ponderada anual
<i>Software</i>	5 anos
Projetos de pesquisa & desenvolvimento	15-20 anos

Métodos de amortização, vida úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

f) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do

resultado e avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possam ser estimados de uma maneira confiável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Para investimentos em títulos patrimoniais, evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável inclui um declínio significativo ou prolongado no seu valor justo abaixo do custo. A Companhia considera um declínio de 20% como significativo e o período de 12 meses como prolongado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Diretoria se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e a contribuição social diferidos e estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

g) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado na média ponderada móvel.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

h) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

ii) Provisão benefício pós-emprego - Planos de saúde

O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde Companhia e sua controlada são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia e sua controlada são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente.

iii) Transações envolvendo pagamento baseado em ações

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos prêmios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de prêmios para o qual existe a expectativa de que as condições de serviço e de desempenho serão atendidas, de tal forma que o valor final reconhecido como despesa seja baseado no número de prêmios que efetivamente atendam às condições de serviço e de desempenho na data de aquisição (vesting date). Para os prêmios de pagamento baseado em ações que não contenham condições de aquisição (non-vesting conditions), o valor justo na data de outorga dos prêmios de pagamento baseado em ações é mensurado para refletir tais condições e não são efetuados ajustes posteriores para as diferenças entre os resultados esperados e os reais.

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo, com exceção da Provisão para perdas de créditos esperada que segue a política da Companhia.

j) Receita operacional

i) Receitas de *royalties*

Receitas decorrentes do uso por terceiros de ativos da Companhia, que produzam juros e *royalties*, devem ser reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade e o valor da receita puder ser mensurado de forma confiável. Os *royalties* devem ser reconhecidos segundo regime de competência de acordo com a substância do contrato.

As receitas de *royalties* reconhecidas pela Companhia referem-se à variedades de cana-

de- açúcar desenvolvidas e são reconhecidas no resultado do exercício pelo método linear nos meses de abril a março, tendo como base a área de plantio multiplicada por valor definido em contrato firmado entre as partes. A emissão das notas fiscais de faturamento e os recebimentos ocorrem, em grande parte, durante o exercício de safra de cana de açúcar nos meses de setembro a dezembro. Caso o recebimento de faturamentos do exercício seja maior que a parcela já reconhecida no resultado a diferença é reconhecida como “receitas diferidas” no passivo circulante.

ii) Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens e serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico- financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado, este é reconhecido de acordo com suas respectivas vendas.

k) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros e rendimentos sobre as aplicações financeiras. A receita financeira é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias com juros e descontos.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto ativo e base negativa de contribuição social limitado a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que deverão ser aplicadas às diferenças temporárias quando de sua reversão, baseando-se nas leis que estão em vigor na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha de ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os exercícios findos fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a

mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações poderão impactar a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

m) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios findos apresentados, nos termos do CPC 41/IAS 33 - Resultado por ação.

n) Ativos arrendados

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no IFRS 16 / CPC 06(R2).

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra.

Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros

de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente;
- Mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

i) Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

o) Subvenção governamental

Subvenções governamentais relacionadas a ativos são reconhecidas inicialmente como receitas diferidas pelo seu valor justo, quando existe razoável segurança de que elas serão recebidas e que o Grupo irá cumprir as condições associadas com a subvenção.

p) Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia gerencia os riscos associados com assuntos ambientais em todas as atividades que possam causar impacto ambiental. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

7. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas até a data das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível.

IFRS 18 / CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

O IFRS 18 / CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

8. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O Grupo classifica como equivalente de caixa os saldos de depósitos bancários de curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Qualquer tipo de depósito bancário que não satisfaça essas características cumulativamente, ou mesmo que satisfaçam os critérios, mas não são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo são classificados com aplicações financeiras, no ativo circulante ou não circulante.

	Rentabilidade média acumulada da carteira no exercício % do CDI	Consolidado		Controladora	
		2026	2025	2026	2025
Caixa					
Em moeda local		-	4	-	4
Em moeda estrangeira		11	13	11	13
		11	17	11	17
Bancos					
Em moeda local		29	218	29	218
Em moeda estrangeira		240	240	-	-
		269	458	29	218
Aplicações					
CDB (i)	101%	680.005	628.383	680.005	628.383
Compromissada (ii)	85%	1.104	534	1.104	534
		681.109	628.917	681.109	628.917
Total caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		681.389	629.392	681.149	629.152
Caixa, equivalentes de caixa		327.031	324.775	326.791	324.535
Aplicações financeiras		354.358	304.617	354.358	304.617

i. CDB: aplicações realizadas em bancos de primeira linha, e rendimento pré-fixado em CDI.

ii. Compromissada: aplicação realizada em bancos de primeira linha. Aplicação de renda fixa em que o banco vende um título (debênture), com compromisso de recomprá-lo a qualquer momento, conforme remuneração em DI.

A análise quanto à exposição desses ativos a risco de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa nº 26.

9. Contas a receber

O saldo de contas a receber de clientes é representado substancialmente por saldos referentes a receita de royalties, composto da seguinte forma:

	Consolidado e controladora	
	2026	2025
Clientes	84.238	76.824
Clientes - partes relacionadas (nota explicativa nº 27)	17.634	20.239
Total	101.872	97.063
(-) Provisão para perda de crédito esperada - partes relacionadas	(2.365)	(2.276)
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(68.974)	(61.009)
Total (nota explicativa nº 26)	(71.339)	(63.285)
Circulante	6.287	9.857
Não circulante (i)	24.246	23.921

- (i) Estão classificadas na rubrica de longo prazo o saldo de R\$17.105 referente *royalties* a receber das variedades CTC 1-12, em discussão judicial ou administrativa junto a determinados clientes.

A movimentação da provisão está apresentada como segue:

	controladora
Saldo em 31 de março de 2024	(55.435)
Constituições	(7.850)
Saldo em 31 de março de 2025	(63.285)
Constituições	(8.054)
Saldo em 31 de março de 2026	(71.339)

As reversões e/ou constituições de provisões estão registradas na rubrica de “Outras despesas e receitas operacionais”.

A análise quanto a exposição desses ativos a risco de taxas de juros, dentre outros, é divulgada na nota explicativa nº 26.

10. Outros ativos

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Despesas antecipadas (i)	13.653	13.484	13.653	13.484
Adiantamento a fornecedores	7.871	3.994	7.871	3.994
Outros ativos	435	704	80	156
	21.959	18.182	21.604	17.634
Circulante	10.378	8.295	10.023	7.747
Não circulante	11.581	9.887	11.581	9.887

- (i) Referem-se a mudas disponibilizadas para multiplicação de variedades em clientes. Estas mudas são monitoradas para garantir que a taxa de multiplicação seja efetiva conforme acordo formalizado junto ao cliente que estabelece a responsabilidade de multiplicação.

11. Ativo fiscal diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável apuração de lucro tributável futuro com base em projeções de resultados elaborados e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

	Consolidado e controladora				
	2024	Reconhecidos no resultado	2025	Reconhecidos no resultado	2026
Perda de crédito esperada	13.856	2.669	16.525	2.738	19.263
Receita a auferir	7.161	(697)	6.464	(1.344)	5.120

Provisão participação nos lucros	7.363	322	7.685	(3.648)	4.037
Incentivo de longo prazo	5.803	2.320	8.123	1.872	9.995
Incentivo fiscal - aceleração	(9.554)	483	(9.071)	(1.810)	(10.881)
Outras diferenças temporárias	4.166	(5.530)	(1.364)	1.471	107
Imposto diferido líquido	28.795	(433)	28.362	(720)	27.642

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Diretoria considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro.

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com a despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado e controladora	
	2026	2025
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	251.457	186.384
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(85.495)	(63.371)
Equivalência patrimonial (i)	(2.004)	(1.988)
Lei do Bem (ii)	12.672	13.625
Lei do Bem extemporâneo (ii)	12.243	15.447
Sudene (iii)	22.070	23.571
Subvenção ICMS (iv)	2.795	-
Outras adições e exclusões permanentes	2.736	2.009
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(34.983)	(10.707)
Alíquota Efetiva	14%	6%
Imposto diferido	(720)	(433)
Imposto corrente	(34.263)	(10.274)

- (i) Refere-se a equivalência patrimonial da subsidiária CTC Genomics LLC (Vide NE 7).
- (ii) Refere-se aos créditos relacionados a Lei 11.196 ("Lei do Bem"), pertinentes aos dispêndios provenientes de pesquisa e desenvolvimento.
- (ii) Reconhecimento de créditos extemporâneos relacionados a Lei 11.196 ("Lei do Bem").
- (iii) Refere-se a crédito tributários relacionados ao art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, conforme os critérios estabelecidos no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008.
- (iv) Refere-se a redução de base de cálculo de imposto de renda e da contribuição social decorrente de benefícios fiscais de ICMS elencados no Convênio 190/17 que regulamentou a Lei Complementar nº 160/17, e posteriormente regulamentado pela Solução de Consulta COSIT nº 169/21.

12. Investimentos (Controladora)

Valor contábil	País	Negócio	Percentual de participação	Investimento		Equivalência patrimonial	
				2026	2025	2026	2025
CTC Genomics	EUA	P&D	100%	1.314	2.221	(5.894)	(5.846)
				1.314	2.221	(5.894)	(5.846)

A movimentação dos investimentos é como segue:

Saldo em 31 de março de 2024	3.041
Aporte investida - CTC Genomics	4.528
Equivalência patrimonial	(5.846)
Ajuste acumulado de conversão	498
Saldo em 31 de março de 2025	2.221
Aporte investida - CTC Genomics	5.236
Equivalência patrimonial	(5.894)
Ajuste acumulado de conversão	(249)
Saldo em 31 de março de 2026	1.314

As principais rubricas contábeis da controlada são como seguem:

	2026	2025
Ativo circulante	1.925	1.973
Ativo não circulante	5.150	4.207
Passivo circulante	2.753	3.102
Passivo não circulante	3.008	857
Patrimônio líquido	1.314	2.221
Prejuízo líquido	(5.894)	(5.846)

13.Imobilizado

Consolidado	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de Informática	Veículos	Edifícios e Benfeitorias	Benfeitorias em imóveis terceiros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo:									
Saldo em 31 de março de 2024	78.123	6.938	13.401	10.406	2.893	63.134	12.662	2.580	197.718
Adições	11.091	1.163	2.263	2.383	17	13	23.677	16.758	57.365
Transferências	1.106	104	11	-	1.258	16.877	(11.007)	(8.349)	-
Baixas	-	(4)	(205)	(686)	-	-	-	-	(895)
Conversão moeda	739	55	206	-	-	358	-	-	1.358
Saldo em 31 de março de 2025	91.058	8.257	15.676	12.103	4.168	80.382	25.332	10.989	247.966
Adições	24.351	1.060	3.899	1.537	45	47	88.735	19.354	139.028
Transferências	12.957	632	10	170	-	15.120	(2.587)	(26.301)	(0)
Baixas	(2)	-	(80)	(539)	-	-	(1.027)	-	(1.648)
Conversão moeda	(735)	(39)	(98)	-	-	-	-	-	(872)
Saldo em 31 de março 2026	127.629	9.910	19.407	13.271	4.213	95.549	110.453	4.042	384.474
Depreciação:									
Saldo em 31 de março de 2024	(52.151)	(3.312)	(8.343)	(5.851)	(1.201)	(28.093)	-	-	(98.951)
Depreciação no exercício	(5.921)	(588)	(1.906)	(1.398)	(262)	(5.452)	-	-	(15.526)
Baixa depreciação	-	3	184	326	-	-	-	-	513
Transferência	(20)	(1)	-	-	-	21	-	-	-
Conversão moeda	(470)	(27)	(95)	-	-	(328)	-	-	(920)
Saldo em 31 de março de 2025	(58.562)	(3.925)	(10.160)	(6.923)	(1.463)	(33.852)	-	-	(114.884)
Depreciação no exercício	(8.094)	(707)	(2.052)	(1.613)	(343)	(7.096)	-	-	(19.904)
Baixa depreciação	0	-	73	330	-	-	-	-	404
Conversão moeda	551	30	82	-	-	-	-	-	661
Saldo em 31 de março 2026	(66.105)	(4.602)	(12.057)	(8.205)	(1.806)	(40.948)	-	-	(133.723)
Saldo em 31 de março de 2025	32.497	4.332	5.516	5.181	2.706	46.529	25.332	10.989	133.082
Saldo em 31 de março 2026	61.524	5.308	7.350	5.066	2.407	54.601	110.453	4.042	250.751
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%	5%	8%			



Controladora	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamento de Informática	Veículos	Edifícios e Benfeitorias	Benfeitorias em imóveis terceiros	Obras em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo:									
Saldo em 31 de março de 2024	73.175	6.567	12.588	10.406	2.893	60.737	12.662	2.580	181.608
Adições	11.091	1.163	2.263	2.383	17	13	23.677	16.758	57.365
Transferências	1.106	104	11	-	1.258	16.877	(11.007)	(8.349)	-
Baixas	-	(4)	(205)	(686)	-	-	-	-	(895)
Saldo em 31 de março de 2025	85.372	7.830	14.657	12.103	4.168	77.627	25.332	10.989	238.079
Adições	24.318	1.060	3.842	1.537	45	47	88.682	19.354	138.885
Transferências	12.957	632	10	170	-	15.120	(2.587)	(26.301)	-
Baixas	(3)	-	(80)	(539)	-	-	(1.026)	-	(1.648)
Saldo em 31 de março 2026	122.644	9.522	18.429	13.271	4.213	92.794	110.401	4.042	375.316
Depreciação:									
Saldo em 31 de março de 2024	(49.002)	(3.132)	(7.706)	(5.852)	(1.201)	(25.895)	-	-	(92.788)
Depreciação no exercício	(5.109)	(529)	(1.815)	(1.398)	(262)	(5.452)	-	-	(14.564)
Baixa depreciação	-	3	184	326	-	-	-	-	513
Transferências	(20)	(1)	-	-	-	21	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	(54.131)	(3.658)	(9.337)	(6.924)	(1.463)	(31.326)	-	-	(106.839)
Depreciação no exercício	(7.515)	(660)	(1.987)	(1.613)	(343)	(7.096)	-	-	(19.213)
Baixa depreciação	0	-	74	331	-	-	-	-	404
Saldo em 31 de março 2026	(61.646)	(4.318)	(11.250)	(8.206)	(1.806)	(38.422)	-	-	(125.648)
Saldo em 31 de março de 2025	31.241	4.171	5.320	5.180	2.705	46.301	25.332	10.989	131.239
Saldo em 31 de março 2026	60.998	5.204	7.179	5.065	2.407	54.372	110.401	4.042	249.668
Taxa de depreciação	10%	10%	20%	10%	5%	8%			

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos anualmente e ajustados se necessário de forma prospectiva. A análise foi realizada com base em laudo técnico emitido por profissionais especializados sobre as informações contábeis 31 de março de 2026.

Plantio de cana corresponde às plantas portadoras que são exclusivamente utilizados para cultivar a cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar é classificada como cultura semi-perene, cujo ciclo produtivo economicamente viável tem duração média de cinco cortes.

O montante alocado em obras em andamento refere-se principalmente a melhorias em laboratórios de pesquisas e construção da planta demonstrativa de Sementes Sintéticas com finalização prevista até o final da safra atual.

O Grupo avalia anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo, havendo indícios, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Para este exercício findo o Grupo não identificou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

14. Direito de uso e obrigações com arrendamentos

a. Direito de uso

A movimentação no direito de uso é como segue:

Consolidado	Imóveis partes relacionadas (NE 27)	Imóveis	Veículos	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 27)	Arrendamento agrícola	Total
31 de março de 2024	15.182	630	5.577	2.292	4.454	28.135
Adição/mensuração	-	3.386	5.621	8.935	1.339	19.281
Conversão de moeda	-	293	-	-	-	293
Amortização	(3.374)	(2.118)	(3.516)	(2.268)	(907)	(12.183)
Transferência	-	-	-	(662)	662	-
31 de março de 2025	11.808	2.191	7.683	8.297	5.548	35.526
Adição/mensuração	-	3.193	11.315	203	1.262	15.973
Conversão de moeda	-	(199)	-	-	-	(199)
Amortização	(3.374)	(1.270)	(6.723)	(2.266)	(1.292)	(14.925)
31 de março de 2026	8.434	3.915	12.275	6.234	5.518	36.375
Taxa de amortização	9%	9%	33%	10%	10%	

Controladora	Imóveis partes relacionadas (NE 23)	Veículos	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 23)	Arrendamento agrícola	Total
31 de março de 2024	15.182	5.577	2.292	4.454	27.505
Adição/mensuração	-	5.621	8.935	1.339	15.895
Amortização	(3.374)	(3.516)	(2.268)	(907)	(10.065)
Transferência	-	-	(662)	662	-
31 de março de 2025	11.808	7.683	8.297	5.548	33.336
Adição/mensuração	-	11.315	203	1.262	12.780
Amortização	(3.374)	(6.723)	(2.266)	(1.292)	(13.655)
31 de março de 2026	8.434	12.275	6.234	5.518	32.461
Taxa de amortização	9%	9%	33%	10%	10%

b. Passivo de arrendamento

A movimentação no passivo de arrendamento é como segue:

Consolidado	Imóveis partes relacionadas (NE27)	Imóveis	Veículos	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 27)	Arrendamento agrícola	Total
31 de março de 2024	17.440	753	3.740	2.540	4.644	29.118
Adição/mensuração anual	-	3.386	5.621	8.935	1.339	19.281
Conversão de moeda	-	314	-	-	-	314
Apropriação de encargos financeiros	1.154	244	490	258	420	2.566
Pagamento	(4.554)	(2.429)	(5.253)	(2.671)	(1.221)	(16.130)
Transferência	-	-	-	(826)	826	-
31 de março de 2025	14.040	2.268	4.598	8.236	6.008	35.150
Adição/mensuração anual	-	3.193	11.315	203	1.262	15.973
Conversão de moeda	-	(207)	-	-	-	(207)
Apropriação de encargos financeiros	898	176	414	224	495	2.207
Pagamento	(4.554)	(1.259)	(6.570)	(2.313)	(1.719)	(16.415)
31 de março de 2026	10.384	4.171	9.757	6.350	6.046	36.708
Circulante	3.860	827	6.031	993	1.349	13.060
Não circulante	6.524	3.344	3.726	5.357	4.697	23.648

Controladora	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 27)	Veículos	Arrendamento agrícola partes relacionadas (NE 27)	Arrendamento agrícola	Total
31 de março de 2024	17.440	3.740	2.540	4.644	28.364
Adição/mensuração anual	-	5.621	8.935	1.339	15.895
Apropriação de encargos financeiros	1.154	490	258	420	2.322
Pagamento	(4.554)	(5.253)	(2.671)	(1.221)	(13.699)
Transferência	-	-	(826)	826	-
31 de março de 2025	14.040	4.598	8.236	6.008	32.882
Adição/mensuração anual	-	11.315	203	1.262	12.780
Apropriação de encargos financeiros	898	414	224	495	2.031
Pagamento	(4.554)	(6.570)	(2.313)	(1.719)	(15.156)
31 de março de 2026	10.384	9.757	6.350	6.046	32.537
Circulante	3.930	5.503	1.095	1.369	11.897
Não circulante	6.454	4.254	5.255	4.677	20.640

Em 31 de março de 2026 o perfil de vencimento do passivo de arrendamento consolidado é como segue:

Exercícios	Valor presente
01 - 12 meses	12.724
13 - 24 meses	12.256
25 - 36 meses	8.313
37 - 48 meses	2.623
> 49 meses	3.783
Total bruto	39.700
Direto potencial de PIS e COFINS a recuperar (i)	(3.672)
Total líquido	36.028

i) Refere-se ao direito potencial de créditos de PIS/COFINS sobre os pagamentos do arrendamento calculado com base na alíquota teórica de 9,25%. Esta divulgação visa atender ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ N° 02/2019 e representa apenas uma estimativa. Portanto, não constituem efetivamente os créditos que poderão ser tomados no futuro, sendo que quando tal fato ocorrer, os referidos créditos poderão ser materialmente diferentes devido à possibilidade de uma alíquota efetiva ser diferente da teórica ou o pagamento não estar sujeito à tomada de crédito, por exemplo, por conta de alterações subsequentes na legislação tributária.

15. Intangível

Consolidado	Software	Melhoramento genético	Novas tecnologias	Melhoramento genético em desenvolvimento	Novas tecnologias em desenvolvimento	Total
Custo:						
Saldo em 31 de março de 2024	35.552	97.968	155.877	113.777	94.529	497.703
Adições	3.014	-	32	45.180	59.024	107.250
Conversão moeda	190	-	183	-	-	373
Saldo em 31 de março de 2025	38.756	97.968	156.092	158.957	153.553	605.326
Adições	4.225	-	1.752	52.722	62.588	121.287
Transferência	-	13.449	-	(13.449)	-	-
Conversão moeda	(135)	-	(119)	-	-	(254)
Saldo em 31 de março de 2026	42.846	111.417	157.725	198.230	216.141	726.359
Amortização:						
Saldo em 31 de março de 2024	(24.779)	(20.520)	(13.293)	-	-	(58.592)
Amortização	(5.204)	(4.008)	(10.457)	-	-	(19.669)
Conversão moeda	(184)	-	(181)	-	-	(365)
Saldo em 31 de março de 2025	(30.167)	(24.528)	(23.931)	-	-	(78.626)
Amortização	(2.885)	(5.282)	(11.721)	-	-	(19.888)
Conversão moeda	118	-	113	-	-	231
Saldo em 31 de março de 2026	(32.934)	(29.810)	(35.539)	-	-	(98.283)
Saldo em 31 de março de 2025	8.589	73.440	132.161	158.957	153.553	526.700
Saldo em 31 de março de 2026	9.912	81.607	122.186	198.230	216.141	628.076

Controladora	Software	Melhoramento genético	Novas tecnologias	Melhoramento genético em desenvolvimento	Novas tecnologias em desenvolvimento	Total
Custo:						
Saldo em 31 de março de 2024	34.277	97.968	154.493	113.777	94.529	495.044
Adições	3.013	-	32	45.180	59.025	107.250
Saldo em 31 de março de 2025	37.290	97.968	154.525	158.957	153.554	602.294
Adições	4.225	-	1.752	52.722	62.588	121.287
Transferência	-	13.449	-	(13.449)	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	41.515	111.417	156.277	198.230	216.142	723.581
Amortização:						
Saldo em 31 de março de 2024	(23.572)	(20.520)	(12.095)	-	-	(56.187)
Amortização	(5.147)	(4.008)	(10.426)	-	-	(19.581)
Saldo em 31 de março de 2025	(28.719)	(24.528)	(22.521)	-	-	(75.768)
Amortização	(2.885)	(5.282)	(11.721)	-	-	(19.888)
Saldo em 31 de março de 2026	(31.604)	(29.810)	(34.242)	-	-	(95.656)
Saldo em 31 de março de 2025	8.571	73.440	132.004	158.957	153.554	526.526
Saldo em 31 de março de 2026	9.911	81.607	122.035	198.230	216.142	627.925

Os custos com desenvolvimento referem-se a gastos incorridos, segregados da seguinte maneira:

Consolidado	31/03/2025	Adições	Conversão de moeda	31/03/2026
Melhoramento genético (a)	256.925	52.722	-	309.647
Novas Tecnologias (b)	309.645	64.340	(119)	373.866
Total	566.572	117.062	(119)	683.515

Consolidado	31/03/2024	Adições	Conversão de moeda	31/03/2025
Melhoramento genético (a)	211.745	45.180	-	256.925
Novas Tecnologias (b)	250.407	59.057	181	309.645
Total	462.152	104.237	183	566.572

Os custos com os projetos Melhoramento genético e Novas tecnologias, são classificados conforme segue:

- Fase 1: Pesquisa aplicada e prova de conceito, a qual abrange a avaliação quanto à atratividade, mérito técnico, o potencial de aplicação no mercado, definição de protocolos e protótipo de laboratório.
- Fase 2: Desenvolvimento precoce, a qual abrange o refinamento de processos e protocolos, os *startups* de investigação em campo e potencialmente plantas Piloto.
- Fase 3: Desenvolvimento avançado, a qual abrange testes de campo, a análise regulatória e potencialmente plantas demonstração.
- Fase 4: Pré-lançamento, a qual abrange as aprovações regulatórias, *Seed bulk-up*, detalhamento do plano de negócios e plantas em escala semicomercial ou comercial.

a) Melhoria genética

O Programa de Melhoria genética, por meio de seus polos regionais estrategicamente distribuídos pelo País (PR/MG/ MS/ MT/TO/ SP/GO), permite o Grupo desenvolver variedades cada vez mais produtivas e que contemplam todas as condições de produção das diferentes regiões onde a planta é cultivada no Brasil.

A diversificação e a modernização do plantel varietal contribuem decisivamente para a sustentabilidade do agronegócio, não só pelos ganhos de produtividade, como também pela melhoria da qualidade, pela redução dos riscos fitossanitários e de perdas agrícolas. Isso porque esses novos materiais genéticos são desenvolvidos para atender aos modernos processos produtivos, como plantio e colheita mecanizados.

O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades pelo período de 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997).

b) Novas tecnologias

i) Projetos melhoria genética com emprego de biotecnologia (transgenia)

A Biotecnologia, ferramenta para o esperado salto de produtividade do canavial, é capaz de acelerar o processo de melhoria contínua de produtividade das variedades convencionais e, ainda, incorporar à cana características desejáveis (*traits*) que oferecem vantagens econômicas, ambientais e de manejo, tais como aqueles já usufruídos por produtores de soja, milho e algodão no Brasil.

O Programa de Biotecnologia, tem como foco principal é a produção de plantas geneticamente modificadas com o uso de genes que conferem tolerância a insetos e herbicidas. Esta estratégia de controle já foi empregada em outras culturas, tais como milho, soja e algodão, e apresentam bons resultados em relação ao controle de suas pragas agrícolas.

As plantas geneticamente modificadas estão sujeitas a aprovação pela Comissão Técnica Nacional de Biotecnologia (CTNBio) no Brasil, e os produtos com ela produzidos sujeitos a processos de desregulamentação nos países para onde são exportados.

O CTC detém os direitos de Propriedade Intelectual dessas variedades e das tecnologias relacionadas por pelo menos 15 anos a contar da data de concessão de seus respectivos certificados provisórios de proteção, conforme estabelece a Lei de Proteção de Cultivares (Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997) e/ou por pelo menos 20 anos a contar da data de depósito de pedido de patente de invenção, conforme estabelece a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996).

ii) Projeto Sementes Artificiais

O Projeto de Sementes Artificiais tem por objetivo desenvolver um novo sistema de plantio de cana-de-açúcar através de sementes sintéticas, a fim de obter um aumento da eficiência no processo produtivo como um todo por meio da utilização de materiais genéticos de qualidade, livres de pragas e doenças, maquinários mais leves para plantio, levando a menor compactação do solo, menor volume de material por hectare, dentre outros.

Esse projeto reforça o nosso papel disruptivo, uma vez que a Companhia acredita que inexista tecnologia semelhante no Brasil ou no mundo.

Alocação dos desembolsos com pesquisas

As despesas de pesquisa são reconhecidas no resultado, desembolsos com desenvolvimento são capitalizados apenas como ativos intangíveis se os critérios de reconhecimento do IAS 38/CPC 4 - Ativo Intangível forem atendidos, isso inclui a suficiente certeza de que a atividade de desenvolvimento dará origem a fluxos de caixa financeiros futuros que também cobrem os respectivos gastos de desenvolvimento.

No caso do Grupo, isso ocorre de acordo as regras atribuídas para cada tecnologia, sendo elas:

- a. Melhoria genética: todos os gastos incorridos em variedades comerciais desde a fase 2 até a Fase 4;
- b. Novas Tecnologias: todos os gastos incorridos em variedades comerciais de tecnologia já conhecidas até sua desregulamentação internacional e nos casos de desenvolvimento de novas tecnologias, apenas gastos de Fase 4.

Os custos com os projetos de Melhoria genética e Novas Tecnologias, incorridos fora das normas citadas acima, são reconhecidas no resultado na rubrica de “custos de pesquisa e serviços prestados”.

A amortização dos ativos intangíveis de desenvolvimento e registro de produtos é reconhecida no "custos por natureza", nota explicativa nº 24.

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Anualmente, a Companhia avalia a recuperabilidade (“impairment”) dos saldos de ativos intangíveis, substancialmente representados por ativos relacionados ao melhoramento genético, biotecnologia, softwares e tecnologias em desenvolvimento. A metodologia utilizada para avaliação do valor recuperável é baseada no fluxo de caixa descontado, considerando premissas financeiras e operacionais aprovadas pela Administração, conforme descrito abaixo:

(i) **Período de projeção** – Fluxos de caixa projetados com base no planejamento estratégico e orçamentos aprovados pela Administração, considerando período explícito de projeção e perpetuidade para o período residual;

(ii) **Receitas** – Projetadas considerando o histórico operacional, expectativas de mercado, evolução tecnológica, expansão da base de clientes, licenciamentos, royalties e perspectivas de adoção das variedades e tecnologias desenvolvidas pela Companhia;

(iii) **Margens operacionais** – Determinadas com base no desempenho histórico, eficiência operacional esperada e estratégia comercial da Companhia;

(iv) **Custos e despesas operacionais** – Projetados considerando estruturas operacionais atuais, inflação esperada, ganhos de eficiência e investimentos necessários para manutenção das operações e continuidade dos projetos;

(v) **Investimentos (Capex)** – Considerados conforme orçamento aprovado pela Administração, incluindo investimentos em pesquisa, desenvolvimento, infraestrutura tecnológica e manutenção operacional;

(vi) **Crescimento no período residual** – Compatível com as expectativas de crescimento de longo prazo do setor de biotecnologia e agronegócio, bem como projeções macroeconômicas de mercado;

(vii) **Taxa de desconto** – Os fluxos de caixa futuros foram descontados a valor presente utilizando metodologia baseada no Weighted Average Cost of Capital (“WACC”), considerando riscos específicos do negócio, estrutura de capital e condições econômicas e de mercado vigentes. A taxa média adotada no período de projeção é de 14% ao ano.

A Administração não identificou indicadores de perda no valor recuperável dos ativos intangíveis em 31 de março de 2026.

16. Fornecedores

Referem-se, substancialmente, a fornecedores de máquinas e equipamentos, materiais e prestadores de serviços de assessoria técnica, assessoria de engenharia e consultoria.

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Fornecedores nacionais	45.900	22.947	45.900	22.947
Fornecedores estrangeiros	3.658	1.544	2.666	516
	49.558	24.491	48.566	23.463

17. Financiamento

Consolidado e controladora			Vencimento		Garantias	31/03/2026	31/03/2025
Modalidade	Moeda	Encargos	De	até			
Financiamentos	R\$	3,3% + TR a.a.	2027	2035	Fiança bancária	178.749	134.070
Financiamentos máquinas	R\$	2,4% + CDI a.a.	2024	2028		982	1.362
						179.731	135.432
Circulante						749	665
Não circulante						178.982	134.767

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Consolidado e controladora	31/03/2025	Captações	Juros incorridos	Pagamentos	Juros pagos	31/03/2026
Financiamentos	134.070	44.595	8.651	-	(8.567)	178.749
Financiamentos máquinas	1.362	-	76	(380)	(76)	982
Total	135.432	44.595	8.727	(380)	(8.643)	179.731

Consolidado e controladora	31/03/2024	Captações	Juros incorridos	Pagamentos	Juros pagos	31/03/2025
Financiamentos	74.435	59.460	5.080	-	(4.905)	134.070
Financiamentos máquinas	-	1.520	10	(168)	-	1.362
Total	74.435	60.980	5.090	(168)	(4.905)	135.432

Os montantes do passivo têm a seguinte composição por exercício de vencimento:

Exercício de vencimento	31/03/2026	31/03/2025
2025	-	570
2026	654	380
2027	7.736	5.897
2028	22.384	16.867
2029	22.068	16.551
Demais anos	126.889	95.167
	179.731	135.432

Em 22 de agosto de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento, para captação de recursos junto a FINEP, no montante de R\$180.000, com vencimento final em 2035. Sobre o montante principal incidirão juros de taxa referencial ("TR") + 3,3% ao ano.

O recebimento inicial no montante de R\$ 75.000 ocorreu em 24 de outubro de 2023, a segunda parcela de liberação no montante de R\$ 60.000 ocorreu em 10 de julho de 2024 e a terceira e última tranche do contrato de financiamento no valor de R\$ 45.000 foi realizada em 23 de julho de 2025.

Com esta liberação, o montante total contratado foi integralmente disponibilizado à Companhia, reforçando a capacidade de investimento em inovação e desenvolvimento tecnológico. O pagamento dos juros ocorre mensalmente e o pagamento do principal terá primeira parcela a partir de 2027, o qual também será pago mensalmente.

18. Salários, férias e encargos a pagar

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Provisão de férias, 13º salário e encargos	14.639	12.813	14.639	12.813
Provisão para participação nos resultados (i)	25.765	24.404	25.167	23.741
Provisão para bônus NE 22e	1.038	-	1.038	-
Encargos trabalhistas a pagar	11.692	9.736	11.692	9.736
Outros	99	-	99	-
	53.233	46.953	52.635	46.290

(i) Movimentação da provisão para participação nos resultados

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta metas previamente definidas aos funcionários. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que tenha criado uma obrigação. O montante provisionado na safra 24/25 foi revertido após o pagamento que ocorreu em julho de 2025.

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de março de 2024	21.894	21.655
Pagamento do exercício	(21.576)	(21.053)
Provisão do exercício	24.086	23.139
Saldo em 31 de março de 2025	24.404	23.741
Pagamento do exercício	(23.802)	(23.741)
Provisão do exercício	25.163	25.167
Saldo em 31 de março de 2026	25.765	25.167

19. Provisão para processos judiciais

O Grupo, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível entre outros. A Diretoria, apoiada pela opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

Em 31 de março de 2026, se encontra provisionado o montante de R\$ 364 (R\$ 650 em 31 de março de 2025), o qual, na opinião da Diretoria e de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos trabalhistas em andamento. A contrapartida do ajuste da contingência está registrada na conta de despesas administrativas e com vendas. Se encontram registrados na rubrica de depósitos judiciais referentes a esses processos, R\$ 993 em 31 de março de 2026 (R\$ 1.186 em 31 de março de 2025).

	Consolidado e controladora	
	Provisões de natureza trabalhista	Depósitos judiciais
Saldo em 31 de março de 2024	(1.362)	1.453
Adições	(615)	203
Baixas	1.327	(470)
Saldo em 31 de março de 2025	(650)	1.186
Adições	(361)	-
Baixas	647	(193)
Saldo em 31 de março de 2026	(364)	993

Adicionalmente, o Grupo está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista, em diversas fases do rito processual. Os processos de natureza tributária federal referem-se, principalmente, a discussões sobre interpretação e aplicação da legislação tributária no curso normal das operações da Companhia. Na avaliação dos consultores jurídicos, a probabilidade de perda desses processos é classificada como possível, totalizando R\$ 58.815 (R\$ 62.095 em 31 de março de 2025). As contingências cíveis totalizam R\$5.117 (R\$ 23.332 em 31 de março de 2025) e as trabalhistas, R\$ 854 (R\$ 1.435 em 31 de março de 2025), em diversas fases do rito processual.

20. Provisão benefícios pós-emprego

A Companhia possui um compromisso de assistência médica pós-emprego com seus empregados no Brasil (ativos e aposentados) e seus dependentes, em decorrência das contribuições fixas e mensais que foram realizadas pelos empregados, garantindo a esse grupo a continuidade no plano de assistência médica e outros benefícios pós emprego. Os saldos relativos à provisão de benefícios pós-emprego concedidos a empregados estão representados a seguir:

	Consolidado e controladora	
	2026	2025
Assistência médica pós-emprego	6.264	5.839
Outros benefícios	999	1.007
	7.263	6.846
Circulante	914	957
Não circulante	6.349	5.889

O plano está exposto principalmente ao risco de aumento dos custos médicos devido à inflação, novas tecnologias, novos tipos de cobertura e a um maior nível de utilização de benefícios médicos. A Companhia aprimora continuamente a qualidade de seus processos técnicos e administrativos, bem como dos programas de saúde oferecidos aos beneficiários, a fim de mitigar esse risco.

Os empregados e aposentados realizam contribuições fixas mensais para cobertura de procedimentos e contribuições variáveis de alguns procedimentos, ambas com base nas tabelas de contribuição do plano, que são definidas com base em determinados parâmetros, como o salário e níveis de idade.

Revisão anual do plano de saúde

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas. Dentre as principais estão:

- (a) Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente, que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e
- (b) Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais. Em 31 de março de 2026, o passivo foi remensurado com as premissas atuariais vigentes cujo resultado está demonstrado no quadro abaixo.

Incertezas de mensuração associadas à obrigação de benefício definido

As premissas atuariais financeiras e demográficas significativas usadas para determinar a obrigação de benefício definido são apresentadas na tabela abaixo:

	2026	2025
Tábua de Mortalidade	AT-2000, por sexo	AT-2000, por sexo
Tábua de Entrada em Invalidez	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Tábua de Mortalidade de Inválidos IAPB 1957		
Rotatividade 0,30 / (Tempo de Serviço + 1) (1)		
Idade para Aposentadoria 100% aos 60 anos (2)		
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB 1957	IAPB 1957
Rotatividade	0,30 / (Tempo de Serviço + 1) (1)	0,30 / (Tempo de Serviço + 1) (1)
Idade para Aposentadoria	100% aos 60 anos (2)	100% aos 60 anos (2)
Composição Familiar		
– Ativos	90% casados no momento da aposentadoria, homens 4 anos mais velhos que as mulheres	90% casados no momento da aposentadoria, homens 4 anos mais velhos que as mulheres
– Inativos	Grupo Familiar informado	Grupo Familiar informado
Taxa Estimada de Permanência no Plano	100%	100%

Consolidado

	2026	2025
Saldo inicial	6.846	5.716
Despesa Reconhecida (Custo do Serviço + Custo do Juros)	844	818
Benefícios Pagos	(322)	(353)
Passivo atuarial (esperado)	7.368	6.181
(Ganho) / Perda pela Mudança de Hipóteses Financeiras	148	(1.256)
(Ganho) / Perda Experiência	(245)	915
Despesa Estimada sobre o Passivo	7.271	5.839
Outros benefícios	(8)	1.007
Despesa Estimada sobre o Passivo	7.263	6.846

21. Subvenção governamental

A Companhia celebrou contrato de apoio financeiro com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) o montante total de R\$ 72.627 a título de subvenção econômica. O prazo total das subvenções é de 36 meses com recursos aplicados no desenvolvimento de três projetos:

- Projeto Sementes – “Construção da fábrica piloto de sementes para o projeto sementes de cana-de-açúcar”, no montante de R\$ 39.523;
- Projeto Produtividade – “Maximizando a Produtividade da Cana-de-Açúcar pela integração de tecnologias para a produção de materiais vegetais in vitro de alta qualidade”, no montante de R\$ 14.664; e
- Projeto Sphenophurus - “Maximizando a produtividade da cana-de-açúcar: estratégias biotecnológicas para desenvolvimento de variedades com resistência a inseto praga”, no montante de R\$ 18.440.

Os contratos foram firmados entre os meses de novembro e dezembro de 2024 e foram reconhecidos como passivo de assistência governamental conforme valores liberados em conta corrente. O reconhecimento e a contabilização da subvenção seguem as disposições do CPC 07 (R1) / IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, bem como outras normas e legislações contábeis aplicáveis, incluindo a Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017, que regula os efeitos tributários relacionados a subvenções para investimento. A subvenção econômica recebida está sujeita a contrapartidas, especificadas no contrato firmado com a FINEP, incluindo: prestação de contas técnica e financeira periódica; alcance de metas previamente acordadas; entre outras condições.

Em 31 de março de 2026 se encontra registrado na rubrica de subvenção os montantes recebidos das primeiras parcelas dos projetos “Sphenophurus”, “Produtividade” e “Sementes”:

Consolidado e controladora	2026	2025
Projeto Sphenophurus	8.380	8.380
Projeto Produtividade	7.217	7.217
Projeto Sementes	39.136	17.280
Total	54.733	32.877

A movimentação durante o exercício findos para a rubrica contábil foi conforme quadro abaixo:

Consolidado e controladora	Projeto Sphenophurus	Projeto Produtividade	Projeto Sementes	Total
Saldo em 31 de março de 2024	-	-	-	-
Adições	8.380	7.217	17.280	32.877
Saldo em 31 de março de 2025	8.380	7.217	17.280	32.877
Baixas	-	-	21.856	21.856
Saldo em 31 de março de 2026	8.380	7.217	39.136	54.733

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de março de 2026 é de R\$ 812.203 (R\$ 562.203 em 31 de março de 2025), representado por 320.748.000 ações (idêntico em 31 de março de 2025) sendo todas ordinárias nominativas, sem valor nominal totalmente subscrita e integralizadas. A Companhia em conformidade com seu Estatuto Social, deliberou em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2025, um aumento de capital social no valor de R\$ 250.000, mediante reclassificação de parte da reserva estatutária denominada “Reserva de integralidade do patrimônio líquido”. Essa reserva foi constituída conforme previsão estatutária para atender a fins específicos previamente definidos, estando dentro dos limites legais e estatutários.

Destinação do lucro

b) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de março de 2026, a Companhia apresenta reserva legal no valor de R\$ 46.028 (R\$ 35.204 em 31 de março de 2025).

c) Reserva de incentivo fiscal

Constituída nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/0, a Companhia destinará a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, sendo esta parcela excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Desta forma, em 31 de março de 2026, o montante de reserva de incentivo fiscal é de R\$ 48.436 (R\$ 23.571 em 31 de março de 2025). Essa reserva é decorrente de incentivo fiscal de redução parcial do imposto de renda obtido pelas operações conduzidas em áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), aplicado à unidade de Camamu no estado da Bahia.

d) Reserva de integralidade do patrimônio líquido

O Estatuto Social da Companhia prevê que o lucro remanescente após destinações legais e provisionamento dos dividendos poderá ser destinado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária mediante proposta do Conselho de Diretoria, observado o limite do capital social, para uma reserva estatutária denominada Reserva de Integralidade do Patrimônio Líquido. O valor atual desta reserva é de R\$ 355.818. (R\$ 484.561 em 31 de março de 2025), que representa a totalidade do saldo residual após destinações legais representadas pelo aumento de capital, distribuição de dividendos adicionais.

e) Reserva de capital

Pagamento baseado em ações

A Companhia possui plano de remuneração baseado em ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de janeiro de 2016, destinado a determinados membros da Diretoria Estatutária e Não Estatutária e executivos em nível gerencial, conforme definido pelo Conselho de Diretoria (“Beneficiários”).

O plano original previa a outorga de opções de compra de ações ordinárias da Companhia, condicionadas ao cumprimento de metas organizacionais e individuais, bem como à permanência do beneficiário durante o período de aquisição de direito (“vesting period”). As principais metas consideradas para aquisição do direito incluem evento de Liquidez a realização de oferta pública inicial de ações (“IPO”), com negociação das ações da Companhia no segmento Novo Mercado da B3, ou outro evento equivalente aprovado pelo Conselho de Diretoria.

Entende-se por Evento de Liquidez a realização de uma oferta pública inicial de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia (“IPO”), com a negociação das ações no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA, ou outro evento equivalente aprovado pelo Conselho de Diretoria. Caso não ocorresse tal evento, o beneficiário perderia o direito às ações, sem direito a indenização.

Na ausência de Evento de Liquidez dentro do prazo previsto no plano, os beneficiários perdem o direito ao exercício das opções, sem qualquer direito de indenização ou liquidação financeira por parte da Companhia.

O plano de incentivo de longo prazo aprovado em 2016 estabeleceu cinco lotes de outorga (Safras 2016/2017 a 2020/2021). Posteriormente, a proposta de alteração do Plano foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2020, rerratificada em 4 de janeiro de 2021, passando a vigorar como “Plano ILP”. Nesse contexto, ocorreram as outorgas das Safras 2021/2022, 2022/2023 e, em julho de 2024, foi realizada a 8ª outorga, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2024, com a distribuição de 279.093 ações a executivos-chave.

Em junho de 2024 os acionistas aprovaram a adoção de um novo plano que substitui o modelo anterior por um formato híbrido, composto por:

- i. Opções de Compra de Ações (ILP): equivalentes a 50% do *target* salarial do ICP (incentivo de curto prazo), entregues aos beneficiários através do exercício de opções de compra de ações na hipótese de ocorrência de um Evento de Liquidez. Na 9ª Outorga foram distribuídas 218.859 ações.
- ii. Bônus de Longo Prazo em dinheiro (BLP): também de 50% do *target* salarial do ICP (incentivo de curto prazo), condicionado a metas estratégicas e com prazo de aquisição de 3 anos, considerando como parâmetros as metas da safra 2024/2025

O plano aprovado entrou em vigor na safra 2024/2025 para as novas outorgas realizadas a partir da safra 2025/2026 e os preços de exercício foram determinados pelo valor justo das ações na data da outorga.”

Plano	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga	5ª outorga	6ª outorga	7ª outorga	8ª Outorga	9ª Outorga	Total
Data da outorga	20/07/2017	25/06/2018	19/07/2019	20/07/2020	13/07/2021	21/06/2022	21/07/2023	19/07/2024	26/06/2025	
Ações outorgadas	210.000	227.600	249.600	223.200	181.600	170.000	111.200	279.093	218.859	1.871.152
Ações canceladas (i)	(8.800)	(25.200)	(27.200)	(16.000)	(18.000)	(34.000)	(10.800)	-	-	(140.000)
Ações concedidas	201.200	202.400	222.400	207.200	163.600	136.000	100.400	279.093	218.859	1.731.152
Ações baixadas (ii)	(20.880)	(20.880)	(22.680)	(20.880)	(13.680)	(12.360)	(8.400)	-	-	(119.760)
Ações Restantes	180.320	181.520	199.720	186.320	149.920	123.640	92.000	279.093	218.859	1.611.392

- I. As ações canceladas referem-se às outorgas concedidas a ex-beneficiários que não fazem mais parte do quadro de colaboradores da Companhia.
- II. As Ações baixadas refere-se a recompra de ações anteriorente outorgadas a ex-beneficiários da Companhia.

A Companhia reconheceu no exercício uma de despesa administrativa de R\$ 6.545, sendo R\$ 5.507 com opções de ações e R\$ 1.038 referente ao “bônus de longo prazo” em 31 de março de 2026.

Em função da concessão das ações estar vinculada a ocorrência do evento de liquidez, não houve qualquer exercício dessas desde a constituição do plano. O total de ações outorgadas em 31 de março de 2026, 1.611.392 ações (1.392.533 em 31 de março de 2025) foram reconhecidos líquidos no exercício R\$ 4.130 no patrimônio líquido à rubrica de reserva de capital.

O programa tem como objetivo reforçar a retenção dos executivos chave e alinhar seus interesses com os dos acionistas, na criação de valor para o negócio de forma sustentável e no longo prazo.

Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Diretoria fixará os termos e as condições de cada opção em Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações (“Contrato”), a ser celebrado entre a Companhia e cada beneficiário. Este contrato definirá: (i) o número de ações que o beneficiário terá direito de adquirir ou subscrever com o exercício das opções, (ii) o preço por ação, de acordo com o Programa de Opção de Compra de Ações da Companhia, e (iii) quaisquer outros termos e condições adicionais, à condição de que não estejam em desacordo com as disposições do respectivo Plano ou Programa de Ações da Companhia e Bônus de Longo Prazo.

f) Dividendos

De acordo com o estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o Estatuto Social prevê a distribuição de dividendos adicionais correspondentes a 10% do lucro líquido ajustado, desde que haja disponibilidade financeira e deliberação favorável em assembleia.

A Companhia deliberou em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de junho de 2025, a distribuição de dividendos adicionais mediante reclassificação de parte da reserva estatutária denominada Reserva de Integralidade do Patrimônio Líquido.

Dividendos	31/03/2026	31/03/2025
Resultado do exercício em	216.474	175.677
(-) Reserva legal 5%	(10.824)	(8.784)
Base de destinação após reserva legal	205.650	166.893
(-) Reserva de incentivos fiscais	(24.865)	(23.571)
Base de destinação após incentivos fiscais	180.785	143.322
% Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	(45.196)	(35.830)
Dividendos propostos	(45.196)	(35.830)
Reserva de Integralidade do Patrimônio Líquido	135.589	107.492

A Companhia mantém o passivo a pagar de dividendos pelo prazo de 3 anos, após o encerramento do exercício social em que foram declarados. Após esse prazo, os valores não reclamados pelos acionistas são revertidos em contrapartida de lucros acumulados, conforme previsto no artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76.

g) Resultado por ação

A tabela abaixo reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	Controladora e Consolidado	
	2026	2025
Básico		
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia (a)	216.474	175.677
Média ponderada de ações em circulação (b)	320.748.000	320.748.000
Lucro líquido por ação ordinária em (a) / (b) x 1000	0,6749	0,5477
Diluído		
Média ponderada de ações potencial diluidora em circulação (c)	322.359.392	322.140.533
Lucro líquido por ação ordinária em (a) / (c) x 1000	0,6715	0,5453

23.Receita operacional líquida

	Consolidado e controladora	
	2026	2025
Receitas de <i>royalties</i>	288.616	296.792
Receitas de <i>royalties</i> - partes relacionadas (nota explicativa nº 27)	214.953	148.523
Venda de mudas	11.040	15.022
Outras Receitas	2.419	3.773
Impostos	(46.448)	(41.462)
Receita operacional líquida	470.580	422.648

A receita de *royalties* de um cliente representa aproximadamente R\$ 53.182 (R\$ 37.198 em março de 2025) da receita total consolidada.

24.Custos e despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Despesas com pessoal	(130.192)	(113.091)	(130.196)	(112.805)
Serviços contratados	(61.679)	(51.520)	(63.533)	(54.396)
Despesas com materiais	(29.874)	(31.778)	(27.972)	(30.034)
Depreciação e amortização	(55.347)	(49.534)	(53.280)	(46.370)
Provisão/reversão para perda de crédito esperada	(8.054)	(7.850)	(8.054)	(7.850)
Despesas gerais	(25.143)	(36.034)	(21.691)	(32.842)
Crédito extemporâneo (i)	10.030	-	10.030	-
Outras despesas (receitas)	191	(5)	191	(5)
	(300.068)	(289.812)	(294.505)	(284.302)
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:				
Custo de pesquisa & desenvolvimento, produtos vendidos e serviços prestados	(156.249)	(139.293)	(153.211)	(135.641)
Despesas administrativas	(142.903)	(126.874)	(142.903)	(126.874)
Perdas esperadas com crédito	(8.054)	(7.850)	(8.054)	(7.850)
Outras receitas (despesas) operacionais	7.138	(15.795)	9.663	(13.937)
	(300.068)	(289.812)	(294.505)	(284.302)

(i). Refere-se a redução de base de cálculo de imposto de renda e da contribuição social decorrente de benefícios fiscais de ICMS elencados no Convênio 190/17 que regulamentou a Lei Complementar nº 160/17, e posteriormente regulamentado pela Solução de Consulta COSIT nº 169/21.

25.Financeiras líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Receita com aplicações financeiras	84.558	59.336	84.558	59.336
Juros	14.088	6.449	14.088	6.446
Receitas financeiras	98.646	65.785	98.646	65.782
Despesas bancárias	(1.352)	(1.909)	(1.274)	(1.833)
Juros sobre empréstimos	(8.675)	(5.090)	(8.675)	(5.090)
Ajuste a valor presente	(4.613)	(4.008)	(4.360)	(3.760)
Outras despesas financeiras	(2.861)	(1.106)	(2.861)	(1.091)
Despesas financeiras	(17.501)	(12.113)	(17.170)	(11.774)
Variações cambiais, líquida	(200)	(124)	(200)	(124)
Financeiras líquidas	80.945	53.548	81.276	53.884

26.Instrumentos financeiros

a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Consolidado		Valor contábil		Valor justo	
Instrumentos financeiros		2026	2025	2026	2025
		Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Aplicações financeiras (nota 8)	Valor justo por meio de resultado	681.109	628.917	681.109	628.917
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Depósitos a vista (nota 8)	Custo amortizado	11	17	-	-
Conta corrente (nota 8)	Custo amortizado	269	458	-	-
Contas a receber (nota 9)	Custo amortizado	101.872	97.063	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Financiamentos (nota 17)	Valor justo por meio de resultado	179.731	135.432	-	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado	49.558	24.491	-	-
Outras contas a pagar	Custo amortizado	1.248	1.260	-	-

Controladora		Valor contábil		Valor justo	
Instrumentos financeiros		31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026	31/03/2026
		Nível 2	Nível 2	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros mensurados ao valor justo					
Aplicações financeiras (nota 8)	Valor justo por meio de resultado	681.109	628.917	681.109	628.917
Ativos financeiros não mensurados ao valor justo					
Depósitos a vista (nota 8)	Custo amortizado	11	17	-	-
Conta corrente (nota 8)	Custo amortizado	29	218	-	-
Contas a receber (nota 9)	Custo amortizado	101.872	97.063	-	-
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Financiamentos (nota 17)	Custo amortizado	179.731	135.432	-	-
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo					
Fornecedores (nota 16)	Custo amortizado	48.566	23.463	-	-
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.580	2.445	-	-

Valor justo versus valor contábil

Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

b) Gerenciamento dos riscos financeiros

O Grupo apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição do Grupo para cada um dos riscos acima, os objetivos do Grupo, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital do Grupo.

c) Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Grupo. A Diretoria é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco. Os gestores de cada departamento se reportam regularmente a Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pelo Grupo, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo.

d) Risco de câmbio

O Grupo está exposto ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as transações são denominadas, e a respectiva moeda funcional das entidades do Grupo. As moedas funcionais do Grupo são principalmente o Real (R\$) e o Dólar Norte-Americano (USD). As moedas nas quais as transações do Grupo são primariamente denominadas são: R\$ e USD.

Instrumentos	Exposição 2025		Provável	
	USD	Risco	Taxa	Valor
Ativo Financeiros				
Bancos em moeda estrangeira	46	Redução Dólar	5,22	240
Fornecedores estrangeiros	701	Redução Dólar	5,22	3.659
Outras contas a pagar	216	Redução Dólar	5,22	1.127
Resultado financeiro projetado				5.026
Impacto no resultado e patrimônio líquido				-

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de o Grupo incorrer em perdas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente do contas a receber de clientes e outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos contratuais mencionados nas notas explicativas nº 8 e 9.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de grande porte.

Contas a receber

Com relação às contas a receber, o Grupo restringe sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e realização contínua de análises da situação dos clientes e de medidas cabíveis de acordo com a política vigente. Em 31 de março de 2026, não havia nenhuma concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A despesa com a constituição dessa provisão de perdas foi registrada na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais na demonstração do resultado. Quando esgotados os esforços para recuperação das contas a receber de clientes, os valores creditados nessa provisão são, em geral, revertidos contra a baixa definitiva do título.

A composição por vencimento dos recebíveis na data das Informações contábeis era a seguinte:

Consolidado e controladora	2026	2025
A vencer	23.113	32.303
Vencido de 1 a 30 dias	243	163
Vencido de 31 a 60 dias	94	516
Vencido de 61 a 180 dias	7.131	6.173
Vencido de 181 a 360 dias	7.745	4.097
Vencido acima de 360 dias	63.546	53.811
Total (nota explicativa nº4)	101.872	97.063
(-) Provisão para perda de crédito esperada - partes relacionadas	(2.365)	(2.276)
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(68.974)	(61.009)
Total (nota explicativa nº9)	(71.339)	(63.285)
	30.533	33.778

f) Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Cronograma de amortização da dívida

31 de março de 2026	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 97 meses
Fornecedores	49.558	49.558	49.558	-	-	-	-	-
Arrendamentos	36.359	36.359	13.060	12.256	8.813	2.730	-	-
Financiamentos	179.731	197.774	7.356	7.356	22.902	22.902	22.902	114.356
31 de março de 2025	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 97 meses
Fornecedores	24.491	24.491	24.491	-	-	-	-	-
Arrendamentos	35.150	35.150	11.395	12.780	8.813	2.662	-	-
Financiamentos	135.432	148.467	5.080	5.080	5.080	17.257	17.257	98.713

g) Risco de mercado

Risco de mercado são as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros que impactam nos ganhos do Grupo ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Pelas transações e operações em aberto, o risco relevante é o risco da taxa de juros.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de o Grupo vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno. Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os ativos e passivos do Grupo indexados pelo CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis do Grupo era:

Consolidado e controladora	Risco	2026	2025
Instrumentos de taxa pré-fixada			
Fornecedores		49.558	24.491
Instrumentos de taxa variável			
Aplicação financeira (instrumentos financeiros e caixa e equivalentes de caixa)	CDI	681.109	628.917
Financiamentos	TR	179.731	135.432

Análise de sensibilidade

No quadro abaixo são considerados três cenários, considerando as variações percentuais do CDI e TJLP, sendo o cenário provável 12,08%, taxa média de juros efetivos nos últimos doze meses. Os demais cenários consideram uma valorização do CDI em 25% e 50% sobre essa taxa e representam o impacto das despesas financeiras em resultado do exercício e patrimônio líquido.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2025	Risco	Cenários						
			Provável		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%		
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativo Financeiros									
Aplicações financeiras (de liquidez imediata e liquidez não imediata)	681.109	Redução CDI (*)	14,72	100.259	11,04	75.194	7,36	50.130	
Empréstimos e financiamentos									
Financiamentos	(179.731)	Redução TR	5,27	(9.472)	3,95	(7.099)	2,64	(4.745)	
Outros Instrumentos									
Benefícios pós-emprego	(7.263)	Redução CDI (*)	14,72	(1.069)	11,04	(802)	7,36	(535)	
Resultado financeiro projetado				89.718		67.293		44.850	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				-		(22.425)		(44.868)	

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 2025	Risco	Cenários						
			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%		
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativo Financeiros									
Aplicações financeiras (de liquidez imediata e liquidez não imediata)	681.109	Crescimento CDI (*)	14,72	100.259	18,40	125.324	22,08	150.389	
Empréstimos e financiamentos									
Financiamentos	(179.731)	Crescimento TR	5,27	(9.472)	6,59	(11.844)	7,91	(14.217)	
Outros Instrumentos									
Benefícios pós-emprego	(7.263)	Crescimento CDI (*)	14,72	(1.069)	18,40	(1.337)	22,08	(1.604)	
Resultado financeiro projetado				89.718		112.143		134.568	
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				-		22.425		44.850	

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, bem como otimizar a estrutura de capital com foco na manutenção de indicadores monitorados pela Gerência Financeira e Diretoria. Esses indicadores correspondem aos índices:

De liquidez corrente (ativo circulante pelo passivo circulante) Maior ou igual a 1 Os índices de liquidez e alavancagem estão demonstrados abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	2026	2025	2026	2025
Ativo circulante	728.937	684.226	728.342	683.438
Passivo circulante	168.357	123.830	166.936	121.913
Índice de liquidez	4,33	5,53	4,36	5,61

27. Partes relacionadas

- Controladora e controlador final

O grupo de Controladores finais é formado pelo bloco de controle, constituído pelos acionistas: Grupo Raízen, Copersucar S.A., Grupo São Martinho, Grupo Tereos, Grupo BP Bioenergy e S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool.

- Remuneração do pessoal chave da Diretoria

A remuneração paga para Diretoria é definida na Assembleia Geral dos Acionistas e os valores pagos no exercício a título de remuneração foram R\$ 21.966 (R\$ 19.345) em 31 de março 2025). Em adição as despesas acima mencionadas, a Companhia possui um plano de remuneração baseada em ações conforme divulgado na nota explicativa nº 21.

Descrição	Consolidado e controladora	
	2026	2025
Remuneração fixa	12.066	9.177
Bônus, benefícios e outras remunerações variáveis	3.355	3.345
Pagamento baseado em ações virtuais	6.545	6.823
Total da remuneração e encargos	21.966	19.345

- Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício decorrem de transações que são realizadas de acordo com os preços acordados entre as partes, com o Grupo e suas partes relacionadas, para os respectivos tipos de operações:

	Nota	2026	2025
Ativo			
Contas a receber (a)	9	17.634	20.239
Passivo			
Dividendos a pagar (b)		46.684	36.765
Obrigações com arrendamento (c)	14	16.734	22.276
Outras contas a pagar (d)		1.127	1.185
		2026	2025
Resultado			
Receita de vendas (e)	23	214.953	148.523

a) Contas a receber

Operações com licenciamento de variedades de cana de açúcar e de tecnologia. Os *royalties* são reconhecidos pelo regime de competência em conformidade com a essência do acordo.

Contas a receber (nota explicativa)	2026	2025
Grupo BP Bioenergia	15.092	14.788
Copersucar S.A.	2.256	4.917
Grupo Raízen	116	522
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Álcool	170	12
	17.634	20.239

b) Dividendos a pagar

De acordo com o estatuto da Companhia é assegurado aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido apurado no final do exercício social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o Estatuto Social prevê a distribuição de dividendos adicionais correspondentes a 10% do lucro líquido ajustado. A Companhia possui registrados na rubrica de dividendos a pagar o montante de R\$ 45.196 (R\$ 36.109 em 31 de março de 2025) o qual está à disposição dos acionistas.

c) Passivo de arrendamento

Nos exercícios findos em 31 de março de 2026 e 31 de março 2025 a Companhia possuía registrado no passivo contratos de arrendamento das transações com partes relacionadas.

Obrigações com arrendamento de imóveis (nota 14)	2026	2025
Copersucar S.A.	10.384	14.040
	10.384	14.040
Obrigações com arrendamento agrícola (nota 14)	2026	2025
Grupo São Martinho	5.276	6.629
Grupo Raízen	157	584
Copersucar S.A.	917	1.023
	6.350	8.236

d) Outras contas a pagar – Controladora

Outras contas a pagar	2026	2025
CTC Genomics LLC	1.127	1.185
	1.127	1.185

e) Receitas com *royalties*

Receitas	2026	2025
Grupo BP Bioenergia	29.914	20.803
Copersucar S.A.	92.023	63.132
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Alcool	1.986	1.530
Grupo Raízen	53.182	37.198
Grupo São Martinho	20.496	15.068
Grupo Tereos	17.352	10.792
	214.953	148.523

28. Compromisso com receita futura

A seguir são apresentados os efeitos dos recebimentos futuros já compromissados junto a nossos clientes e condicionados à existência nas datas dos faturamentos futuros, relativos aos cortes remanescentes das áreas que já se encontram plantadas.

O CTC celebra contrato sem prazo determinado de licenciamento de direito de uso de suas variedades, recebendo de seus clientes *royalties* anuais pelo exercício em que suas variedades estiverem sendo cultivadas por aproximadamente 5 anos. Tal obrigação se mantém até o término do prazo de sua proteção da propriedade intelectual 15 anos para variedades convencionais, e 20 anos para aquelas geneticamente modificadas.

A Companhia estima que, os direitos decorrentes dos futuros cortes do atual plantio, a valor presente, totalizem no montante de R\$ 1.015.669 em 31 de março de 2026, conforme demonstrado abaixo:

Direitos futuros decorrentes de safra futura
(números abaixo em milhões de reais)

Total compromisso de recebimento futuro de receita	1.411.544
Dos quais a ser reconhecido dentro de 2 anos	826.373
Dos quais a ser reconhecido entre 3 e 5 anos	585.171
Valor presente líquido do fluxo	1.015.669

A Companhia utilizou as seguintes premissas para cálculo do valor presente da receita futura:

- Inexistência de erradicação das lavouras;
- Cinco cortes (anos safra) nas lavouras existentes;
- Ajuste a valor presente; e
- Direito de cobrança de *royalties* pelo prazo de proteção da cultivar.

Conforme divulgado na nota 6.j, o CTC reconhece a receita anual de acordo com o CPC 47 e IFRS 15, sob os quais os valores dos direitos acima mencionados serão reconhecidos como receita nas demonstrações financeiras de exercícios futuros da Companhia.

29. Seguros

O Grupo possui um programa de seguros e gerenciamento de risco que proporciona cobertura e proteção compatíveis com seus ativos patrimoniais e sua operação.

As coberturas contratadas são baseadas em avaliação de riscos e perdas sendo as modalidades de seguro contratadas consideradas, pela Diretoria, suficientes para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades do Grupo.

Em 31 de março de 2026, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 68.668 para danos materiais e R\$ 50.000 para responsabilidade civil.

30. Eventos subsequentes

A) Financiamento com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

Em 7 de abril de 2026, a Companhia celebrou contrato de apoio financeiro com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante total de R\$ 83.960, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário. O prazo total do contrato é de 12 anos com carência de 24 meses para amortização do principal.

B) Inauguração da unidade de Produção de Sementes Sintéticas

No dia 16 de abril de 2026 a Companhia inaugurou a primeira unidade de produção de sementes sintéticas, a tecnologia visa revolucionar o setor sucroenergético, substituindo o plantio tradicional de colmos por sementes artificiais, reduzindo drasticamente o uso de insumos e acelerando a renovação de variedades.

Diretoria Executiva

Diretor-Presidente

Massimiliano César de Barros Júnior

Diretor financeiro e relações com investidores

Paulo Geraldo Polezi

Contador responsável: Luis Ricardo Teixeira



Release de Resultados Safrá 2025/26



CENTRO DE
TECNOLOGIA CANAVIEIRA

Destaques

- **Receita líquida de R\$ 470,6 milhões** na safra, 11,3% superior a 2024/25
- **EBITDA de R\$ 218,7 milhões** no período, 10,4% acima de 2024/25
- **Margem EBITDA de 46,5%**, mesmo patamar de 2024/25
- **Investimentos em P&D¹ de R\$ 268,0 milhões**, 14,6% acima de 2024/25
- **Lucro líquido de R\$ 216,5 milhões**, +23,2% vs 2024/25
- **Expansão da Margem líquida de +4,4p.p.** vs 2024/25, atingindo **46,0%**
- Posição de **Caixa líquido** robusta, na ordem de **R\$ 501,7 MM**, **1,6%** acima vs 2024/25
- **CapEx de R\$ 139,0 milhões** em 2025/26, 142,4% superior a 2024/25
- **Market share² atingiu 32% do plantio**, um incremento de +6,0p.p. vs 2024/25
- **81% do plantio feito com variedades recentes**, com **268 usuários de CTCAdvana1**
- **Aprovação da VerdPRO2**, nova geração de biotecnologia do CTC, **pela CTNBio**
- **Lançamento da segunda variedade da série CTCAdvana**, com 10% de ganho de produtividade
- **Inauguração da UPS**, Unidade de Produção de Sementes Sintéticas, investimento de **R\$ 100MM**

1 - Inclui o Intangível 2 – Apenas variedades protegidas e sobre a base de clientes

Resumo Financeiro

A safra 2025/26 consolidou um ciclo de crescimento rentável, com alta de 11,3% na receita líquida, expansão de 10,4% no EBITDA e avanço de 23,2% no lucro líquido, refletindo ganhos consistentes de eficiência operacional e disciplina na gestão de custos. Os investimentos em P&D totalizaram R\$ 268 milhões, direcionados a melhoramento genético, biotecnologia, Sementes Sintéticas e ao lançamento de novas variedades. O Capex atingiu R\$ 139,0 milhões (+142,4%), concentrado na inauguração da UPS, ampliação de laboratórios e estruturação de novos polos produtivos. Mesmo diante da aceleração desses aportes, a Companhia manteve sólida geração de caixa e robustez financeira, reafirmando sua capacidade de financiar o crescimento com equilíbrio e sustentabilidade.

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Receita líquida	120.977	113.525	+7.452	+6,6%	470.580	422.648	+47.932	+11,3%
Lucro Bruto	74.593	71.593	+3.000	+4,2%	314.331	283.355	+30.976	+10,9%
<i>Margem Bruta</i>	<i>61,7%</i>	<i>63,1%</i>	-	<i>-1,4 p.p.</i>	<i>66,8%</i>	<i>67,0%</i>	-	<i>-0,2 p.p.</i>
EBITDA	40.558	48.033	-7.475	-15,6%	218.721	198.165	+20.556	+10,4%
<i>Margem EBITDA</i>	<i>33,5%</i>	<i>42,3%</i>	-	<i>-8,8 p.p.</i>	<i>46,5%</i>	<i>46,9%</i>	-	<i>-0,4 p.p.</i>
Lucro Líquido	39.916	42.042	-2.126	-5,1%	216.474	175.677	+42.797	+23,2%
<i>Margem Líquida</i>	<i>33,0%</i>	<i>37,0%</i>	-	<i>-4,0 p.p.</i>	<i>46,0%</i>	<i>41,6%</i>	-	<i>+4,4 p.p.</i>
Investimentos em P&D	79.595	65.252	+14.343	+22,0%	268.035	233.908	+34.127	+14,6%
Caixa Líquido	501.658	493.960	+7.698	+1,6%	501.658	493.960	+7.698	+1,6%

Piracicaba, 27 de maio de 2026 (Segmento Básico (CTCA3), sem negociação). O CTC - Centro de Tecnologia Canavieira ("Companhia"), líder em soluções de melhoramento genético para o setor de cana-de-açúcar no Brasil e um dos mais renomados centros de biotecnologia aplicada à cana do mundo, anuncia hoje os resultados do quarto trimestre (4T26) e da safra 2025/26, que corresponde respectivamente aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2026 e a todo o período. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto onde indicado o contrário, estão apresentadas em Reais (R\$), seguem as normas contábeis internacionais (IFRS), Lei das S.A. e práticas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Mensagem da Administração



Encerramos a safra 2025/26 com um desempenho financeiro sólido, refletindo a consistência da nossa execução e a capacidade de transformar inovação em crescimento rentável. Registramos receita líquida de R\$ 470,6 milhões, avanço de 11,3% em relação à safra anterior, com EBITDA de R\$ 218,7 milhões (+10,4%) e lucro líquido de R\$ 216,5 milhões, reforçando nossa capacidade de geração de valor com disciplina financeira e eficiência operacional.

Esse desempenho foi impulsionado pela evolução da nossa base comercial e pela maior penetração de produtos no campo. Alcançamos 32% de market share de plantio, um avanço de 6 pontos percentuais, refletindo o reconhecimento dos clientes à competitividade do nosso portfólio, à consistência dos resultados agronômicos e à qualidade da nossa execução.

No campo estratégico, a safra foi marcada por importantes avanços tecnológicos. Destacamos a aprovação regulatória da primeira variedade da plataforma VerdPRO2, resistente à broca da cana e a herbicida, posicionando o CTC em um novo patamar de inovação e reforçando nossa liderança em biotecnologia aplicada à cana-de-açúcar.

Além disso, avançamos de forma consistente na renovação e aceleração do portfólio, com destaque para o lançamento da CTCAdvana2 e para o desempenho da CTC9006, reconhecida como a variedade mais plantada da safra. Esse movimento reforça nossa capacidade de gerar ganhos contínuos de produtividade e ampliar nossa presença no mercado.

Ao longo do trimestre, avançamos em uma das frentes estruturantes da nossa Visão 2040: a plataforma de Sementes Sintéticas. A inauguração da UPS (Unidade de Produção de Sementes Sintéticas) marcou o início da produção em escala e um avanço importante

na construção de uma nova lógica de plantio para a cana-de-açúcar, ampliando a eficiência operacional e acelerando a adoção de novas tecnologias no campo.

Mantivemos um elevado nível de investimento em inovação, com aportes de R\$ 268 milhões em P&D (+14,6%), direcionados ao avanço simultâneo das frentes de melhoramento genético, biotecnologia e sementes sintéticas. Esse esforço sustenta a evolução do nosso pipeline e reforça nossa capacidade de desenvolver soluções escaláveis, aplicáveis e conectadas aos desafios reais do setor.

Do ponto de vista financeiro, encerramos a safra com posição de caixa líquido robusta de R\$ 501,7 milhões, refletindo uma gestão disciplinada de capital e preservação de flexibilidade financeira. Adicionalmente, fortalecemos nossa estrutura de funding com a contratação de linha de crédito junto ao BNDES no valor de R\$ 84 milhões, em condições competitivas e alinhadas à nossa agenda de inovação.

Por fim, destacamos a conquista do 1º lugar no ranking GPTW Agronegócio, reconhecimento que reflete a qualidade do nosso time, nossa cultura de inovação e a capacidade de execução que sustenta os resultados alcançados.

Os resultados desta safra reforçam nossa convicção de que os próximos ganhos de produtividade do setor virão da convergência entre genética, biotecnologia e novos sistemas de multiplicação. Seguimos comprometidos com uma execução disciplinada e com a continuidade dos investimentos que sustentam essa transformação.

César Barros
CEO do CTC

Panorama do Setor Sucroenergético



A safra brasileira de cana-de-açúcar 2025/26 encerrou-se com 673,2 milhões de toneladas processadas, recuo de 0,5% ante o ciclo anterior. A queda foi impulsionada pela redução na produtividade média (TCH), que atingiu 75.188 kg/há (-2,6% vs 2024/25), parcialmente compensada pela expansão da área disponível à colheita (+2,1%).

O menor TCH reflete o processo de recuperação dos canaviais que enfrentaram condições climáticas adversas, com restrições hídricas, altas temperaturas e focos de incêndio, durante a safra 2024/25, cujos efeitos se estenderam ao desenvolvimento das lavouras no ciclo seguinte (2025/26).

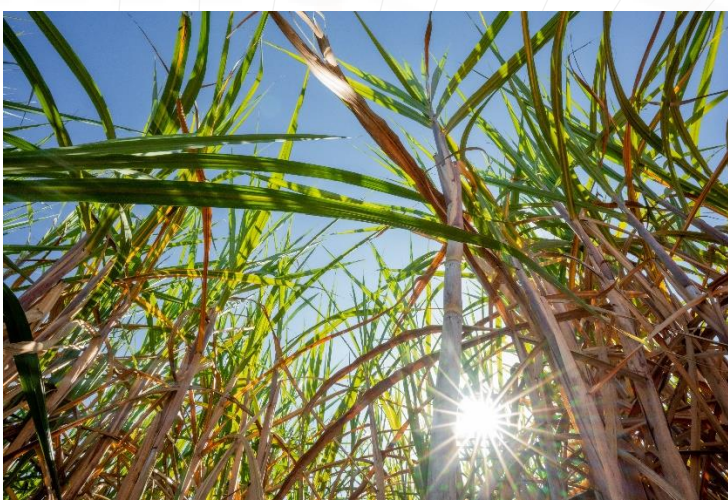
Esses mesmos fatores também impactaram o ATR, pressionando os índices de qualidade da matéria-prima ao longo da safra. O ATR (Açúcar Total Recuperável), alcançou 137,79 kg/t, retração de 2,3% ante o ciclo anterior.

A produção brasileira de açúcar atingiu 44,2 milhões de toneladas, avanço marginal de 0,1% ante a safra anterior. O crescimento foi limitado pela menor disponibilidade de matéria-prima, embora o mercado externo favorável ao adoçante tenha sustentado a atratividade da produção açucareira até o terceiro trimestre. O mix açucareiro encerrou o ciclo em 50,4%.

A produção de etanol derivado de cana-de-açúcar no Brasil, teve recuo de 6,9%, totalizando 27,3 bilhões de litros.

A paridade etanol hidratado/gasolina manteve-se favorável ao biocombustível em diversos estados ao longo da safra, especialmente em MT, MS, PR, SP e GO, onde o etanol apresentou-se mais competitivo (paridade abaixo de 70%). A entrada do E30 em agosto de 2025 ampliou a demanda por etanol anidro, contribuindo para o crescimento nas vendas acumuladas do produto.

Fontes: CONAB, UNICA, ANP, Bloomberg, CEPEA, CTC



Highlights



Maior participação de mercado e lançamento de variedade

- Na safra 2025/26, aumentamos nosso share de plantio¹ em 6,0 pontos percentuais, passando de 26% para 32%, com 81% do plantio feito com variedades mais recentes, lançadas a partir de 2020.
- A variedade CTCAdvana1, primeiro lançamento da série CTC Advana, atingiu a marca de 268 usuários na safra, sendo o maior e mais acelerado lançamento da nossa história.
- Lançamento da variedade CTCAdvana2, com +10% de produtividade frente aos padrões de mercado e direcionada a regiões restritivas, ampliando a resiliência do portfólio.

1 - Apenas variedades protegidas e sobre a base de clientes

Principais entregas do P&D

- Aprovação regulatória junto à CTNBio da primeira variedade da plataforma VerdPRO2, com resistência à broca da cana e herbicida.
- Transformação de 4 variedades da plataforma de biotecnologia VerdPRO2.
- Inauguração da UPS, Unidade de Produção de Sementes Sintéticas, com plantio de 20 hectares em 8 locais finalizado com bons níveis de estabelecimento.

Pipeline de P&D (Resultados da Safra 2025/26)



GENÉTICA

- Lançamentos de 4 novas variedades, contando com a segunda da série CTCAdvana, Tecna3902 e 2 específicas para a região Nordeste.
- Plantio com 81% de variedades novas.
- Descoberta do agente causal da Síndrome da Murcha.



BIOTECH

- 2 novas variedades convertidas para VerdPRO2, tendo 14 ao todo
- Descoberta de duas novas proteínas com atividade comprovada contra Sphenophorus, fortalecendo o pipeline com novas oportunidades de inovação e diferentes mecanismos de ação.
- +25 novos vetores em teste em planta para Sphenophorus.



SEMENTES SINTÉTICAS

- Construção concluída da UPS, unidade de produção de Sementes Sintéticas.
- Conclusão do plantio dos 20 hectares de teste em 8 lugares.

Resultados Financeiros



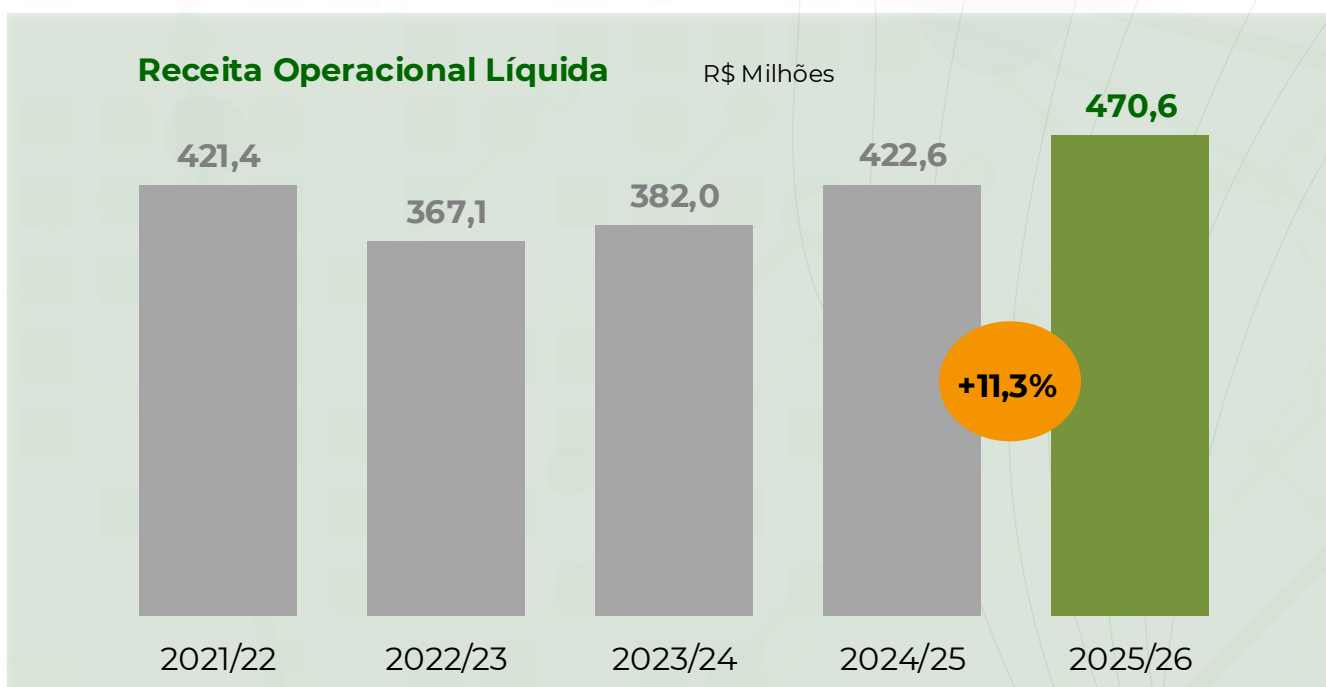
Receita Líquida

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Receita de royalties	125.540	118.061	+7.479	+6,3%	503.569	445.315	+58.254	+13,1%
Outras Receitas	7.065	6.504	+561	+8,6%	13.459	18.795	-5.336	-28,4%
Impostos (-)	(11.628)	(11.040)	-588	+5,3%	(46.448)	(41.462)	+4.986	+12,0%
Receita operacional líquida	120.977	113.525	+7.452	6,6%	470.580	422.648	+47.932	+11,3%

As receitas de royalties decorrem do licenciamento de variedades de cana-de-açúcar CTC, tecnologias proprietárias da Companhia. Os royalties são reconhecidos em base mensal no resultado do exercício conforme o seguinte modelo adotado desde 2012: a área de plantio existente no início do ano safra (informada através do censo elaborado pelos clientes e confirmada pela equipe de vendas) é multiplicada por valor definido por variedade em contrato firmado entre as partes e corrigido pela inflação. A Lei de Proteção de Cultivares e a Lei de Propriedade Industrial (Lei de Patentes) permitem à Companhia a cobrança pelo licenciamento de variedades da cana-de-açúcar pelos períodos de 15 e 20 anos, respectivamente.

A Companhia registrou receita operacional líquida de R\$ 470,6 milhões na safra 2025/26, crescimento de 11,3% em relação ao mesmo período do ciclo anterior.

O crescimento da receita na safra 2025/26 foi estrutural, impulsionado pelo maior volume e penetração das variedades mais recentes, com destaque para as regiões de Minas Gerais, Mato Grosso, Araçatuba e Nordeste. Adicionalmente, a receita com royalties avançou 13,1%, totalizando R\$ 503,6 milhões frente aos R\$ 445,3 milhões da safra 2024/25.

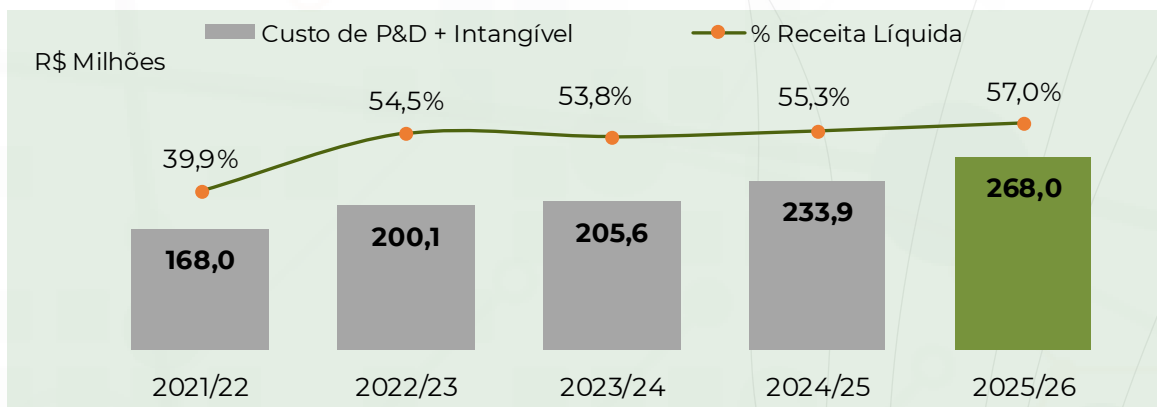


Investimentos P&D

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Despesas com pessoal	33.100	28.770	+4.330	+15,1%	121.330	102.609	+18.721	+18,2%
Materiais e serviços gerais	38.518	27.697	+10.821	+39,1%	110.605	99.184	+11.421	+11,5%
Depreciação e amortização	7.977	8.785	-808	-9,2%	36.100	32.115	+3.985	+12,4%
Investimentos em P&D	79.595	65.252	+14.343	+22,0%	268.035	233.908	+34.127	+14,6%
Intangível (+)	(33.211)	(23.320)	+9.891	+42,4%	(111.786)	(94.615)	-17.171	+18,1%
Despesas totais de P&D, produtos e serviços prestados (=)	46.384	41.932	+4.452	+10,6%	156.249	139.293	+16.956	+12,2%

Os investimentos em P&D somaram R\$ 268,0 milhões (+14,6% vs. 2024/25), representando 57,0% da receita líquida (vs. 55,3% em 2024/25). A expansão decorreu do avanço simultâneo do portfólio de projetos em Melhoramento Genético, Biotecnologia e Sementes Sintéticas, com aumento de capacidade para execução, refletido em maiores despesas de pessoal (reforço de especialistas, incluindo a equipe dedicada à UPS) e incremento de materiais, serviços e infraestrutura, com atualização de equipamentos e melhorias laboratoriais.

Do ponto de vista de criação de valor, o maior investimento reforça a estratégia de acelerar entregas do pipeline e ampliar a robustez técnica. Em linha com esse avanço, os intangíveis cresceram 18,1%, refletindo a ativação de dispêndios elegíveis e a manutenção de um balanceamento de investimento entre as três frentes estratégicas ao longo do ano, o que contribui para diversificação tecnológica e mitigação de risco de execução.



Lucro Bruto

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Receita operacional líquida	120.977	113.525	+7.452	+6,6%	470.580	422.648	+47.932	+11,3%
Despesas totais de P&D, produtos e serviços prestados (-)	(46.384)	(41.932)	+4.452	+10,6%	(156.249)	(139.293)	+16.956	+12,2%
Lucro bruto (=)	74.593	71.593	+3.000	+4,2%	314.331	283.355	+30.976	+10,9%
<i>Margem bruta</i>	<i>61,7%</i>	<i>63,1%</i>	<i>-</i>	<i>-1,4 p.p.</i>	<i>66,8%</i>	<i>67,0%</i>	<i>-</i>	<i>-0,2 p.p.</i>

Na safra 2025/26, o lucro bruto foi de R\$ 314,3 milhões (+10,9% vs. 2024/25), com margem de 66,8% (-0,2 p.p. vs. 2024/25).

Despesas Operacionais

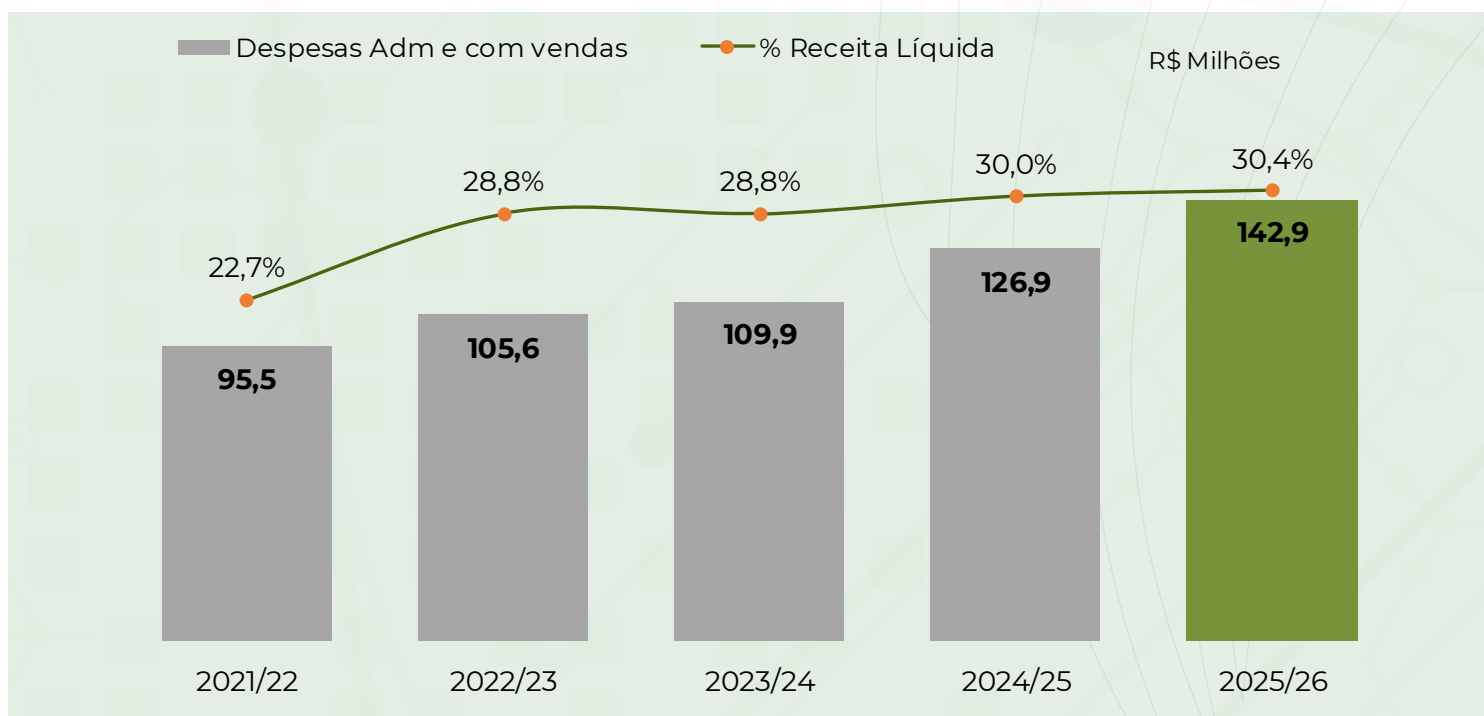
Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Despesas administrativas e com vendas	(41.937)	(34.628)	-7.309	+21,1%	(142.903)	(126.874)	-16.029	+12,6%
Outras despesas (receitas)	(7.328)	(5.002)	-2.326	+46,5%	(916)	(23.645)	+22.729	-96,1%
Despesas Operacionais (=)	(49.265)	(39.630)	-9.635	+24,3%	(143.819)	(150.519)	+6.700	-4,5%
% Receita Líquida	40,7%	34,9%	-	+5,8 p.p.	30,4%	35,6%	-	-5,1 p.p.

Na safra 2025/26, a Companhia registrou R\$ 142,9 milhões em despesas administrativas e comerciais, aumento de 12,6% em relação ao ano anterior. A variação reflete, principalmente, a expansão das equipes comercial e operacional, em linha com a estratégia de fortalecimento organizacional para suportar a execução do plano de crescimento, a ampliação do portfólio e a consolidação de mercado.

Na linha de Outras despesas, o comparativo anual foi beneficiado por dois efeitos relevantes: (i) a safra anterior incorporou uma baixa contábil de aproximadamente R\$ 11 milhões, relacionada a gastos com consultorias jurídicas e financeiras associados ao processo preparatório para um potencial evento de liquidez (iniciado em 2020 e não concluído em função das condições de mercado); e (ii) o reconhecimento de créditos fiscais recuperados no 2T da safra 2025/26, que contribuiu para reduzir o nível líquido de despesas no período.

Dessa forma, as despesas operacionais totais atingiram R\$ 143,8 milhões (-4,5% vs. 2024/25), reduzindo seu peso para 30,4% da receita líquida (vs. 35,6%), o que indica diluição de despesas e melhora do grau de alavancagem operacional, apesar do aumento de custos recorrentes associado ao fortalecimento da estrutura.

Despesas Administrativas e com Vendas



EBITDA e Margem EBITDA

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Receita operacional líquida	120.977	113.525	+7.452	+6,6%	470.580	422.648	+47.932	+11,3%
Custo de P&D e serviços prestados (-)	(46.384)	(41.932)	-4.452	+10,6%	(156.249)	(139.293)	-16.956	+12,2%
Despesas administrativas e com vendas (-)	(41.937)	(34.628)	-7.309	+21,1%	(142.903)	(126.874)	-16.029	+12,6%
Lucro Operacional	32.656	36.965	-4.309	-11,7%	171.428	156.481	+14.947	+9,6%
Depreciação e amortização (+)	12.155	13.198	-1.043	-7,9%	55.347	46.370	+8.977	+19,4%
Outros ajustes (+)	(4.253)	(2.130)	-2.123	+99,7%	(8.054)	(7.850)	-204	+2,6%
EBITDA (=)	40.558	48.033	-7.475	-15,6%	218.721	198.165	+20.556	+10,4%
<i>Margem EBITDA</i>	33,5%	42,3%	-	-8,8 p.p.	46,5%	46,1%	-	-0,4 p.p.

O EBITDA não é uma medida contábil segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa ao fluxo de caixa operacional como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de maneira diferente da aqui apresentada.

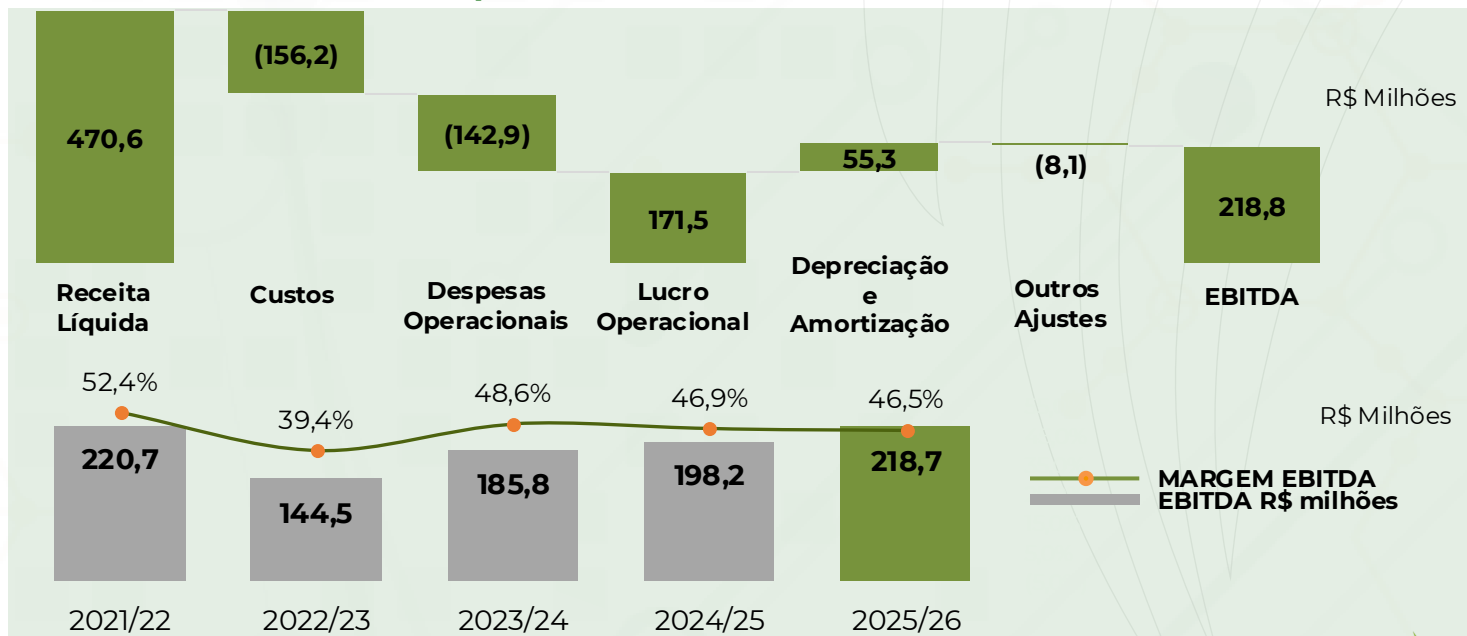
EBITDA

O EBITDA atingiu R\$ 218,7 milhões (+10,4% vs. 24/25), refletindo crescimento de receita, com maior participação de variedades novas no portfólio, o que favoreceu volumes e rentabilidade operacional. A margem EBITDA encerrou em 46,5% (-0,4 p.p.), em função da ampliação do quadro de pessoal tanto nos laboratórios quanto em campo, decorrentes da execução simultânea de projetos, da intensificação de iniciativas de P&D e do reforço do time comercial para ampliar ganhos de participação de mercado e aceleração de adoção do portfólio, alinhado à estratégia de expansão comercial, fortalecimento tecnológico e preparação das próximas alavancas de crescimento da Companhia.

No 4T26, o EBITDA totalizou R\$ 40,6 milhões (-15,6% vs. 4T25), refletindo principalmente a intensificação de iniciativas estratégicas ao longo do trimestre. O período concentrou esforços comerciais associados à importante janela de plantio da safra, com reforço das atividades de campo. Paralelamente, a Companhia avançou na execução do pipeline de inovação, com maior volume de ensaios e validações técnicas.

A safra reforça dois pilares importantes para a Companhia: a capacidade de monetização da inovação, evidenciada pelo aumento da penetração de materiais recentes, bem como do investimento em aumento de capacidade (pessoas e estrutura) sem deterioração das margens, ampliando a capacidade de execução e captura de oportunidades comerciais.

Evolutivo EBITDA 2025/26



Resultado Financeiro

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Receita com aplicações financeiras	23.695	21.237	+2.458	+11,6%	84.558	59.336	+25.222	+42,5%
Outras receitas financeiras	4.203	373	+3.830	+1026,8%	14.088	6.449	+7.639	+118,5%
Despesas bancárias (-)	(394)	(734)	+340	-46,3%	(1.352)	(1.909)	+557	-29,2%
Juros sobre empréstimos (-)	(2.294)	(1.604)	-2690	+43%	(8.675)	(5.090)	-3585	+70,4%
Ajuste a valor presente (-)	(666)	(629)	-37	+5,9%	(4.613)	(4.008)	-605	+15,1%
Outras despesas financeiras (-)	(2.629)	(438)	+2.191	+500,2%	(2.861)	(1.106)	-1.755	+158,7%
Varição Cambial (-)	(124)	126	-250	-198,4%	(200)	(124)	-76	+61,3%
Receitas financeiras líquidas (=)	21.791	18.331	+3.460	+18,9%	80.945	53.548	+27.397	+51,2%

O resultado financeiro líquido alcançou R\$ 80,9 milhões, alta de 51,2% a/a, explicado majoritariamente pela elevação da receita financeira sobre aplicações.

O aumento decorreu do incremento do caixa médio (R\$ 643,3 milhões em 2025/26 vs. R\$ 584,1 milhões em 2024/25) e do maior patamar de juros, com a Selic subindo de 13,25% para 15,00% no período, ampliando o retorno das posições de liquidez.

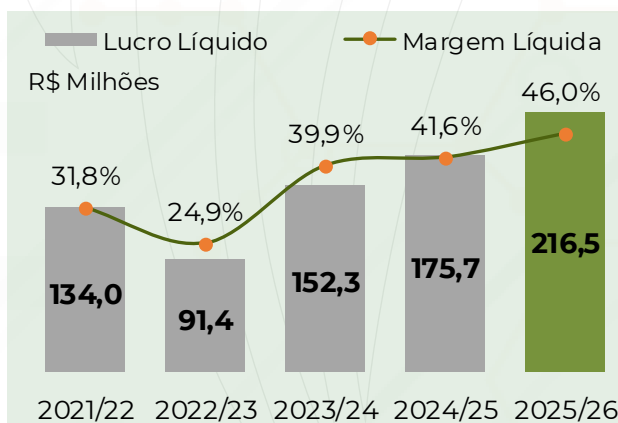
Lucro Líquido

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
EBITDA	40.558	48.033	-7.475	-15,6%	218.721	198.165	+20.556	+10,4%
Depreciação e Amortização (-)	(12.155)	(13.198)	+1.043	-7,9%	(55.347)	(49.534)	-5.813	+11,7%
Outras receitas (despesas)	(7.328)	(5.002)	-2.326	+46,5%	(916)	(23.645)	+22.729	-96,1%
Outros ajustes (-)	4.253	2.130	+2.326	+99,7%	8.054	7.850	+204	+2,6%
Receitas financeiras líquidas	21.791	18.331	+3.460	18,9%	80.945	53.548	+27.397	+51,2%
IR e Contribuição Social (-)	(7.203)	(8.252)	+1.049	-12,7%	(34.983)	(10.707)	-24.276	+226,7%
Diferido (-)	1.341	1.594	-253	-15,9%	(720)	(433)	+287	+66,3%
Do exercício (-)	(8.544)	(9.846)	+1.302	-13,0%	(34.263)	(10.274)	-23.989	+233,5%
Lucro líquido (=)	39.916	42.042	-2.126	-5,1%	216.474	175.677	+40.797	+23,2%
<i>Margem Líquida</i>	<i>33,0%</i>	<i>37,0%</i>	<i>-</i>	<i>-4,0 p.p.</i>	<i>46,0%</i>	<i>41,6%</i>	<i>-</i>	<i>+4,4 p.p.</i>

O lucro líquido da safra 2025/26 totalizou R\$ 216,5 milhões, representando alta de 23,2% ano a ano, sustentada pelo crescimento do EBITDA, pela elevação do resultado financeiro e por benefícios tributários, refletindo uma gestão eficiente do caixa e da estrutura de capital.

O lucro líquido do 4T26 totalizou R\$ 39,9 milhões (-5,1% vs. 4T25), refletindo principalmente a redução do EBITDA no trimestre, decorrente da aceleração de investimentos operacionais e comerciais associados à expansão do pipeline de inovação e ao fortalecimento das iniciativas de crescimento.

A margem líquida alcançou 46,0%, com expansão de 4,4 p.p., refletindo ganhos operacionais e maior alavancagem operacional, com diluição de despesas frente à expansão da receita.

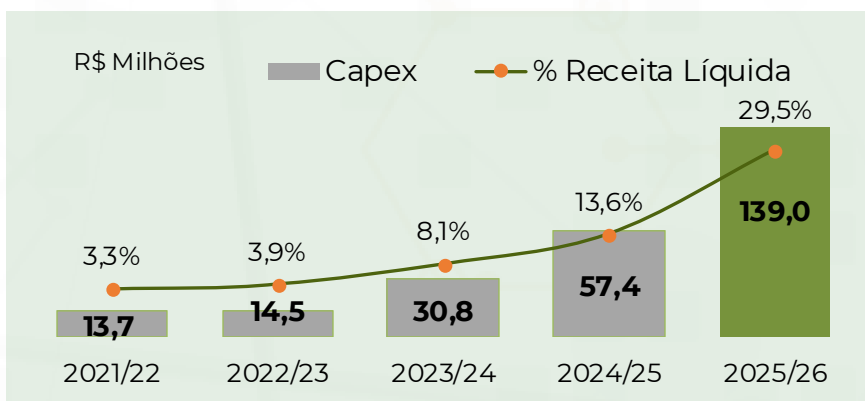


CAPEX

Em R\$ mil	4T26	4T25	Var. R\$ mil	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ mil	Var. %
Melhoria Operacional	19.631	15.266	+4.365	+28,6%	39.082	26.648	+12.434	+46,7%
Modernização/Expansão	37.162	13.926	+23.236	+166,9%	99.946	30.717	+69.229	+225,4%
Capex Total	56.793	29.192	+27.601	+94,5%	139.028	57.365	+81.663	+142,4%
% Receita Líquida	46,9%	25,7%	-	+21,2 p.p.	29,5%	13,6%	-	+15,9 p.p.

Na safra 2025/26, os investimentos em CAPEX somaram R\$ 139,0 milhões, aumento de 142,4% frente a 2024/25, com aportes direcionados principalmente para a UPS (Unidade de Produção de Sementes Sintéticas), inaugurada em abril de 2026 e que contribuirá para a definição da melhor estratégia para o escalonamento comercial das Sementes Sintéticas.

Os demais investimentos foram alocados para aquisição de máquinas agrícolas para manejo, em ampliação da infraestrutura nos polos de desenvolvimento, em equipamentos laboratoriais avançados, que viabilizam o progresso das frentes de P&D, reforçando a capacidade técnica da Companhia.



Caixa Líquido

Em R\$ mil	4T26	3T26	2T26
Endividamento			
Empréstimos e Financiamentos ⁽¹⁾	179.731	179.865	179.710
Caixa e Aplicações Financeiras ⁽²⁾	681.389	772.107	585.670
Caixa Líquido	501.658	592.242	405.960
EBITDA (últimos 12 meses)	218.721	225.835	222.753
Caixa Líquido/EBITDA da Operação	2,3x	2,6x	1,8x

(1) Assinamos em 20/08/2023 contrato de financiamento com a Finep de até R\$ 180 milhões, com a primeira tranche de R\$ 75 milhões desembolsada em outubro de 2023, a segunda tranche de R\$ 60 milhões em 10 de julho de 2024 e a terceira e última tranche, no valor de R\$ 44,6 milhões em 23 de julho de 2025.

(2) Assinamos em 12/24 3 (três) contratos de subvenção com a Finep, com valor total de R\$ 72,6 milhões.

A Companhia encerrou a safra 2025/26 com caixa líquido de R\$ 501,7 milhões, reforçando sua solidez financeira e a capacidade de sustentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento previstos para os próximos anos.

Receitas Decorrentes de Safras Futuras

Em conformidade com as normas contábeis nos termos do CPC 47 e IFRS15, as receitas podem ser reconhecidas mediante constatação de existência no campo e consequente utilização pelos clientes, não podendo ser reconhecida a receita futura das soqueiras que provavelmente permanecerão no canavial até o final do ciclo produtivo e consequente reforma da área.

No entanto, a cana-de-açúcar é uma cultura semiperene, ou seja, após o plantio, ela é cortada várias vezes antes de ser replantada, com seu ciclo produtivo, em média, de seis anos com cinco cortes. Portanto após o plantio, a lavoura de cana-de-açúcar permite sucessivas colheitas consecutivas, dependendo de vários fatores como: variedades, manejo de solo e de água e clima.

A lavoura recebe o nome de cana-planta, no seu primeiro corte; soca ou segunda folha, no segundo; e ressoca ou folha de enésima ordem nos demais cortes até a última colheita, completando, assim, o ciclo da cana plantada, quando é feita a renovação do canavial.

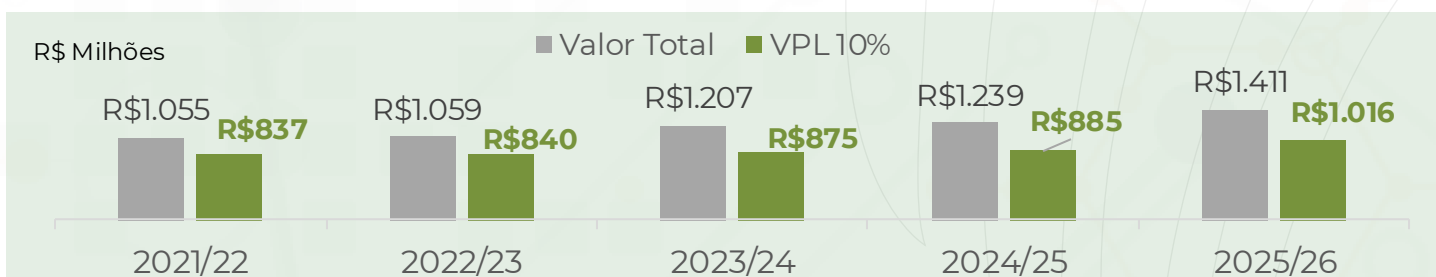
Tomamos como base nas nossas análises que a soqueira permite, em média, cinco cortes em safras consecutivas, até a sua exaustão, sendo de inteira responsabilidade dos clientes o manejo da lavoura.

A Companhia celebra com seus clientes contratos sem prazos determinados de licenciamento de direito de uso das cultivares de propriedade do CTC. Com base nos contratos estabelecidos, o compromisso futuro só deixará de existir caso o produtor venha a erradicar a lavoura.

Existe, portanto, uma geração de receita futura com elevadíssimo potencial de materialização - tendo em vista que independe de novos plantios

Com base nas nossas estimativas, as receitas futuras decorrentes dos cortes remanescentes em campo totalizam R\$ 1.016 milhões a valor presente em 31 de março de 2026, conforme demonstrado abaixo:

Em R\$ milhões	2026
Receitas estimadas de safras futuras	1.411
Dos quais a ser reconhecido dentro de 2 anos	826
Dos quais a ser reconhecido entre 3 e 5 anos	585
VPL do Fluxo @10,5% (Taxa Real)	1.016



A Companhia utilizou as seguintes premissas para cálculo do valor presente da receita futura:

- Inexistência de novos plantios de variedades CTC nos cinco anos relacionados aos cortes;
- “Amortização”: Cinco cortes (anos safra) das áreas de cultivo com variedades CTC existentes;
- Ajuste a valor presente considerando uma taxa real de desconto de 10%;
- Direito de cobrança de royalties pelo prazo de proteção da cultivar.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº. 381, de 14 de janeiro de 2003, sobre a necessidade de divulgação pelas Entidades auditadas de informações sobre a prestação de outros serviços pelo auditor independente que não sejam auditoria externa, o CTC informa que a política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os seus auditores independentes visa assegurar a não existência de conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se baseia em princípios que preservam a independência do auditor.

Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras e revisões trimestrais (ITR) relacionados ao exercício findo em 31 de março de 2026 (4T26) foram realizados pela KPMG Auditores Independentes, que não prestou serviços não relacionados à auditoria no período.



Disclaimer

Este material é proprietário do Centro de Tecnologia Canavieira S/A e não poderá ser reproduzido ou disseminado, no todo ou em parte, sem nosso consentimento prévio e por escrito. As declarações aqui contidas são projeções e estimativas ("forward-looking statements", segundo a definição da Seção 27A da Lei de Valores Mobiliários dos Estados Unidos de 1933 - U.S. Securities Act of 1933 - e suas posteriores atualizações.

Desta forma, são apenas expectativas de nossa administração quanto ao futuro da Companhia e de nossos negócios, feitas com base em circunstâncias e informações disponíveis nesta data e sem qualquer garantia de efetiva de resultados/performance ou obrigação de atualização. Apesar de baseadas em suposições razoáveis, tais projeções estão sujeitas a diversos riscos e incertezas, tais como, mas não se limitando a: (1) condições econômicas gerais, políticas, demográficas e comerciais que afetem o setor e países em que atuamos; (2) inflação, depreciação e desvalorização do real; (3) alteração do cenário competitivo (especialmente, mas não se limitando ao setor de etanol e açúcar); (4) nossa habilidade de implementar nosso plano de investimento de capital, incluindo nossa habilidade de obter financiamento quando necessário e em termos razoáveis; (5) nossa habilidade de concorrer e conduzir nossos negócios no futuro; (6) alterações na demanda dos consumidores; (7) alterações em nossos negócios; (8) intervenções do governo resultantes em alterações na economia ou legislação (regulatória, tributária, entre outras) que possam afetar nossos negócios; e (9) outros fatores que vierem a afetar nossa situação financeira, liquidez e resultados operacionais.

As informações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da CVM (Comissão de Valores Mobiliários Brasileira) e os CPCs (Comitês de Pronunciamento Contábeis Brasileiros) e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (emitidas pelo International Accounting Standard Board) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Balanço Patrimonial Consolidado

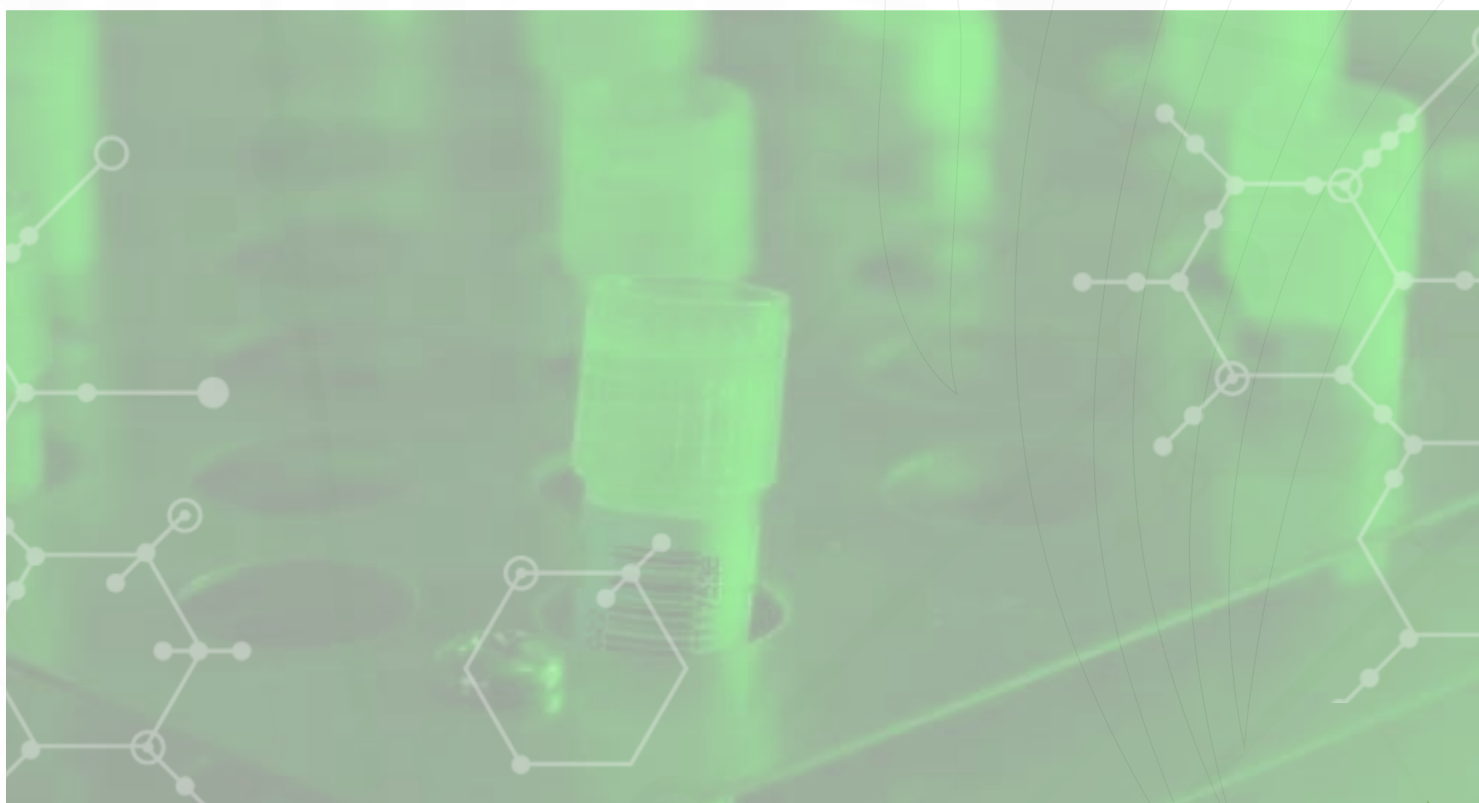
ATIVO - R\$ mil	4T26	3T26	2T26	1T26
Caixa e equivalentes de caixa	327.031	298.259	310.937	339.539
Aplicações Financeiras	354.358	473.849	274.733	194.474
Contas a receber	6.287	15.068	84.134	118.979
Estoques	22.599	20.044	11.994	9.302
Impostos a recuperar	8.284	15.413	23.750	14.657
Outros ativos	10.378	10.881	13.345	12.136
Total do ativo circulante	728.937	833.514	718.893	689.087
Contas a receber	24.246	23.998	22.773	23.487
Outras contas a receber	11.581	12.343	12.779	12.956
Depósitos judiciais	993	1.079	1.143	1.182
Impostos a recuperar	10.925	9.187	5.689	7.147
Ativo fiscal diferido	27.642	26.300	26.266	29.906
Total do realizável a longo prazo	75.387	72.907	68.650	74.678
Imobilizado	250.751	200.622	166.804	150.263
Direito de uso	36.375	39.817	33.967	33.776
Intangível	628.076	592.340	568.985	550.163
Total do ativo não circulante	990.589	905.686	838.406	808.880
Total do ativo	1.719.526	1.739.200	1.557.299	1.497.967
PASSIVO - R\$ mil	4T26	3T26	2T26	1T26
Fornecedores	49.558	20.105	14.190	16.531
Obrigações com arrendamentos	13.060	13.365	9.662	10.572
Empréstimos e financiamentos	749	788	538	676
Impostos e contribuições a recolher	2.911	1.016	1.057	1.192
Salários, férias e encargos	53.233	43.134	41.441	56.983
Dividendos a pagar	46.684	1.488	1.488	51.098
Receitas Auferir	-	121.039	14.271	-
Benefícios pós-emprego	914	957	957	957
Outras contas a pagar	1.248	1.206	1.300	1.146
Total do passivo circulante	168.357	203.098	84.904	139.155
Obrigações com arrendamentos	23.648	13.365	23.675	22.442
Empréstimos e financiamentos	178.982	788	179.172	134.672
Benefícios pós-emprego	6.349	5.889	5.889	5.889
Receita diferida com subvenção	54.733	32.490	32.538	32.731
Provisão para processos judiciais	364	780	431	650
Total do passivo não circulante	264.076	245.213	241.705	196.384
Patrimônio líquido				
Capital social	812.203	812.203	812.203	812.203
Reserva de Capital	22.048	20.535	19.968	19.464
Reserva legal	46.028	35.204	35.204	35.204
Reserva de incentivo fiscal	48.436	23.571	23.571	23.571
Reserva de integralidade do patrimônio líquido	355.818	220.229	220.229	220.229
Outros resultados abrangentes	2.560	2.589	2.502	2.580
Resultado do período	-	176.558	117.013	49.177
Total do patrimônio líquido	1.287.093	1.290.889	1.230.690	1.162.428
Total do passivo	432.433	448.311	326.609	335.539
Total do passivo e patrimônio líquido	1.719.526	1.739.200	1.557.299	1.497.967

Demonstração de Fluxo de Caixa Consolidado

Em R\$ mil	2025/26	2024/25
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	216.474	175.677
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	55.347	49.534
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas	8.054	7.850
Provisão para participação nos lucros	25.163	24.086
Provisão para processos judiciais	(286)	(712)
Pagamento baseado em ações	6.545	6.823
Provisões de juros	8.727	5.090
Provisão benefício pós emprego	-	(26)
Créditos tributários e atualizações	(10.030)	-
Ativo Biológico	-	1.204
Imposto de renda e contribuição social	720	433
Resultado na Venda do Ativo	998	382
	311.712	270.341
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(4.809)	2.906
Estoques	(13.222)	1.796
Impostos a recuperar e ativo fiscal corrente	57.436	(15.890)
Outros ativos	(4.053)	2.257
Depósitos judiciais	193	267
Fornecedores	25.067	2.681
Impostos e contribuições a recolher e passivo fiscal corrente	1.567	(1.288)
Salários, férias e encargos a pagar	(21.298)	(17.655)
Subvenção governamental	21.856	32.877
Outras contas a pagar	628	(380)
Caixa usado nas atividades operacionais	375.077	277.912
Impostos pagos	(34.263)	(10.274)
Juros pagos	(8.643)	(4.905)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais	332.171	262.733
Aplicação e resgates de instrumentos financeiros	(49.741)	(10.441)
Aquisições de imobilizado	(139.028)	(57.365)
Intangível	(121.287)	(107.250)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de investimentos	(310.057)	(175.056)
Amortização de arrendamentos	(14.216)	(13.562)
Dividendos	(49.609)	(36.511)
Financiamentos Captados	44.595	59.460
Financiamentos Pagos	(380)	(168)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(19.610)	9.219
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa	(249)	477
Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa	2.256	97.373
Caixa e equivalentes de caixa do início do período	324.775	227.402
Caixa e equivalentes de caixa do fim do período	327.031	324.775
(Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa	2.256	97.373

Resultado Consolidado

Em R\$ mil	4T26	4T25	2025/26	2024/25
Receita operacional	120.977	113.525	470.580	422.648
Custo de pesquisa e serviços prestados	(46.384)	(41.932)	(156.249)	(139.293)
Lucro bruto	74.593	71.593	314.331	283.355
Despesas administrativas e com vendas	(41.937)	(34.628)	(142.903)	(126.874)
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.328)	(5.002)	(916)	(23.645)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	25.328	31.963	170.512	132.836
Receitas financeiras	27.898	21.610	98.646	65.785
Despesas financeiras	(5.983)	(3.405)	(17.501)	(12.113)
Variação cambial, líquida	(124)	126	(200)	(124)
Financeiras líquidas	21.791	18.331	80.945	53.548
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	47.119	50.294	251.457	186.384
Imposto de renda e contribuição social:				
Diferidos	1.341	1.594	(720)	(433)
Do exercício	(8.544)	(9.846)	(34.263)	(10.274)
Lucro líquido do período	39.916	42.042	216.474	175.677



Sobre o CTC

Somos uma empresa de BIOTECNOLOGIA E GENÉTICA aplicadas ao AUMENTO DE PRODUTIVIDADE da cana-de-açúcar.

O CTC – Centro de Tecnologia Canavieira é líder global em melhoramento genético e soluções tecnológicas voltadas ao setor sucroenergético. Com mais de cinco décadas de atuação, a Companhia é referência na geração de valor por meio do aumento da produtividade da cana-de-açúcar, apoiando seus clientes e o desenvolvimento sustentável do setor. Reconhecido mundialmente por sua excelência em pesquisa aplicada, biotecnologia e inovação, o CTC opera de forma integrada em toda a cadeia da cultura da cana, conectando ciência, tecnologia e realidade operacional.

Durante o 1º CTC Day, a Companhia anunciou um novo ciclo de avanços tecnológicos com destaque para o pré-lançamento da série CTCAdvana, que representa um salto significativo no melhoramento genético convencional, atingindo novos patamares de produtividade. No mesmo evento, foi apresentada a marca TECNA, desenvolvida em parceria com clientes. A nova marca contempla variedades regionais desenhadas para maximizar a adaptação agrônômica e os ganhos operacionais em diferentes territórios, fortalecendo a conexão entre ciência aplicada e as demandas reais.

Reafirmando seu pioneirismo — iniciado em 2017 com o lançamento da primeira cana transgênica do mundo — o CTC apresentou a plataforma VerdPRO2, que integra a nova geração de traits com dupla proteção: resistência à broca-da-cana e a herbicidas. Essa tecnologia representa um importante passo na consolidação do portfólio biotecnológico da Companhia. O pipeline de inovação segue avançando com o desenvolvimento de novos traits, incluindo soluções promissoras contra o *Sphenophorus*, praga emergente que vem causando impactos crescentes à produtividade.

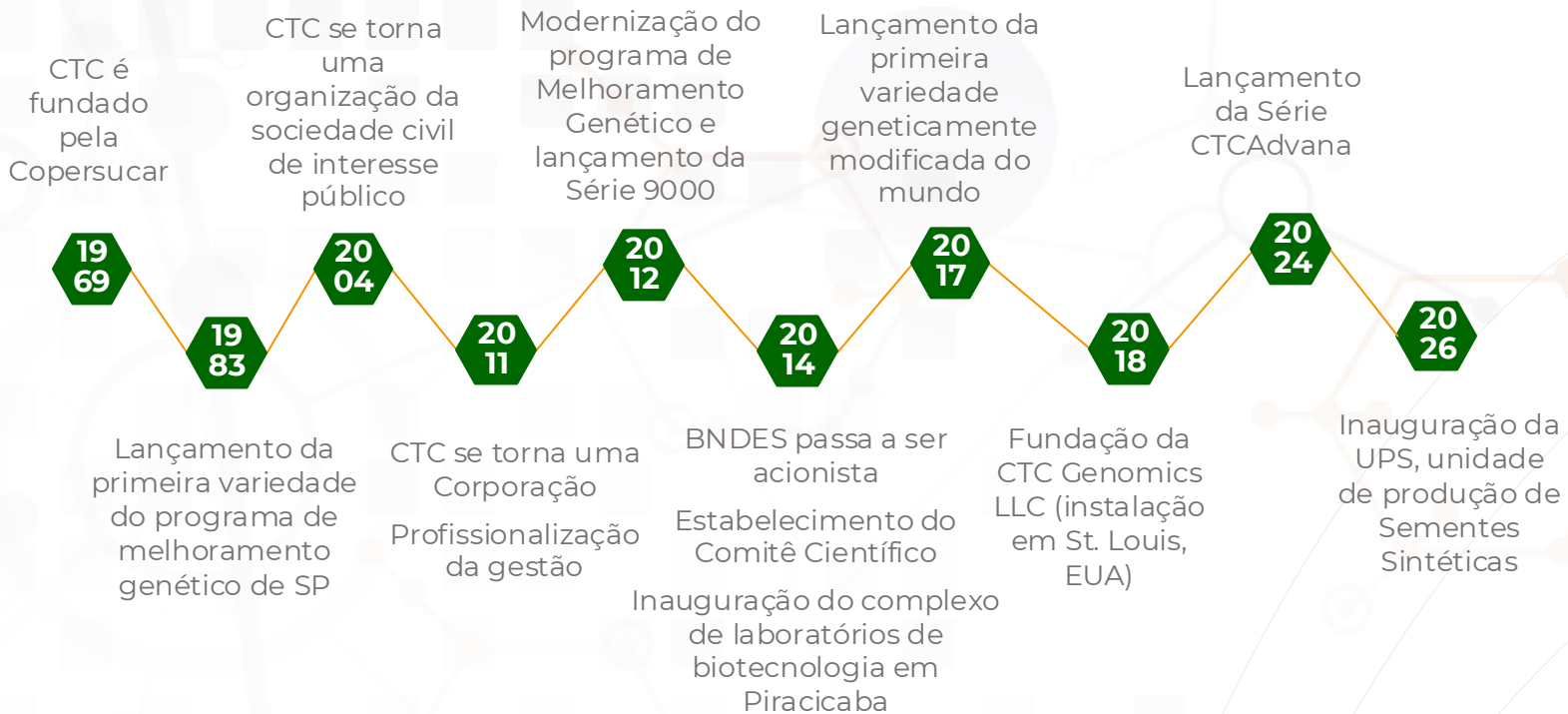


O compromisso do CTC com a transformação da agricultura canavieira também se reflete no projeto inovador de Sementes Sintéticas de cana. Em 2025/26, a Companhia inaugurou a UPS, unidade de produção de Sementes Sintéticas, que traz escala fabril aos testes de campo. Paralelamente, o protótipo da plantadora avançou significativamente, aproximando a viabilidade comercial de um novo sistema de plantio mais eficiente, com maior sanidade, velocidade de renovação e ganhos operacionais.

Com o maior banco de germoplasma de cana do mundo, o uso de tecnologias como a seleção genômica e a operação do CTC Genomics nos Estados Unidos, voltada à edição genômica, fortalecem o desenvolvimento de novas variedades adaptadas às diferentes regiões produtoras. Hoje, com um portfólio amplo de produtos, a Companhia oferece uma solução completa para o manejo em todas as regiões produtoras de cana-de-açúcar. Os produtos estão divididos em 2 marcas: na marca CTC se encontram as variedades de alta performance impulsionadas por inovação e tecnologia, divididas em 2 séries: Série 9000 e CTCAdvana. Na marca TECNA são disponibilizados produtos que geram valor através de soluções regionalizadas.

Com atuação orientada às necessidades dos clientes e ao fortalecimento do setor, o CTC segue liderando a transformação tecnológica da cana-de-açúcar. Por meio da entrega contínua de soluções de alto valor agregado, a Companhia reafirma seu compromisso em impulsionar a produtividade, a competitividade e a sustentabilidade do setor sucroenergético.

História



Modelo de Negócios

A cobrança de royalties pelo uso de tecnologias proprietárias se baseia no contínuo trabalho de proteção da Propriedade Intelectual (PI) e pelo uso da Lei de Proteção de Cultivares.

Em nossa precificação, as variedades tem a sua produtividade aferida em comparação com as melhores alternativas do mercado. A diferença de produtividade (em TAH/ha) é convertida em margem líquida adicional, e os royalties correspondem a um terço da margem adicional.

Este valor é traduzido na forma de preço por hectare para cada variedade plantada, proporcionando um fluxo de receita constante e de alta previsibilidade para a Companhia, considerando a natureza do ciclo semiperene da cana-de-açúcar.



Política de partilha de valor alinhada junto aos clientes (1/3 CTC – 2/3 Clientes)



Preço fixado em R\$/ha, corrigido anualmente pela inflação



Proteção de patentes e via Lei de proteção de cultivares



Fluxo de receitas altamente recorrente e previsível

TAH – Toneladas de Açúcar por Hectare



Eventos e Premiações



Inauguração da UPS, Unidade de Produção de Sementes Sintéticas

Inauguramos a primeira Unidade de Produção de Sementes Sintéticas de cana-de-açúcar do mundo, um marco para o CTC e para o setor sucroenergético.

A Unidade viabiliza um novo sistema de plantio, substituindo o modelo tradicional por uma operação mais leve, padronizada, com precisão e escala, conectada diretamente à evolução da produtividade no campo.



Top 1 ranking agro GPTW

Ficamos em 1º lugar Melhores Empresas para Trabalhar no Agronegócio, segundo o ranking agro da Great Place to Work®!

São os nossos talentos que dão vida à nossa cultura: que colaboram, inovam, evoluem e fazem acontecer, transformando conhecimento em soluções que impulsionam o setor sucroenergético.

Obrigado a todos os colaboradores e parceiros por fazerem parte dessa jornada.



CTC é Great Place To Work

Somos a **melhor empresa** para trabalhar no agronegócio.



Prêmios Visão Agro Melhoramento Genético e Globo Rural Melhores do Agronegócio

O CTC foi reconhecido pelo 22º Prêmio Visão Agro Brasil como a melhor empresa do país em Melhoramento Genético de Cana.

Adicionalmente, O CTC conquistou, mais uma vez, o primeiro lugar na categoria Serviços Agropecuários e Tecnologia da premiação Melhores do Agronegócio, promovida pela Globo Rural.



CTC lança iniciativa Esfera

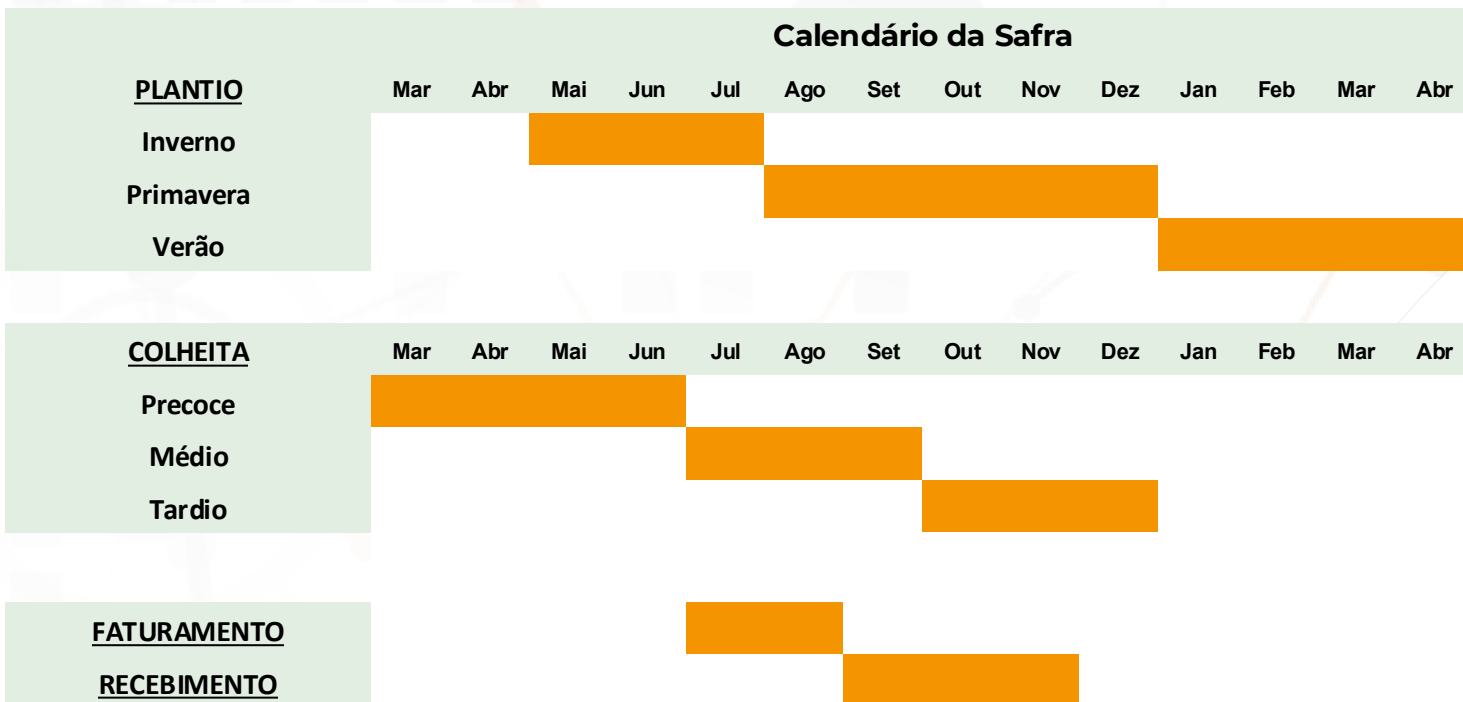
Impulsionado pelo CTC, o setor sucroenergético ganhou um novo movimento colaborativo: a Esfera. A iniciativa nasce para ser o espaço de conexão, debate e inovação de toda a cadeia da cana-de-açúcar, reunindo cientistas, consultores, produtores e entidades do setor.

O objetivo é enfrentar os grandes desafios do campo, especialmente em plantio e manejo, e transformar conhecimento técnico em soluções que impulsionem a produtividade e a sustentabilidade.





Calendário da Safra e Glossário



Glossário

TAH (Toneladas de Açúcar por Hectare): Métrica de produtividade que indica quantas toneladas de açúcar são produzidas em cada hectare cultivado. Tem como finalidade mensurar a eficiência de produção de açúcar no campo e comparar variedade vs. variedade.

TCH (Toneladas de Cana por Hectare): Quantidade de tonelada de cana-de-açúcar colhida por hectare de área plantada. Avalia o rendimento bruto de matéria-prima por área, antes de processamento.

ATR (Açúcar Total Recuperável): Percentual de açúcar extraível da cana, calculado em relação ao peso da matéria-prima. É o Indicador de qualidade de cana, determinando o potencial de produção de açúcar por tonelada de cana.

Melhoramento Genético Convencional: Processo de cruzamentos controlados e seleção de plantas com características desejadas ao longo de várias gerações.

Biotecnologia: Aplicação de técnicas de engenharia genética, células e moléculas para criar ou aprimorar organismos (como plantas transgênicas).

Colheita Precoce: Refere-se à colheita realizada no início da safra, geralmente entre abril e junho, dependendo da região. Estratégica para garantir o início da moagem nas usinas.

Colheita Média: Ocorre no período intermediário da safra, geralmente entre julho e agosto, e normalmente representa a maior parte da moagem da safra.

Colheita Tardia: Realizada no final da safra, entre setembro e novembro (ou até dezembro, dependendo da região). Exige variedades com boa tolerância ao longo ciclo e estabilidade tecnológica.



Contato RI

Paulo Geraldo Polezi
CFO

(019) 3429.8199
ri@ctc.com.br



CENTRO DE
TECNOLOGIA CANAVIEIRA

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não se aplica, pois o Conselho Fiscal da Companhia é de caráter não permanente e, na presente data, não está constituído. As Demonstrações Financeiras são aprovadas pelo Conselho de Administração.

Pareceres e Declarações - Relatório resumido do comitê de auditoria

Relatório e ata da Reunião Ordinária do Comitê de Auditoria, realizada em 08/05/2026

Presenças: Pedro Wongtschowski, Flávio César Maia Luz, Marcelo Mendonça, Cesar Barros (CTC), Paulo Polezi (CTC), Danilo Santos (CTC), Evandro Ferreira (CTC), Danielle Souza (CTC), Ricardo Pigatto (KPMG).

Deliberações:

(1) Demonstrações financeiras 31 de março de 2026 (KPMG): Ricardo Pigatto (Sócio da KPMG) apresentou a minuta do relatório e o resultado da auditoria às demonstrações financeiras individuais e consolidadas encerradas em 31 de março, afirmando que, deverá ser emitido parecer sem ressalvas.

(2) Apresentação gerencial dos resultados (CTC): Evandro Ferreira apresentou os principais destaques do fechamento da Safra. Apresentou também a análise das Demonstrações Financeiras, bem como, as principais variações entre o resultado real e orçado sem variações significativas.

(3) Apresentação atualização das Políticas Corporativas (CTC): Danilo Santos apresentou as principais alterações nas Políticas Corporativas para adequação regulatória e aderência a novas normas. Os membros do Comitê concordaram em encaminhar os documentos e alterações ao Conselho de Administração.

(4) Acompanhamento dos trabalhos da Auditoria Interna (CTC): Danielle Souza apresentou o acompanhamento dos pontos de auditoria da safra anterior, bem como o modelo de gestão e governança dos apontamentos e respectivos planos de ação. Também apresentou a atualização da Matriz de Riscos Corporativos e a proposta do Plano de Auditoria para a Safra 26/27. Os membros do Comitê decidiram recomendar a Matriz e o Plano de Auditoria ao Conselho de Administração.

Pareceres e Declarações - Parecer ou Relatório resumido, se houver, do comitê de auditoria

O Comitê de Auditoria do CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A., em cumprimento às disposições legais, declara que revisou e endossa sem ressalvas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2026, recomendando ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Piracicaba, 8 de maio de 2026

Pareceres e Declarações - Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de março de 2026 e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes.

Piracicaba, 27 de maio de 2026

Massimiliano César de Barros Júnior - Diretor Presidente
Paulo Geraldo Polezi - Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações - Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor independente

Os diretores do CTC Centro de Tecnologia Canavieira S.A. declaram que revisaram e discutiram o parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Piracicaba, 27 de maio de 2026

Massimiliano César de Barros Júnior - Diretor Presidente

Paulo Geraldo Polezi - Diretor de Relações com Investidores

Consolidated and individual financial statements

A free translation of the original report in Portuguese, as filed with the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), prepared in accordance with the accounting practices adopted in Brazil and the International Standards of Accounting (IFRS Accounting Standards) issued by the International Accounting Standards Board (IASB)

March 31, 2026

With Independent Auditor's Report



CTC

CENTRO DE
TECNOLOGIA CANAVIEIRA

Contents

Independent auditor's report on consolidated and individual financial statements	3
Statements of financial position	8
Statements of profit or loss	10
Statements of comprehensive income	11
Statements of changes in shareholders' equity.....	12
Statements of cash flows - Indirect method	13
Statements of value added.....	14
Notes to the consolidated and individual financial statements	15
Management Report	51
Opinion of the Supervisory Board or Equivalent Body.....	72
Summarized Report of the Audit Committee (statutory, as provided for in specific CVM regulation)	73
Opinion or Summarized Report, if applicable, of the Audit Committee (statutory or not).....	74
Executive Officers' Statement on the Financial Statements.....	75
Executive Officers' Statement on the Independent Auditor's Report	76



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brazil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brazil
Telephone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Independent auditors' report on the consolidated and individual financial statements

A free translation of the original report in Portuguese, as filed with the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), prepared in accordance with the accounting practices adopted in Brazil and the International Standards of Accounting (IFRS Accounting Standards) issued by the International Accounting Standards Board (IASB)

**To the Administrators and Shareholders of
CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A.**

Piracicaba – SP

Opinion

We have audited the consolidated and individual financial statements of CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. ("Company") and its subsidiary, which comprise the consolidated and individual statement of financial position at March 31, 2026 and the related consolidated and individual statements of profit or loss, comprehensive income, changes in shareholders' equity and cash flows for the year then ended, and the corresponding notes, including material accounting policies and other explanatory information.

In our opinion, the consolidated and individual financial statements present fairly, in all material respects, the consolidated and financial position of CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A. and its subsidiary as of March 31, 2026, and its consolidated and individual performance and its consolidated and individual cash flows or the year then ended, in accordance with accounting practices adopted in Brazil and the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB).

Basis for opinion

We conducted our audit in accordance with Brazilian and International Standards on Auditing. Our responsibilities under those standards are further described in the following section denominated "Auditors' Responsibilities for the Audit of the Consolidated and Individual Financial Statements". We are independent in relation to the Company and its subsidiary according to the relevant ethical principles established in the Accountants' Professional Code of Ethics and the professional



standards issued by the Federal Accounting Council, applicable to audits of financial statements of public interest entities in Brazil. We also comply with the other ethical responsibilities according to these standards. We believe that the audit evidence we have obtained is sufficient and appropriate to provide a basis for our audit opinion.

Key audit matter

Key audit matters are those that, in our professional judgment, were of most significance in our audit of the financial statements of the current year. These matters were addressed in the context of our audit of the consolidated and individual financial statements as a whole, and in forming our opinion thereon, and thus we do not provide a separate opinion on these matters.

Intangible assets – Development expenditures

See Note 6.e) and 15 of the consolidated and individual financial statements.

Key audit matter

The Company records disbursements incurred in connection with the development and improvement of new products as intangible assets. The determination of the nature of development costs that may be capitalized, in accordance with the requirements of IAS 38/CPC 04 – Intangible Assets, involves significant judgments regarding the technical and economic feasibility of the projects, as well as the expectation of generating future economic benefits. Due to the significant judgments described above, the criteria for capitalizing development costs recorded in intangible assets, adopted by the Company, were considered material to our audit.

How our audit addressed this matter

Our audit procedures included, among others:

- Assessment of the operational design of the internal controls implemented by the Company over the capitalization of development costs;
- Assessment of the criteria for capitalizing expenditures with development;
- Sample testing of intangible additions to validate existence and assess the nature of costs and application of capitalization criteria; and
- Assessment of the Company's analysis of the commercial and technological feasibility of assets under development.

Based on the result of the audit procedures conducted, which is consistent with the Company's assessment, we consider that the criteria for capitalizing development costs adopted by the Company, as well as the respective disclosures in the notes to the financial statements, are acceptable in the context of the consolidated and individual financial statements taken as a whole.

Other matters

Audit of financial statements for the prior year

The corresponding amounts regarding the consolidated and individual statements of financial position as of March 31, 2025 were previously audited by other independent auditors, who issued a report with no changes on May 22, 2025;

Statements of value added

The consolidated and individual statements of value added for the year ended March 31, 2026, prepared under responsibility of Company's management, and presented as supplementary information for purposes of IFRS Accounting Standards, were submitted to audit procedures carried out together with the audit of Company's financial statements. To form our opinion, we



evaluated whether these statements are reconciled with the financial statements and accounting records, as applicable, and whether their form and content are in accordance with the criteria defined in CPC 09 - Technical Pronouncement - Statement of Value Added. In our opinion, these statements of value added were adequately prepared, in all material respects, according to criteria defined in this Technical Pronouncement, and are consistent with the consolidated and individual financial statements taken as a whole.

Other information accompanying consolidated and individual financial statements and the auditors' report

The Company's management is responsible for such other information that comprises the Management Report.

Our opinion on the consolidated and individual financial statements does not include the Management Report and we do not express any form of audit conclusion on such report as part of our audit engagement of financial statements.

Regarding the audit of consolidated and individual financial statements, our responsibility is to read the Management Report and, in doing so, consider whether this report is, in a material way, inconsistent with the financial statements or with our knowledge gained in the audit or otherwise appears to be materially misstated. If, based on the performed work, we conclude that there is material misstatement in the Management Report, we are required to report such fact. We have nothing to report in this regard.

Responsibilities of management and those charged with governance for the consolidated and individual financial statements

Management is responsible for the preparation and fair presentation of the consolidated and individual financial statements in accordance with Accounting Practices Adopted in Brazil and with IFRS Accounting Standards, issued by the International Accounting Standards Board (IASB) and for such internal control as management determines is necessary to enable the preparation of financial statements that are free from material misstatement, whether due to fraud or error.

In preparing the consolidated and individual financial statements, Management is responsible for evaluating the Company's ability to continue operating, and disclosing – where applicable – matters related to its going concern and the use of this accounting basis in the preparation of the financial statements, unless Management intends to liquidate the Company and its subsidiaries or cease its operations, or has no realistic alternative to avert closing down operations.

Those charged with governance are responsible for overseeing the Company's and its subsidiary's financial reporting process.

Responsibilities of auditors regarding the audit of consolidated and individual financial statements

Our objectives are to obtain reasonable assurance that the consolidated and individual financial statements, taken as a whole, are free from material misstatements, regardless of whether any such misstatement is caused by fraud or error, and issue an audit report containing our opinion. Reasonable assurance is a high level of assurance, but not a guarantee that the audit conducted pursuant to Brazilian and international auditing standards will always detect any existing material misstatements. Misstatements may be due to fraud or error and are considered material when, individually or taken as a whole, can influence, within a reasonable perspective, the economic decisions of users taken based on these consolidated and individual financial statements.

As part of an audit in accordance with Brazilian and International Standards on Auditing, we exercise professional judgment and maintain professional skepticism throughout the audit. We also:

- Identify and assess the risks of material misstatement of the consolidated and individual



financial statements, whether due to fraud or error, design and perform audit procedures responsive to those risks, and obtain audit evidence that is sufficient and appropriate to provide a basis for our opinion. The risk of not detecting a material misstatement resulting from fraud is higher than for one resulting from error, as fraud may involve collusion, forgery, intentional omissions, misrepresentations, or the override of internal control.

- Obtain an understanding of internal control relevant to the audit in order to design audit procedures that are appropriate in the circumstances, but not for the purpose of expressing an opinion on the effectiveness of the internal control of the Company and its subsidiary.
- Evaluate the appropriateness of accounting policies used and the reasonableness of accounting estimates and related disclosures made by management.
- Conclude on the appropriateness of management's use of the going concern basis of accounting and, based on the audit evidence obtained, whether a material uncertainty exists related to events or conditions that may cast significant doubt on the ability of the Company and its subsidiary to continue as a going concern. If we conclude that there is material uncertainty, we will call attention in our audit report to the respective disclosures in the consolidated and individual financial statements or include any change in our opinion, if the disclosures are inappropriate. Our conclusions are based on the audit evidence obtained up to the date of our auditors' report. However, future events or conditions may cause the Company and its subsidiary to no longer continue as a going concern.
- Evaluate the overall presentation, structure and content of the financial statements, including the disclosures, and whether the consolidated and individual financial statements represent the underlying transactions and events in a manner that achieves fair presentation.
- Plan and perform the group audit to obtain sufficient and appropriate audit evidence regarding the financial information of the group's entities or business units as a basis for forming an opinion on the group's financial statements. We are responsible for the direction, supervision and review of audit work performed for group audit purposes and consequently, we remain responsible for the audit opinion.

We communicate with those charged with governance regarding, among other matters, the planned scope and timing of the audit and significant audit findings, including any significant deficiencies in internal controls that we identified during our audit.

Of the matters that were subject of communication with those charged with governance, we determine those that were considered the most significant in the audit of the financial statements for the current year and, thus, represent the main audit issues. We describe these matters in our auditor's report unless law or regulation precludes public disclosure about the matter or when, in extremely rare circumstances, we determine that a matter should not be communicated in our report because the adverse consequences of doing so would reasonably be expected to outweigh the public interest benefits of such communication.

Ribeirão Preto, May 27, 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

A free translation of the original report in Portuguese, as filed with the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM), prepared in accordance with the accounting practices adopted in Brazil and the International Standards of Accounting (IFRS Accounting Standards) issued by the International Accounting Standards Board (IASB)

Giovani Ricardo Pigatto
Accountant CRC 1SP263189/O-7

Statements of financial position
March 31, 2026 and 2025
(In thousands of reais)

Assets	Note	Consolidated		Parent Company	
		2026	2025	2026	2025
Cash and cash equivalents	8	327,031	324,775	326,791	324,535
Financial investments	8	354,358	304,617	354,358	304,617
Accounts receivable	9	6,287	9,857	6,287	9,857
Inventories		22,599	9,377	22,599	9,377
Recoverable taxes		8,284	27,305	8,284	27,305
Other assets	10	10,378	8,295	10,023	7,747
Total current assets		728,937	684,226	728,342	683,438
Accounts receivable	9	24,246	23,921	24,246	23,921
Other assets	10	11,581	9,887	11,581	9,887
Judicial deposits	19	993	1,186	993	1,186
Recoverable taxes		10,925	5,047	10,925	5,047
Deferred tax assets	11	27,642	28,362	27,642	28,362
Total long-term assets		75,387	68,403	75,387	68,403
Investments in subsidiaries	12	-	-	1,314	2,221
Property, plant and equipment	13	250,751	133,082	249,668	131,239
Right of use	14	36,375	35,526	32,461	33,336
Intangible assets	15	628,076	526,700	627,925	526,526
Total non-current assets		990,589	763,711	986,755	761,725
Total assets		1,719,526	1,447,937	1,715,097	1,445,163

See the accompanying notes to the consolidated and individual financial statements.

Liabilities	Note	Consolidated		Parent Company	
		2026	2025	2026	2025
Suppliers	16	49,558	24,491	48,566	23,463
Leases (b)	14	13,060	11,395	11,897	9,984
Financing	17	749	665	749	665
Taxes and contributions payable		2,911	1,344	2,911	1,344
Salaries, vacation and charges	18	53,233	46,953	52,635	46,290
Dividends payable (b)	27	46,684	36,765	46,684	36,765
Provision for post-employment benefits	20	914	957	914	957
Other accounts payable		1,248	1,260	2,580	2,445
Total current liabilities		168,357	123,830	166,936	121,913
Leases (b)	14	23,648	23,755	20,640	22,898
Financing	17	178,982	134,767	178,982	134,767
Provision for post-employment benefits	20	6,349	5,889	6,349	5,889
Deferred revenue from grants	21	54,733	32,877	54,733	32,877
Provision for lawsuits	19	364	650	364	650
Total non-current liabilities		264,076	197,938	261,068	197,081
Total liabilities		432,433	321,768	428,004	318,994
	22				
Capital		812,203	562,203	812,203	562,203
Capital reserve		22,048	17,918	22,048	17,918
Legal reserve		46,028	35,204	46,028	35,204
Tax incentive reserve		48,436	23,571	48,436	23,571
Reserve of shareholders' equity		355,818	484,561	355,818	484,561
Other comprehensive income		2,560	2,712	2,560	2,712
Total shareholders' equity		1,287,093	1,126,169	1,287,093	1,126,169
Total liabilities and shareholders' equity		1,719,526	1,447,937	1,715,097	1,445,163

See the accompanying notes to the consolidated and individual financial statements.

Statements of profit or loss

Years ended March 31, 2026 and 2025

(In thousands of reais)

	Note	Consolidated		Parent Company	
		2026	2025	2026	2025
Net operating revenue	23	470,580	422,648	470,580	422,648
Cost of research and services rendered	24	(156,249)	(139,293)	(153,211)	(135,641)
Gross income		314,331	283,355	317,369	287,007
Administrative and sales expenses	24	(142,903)	(126,874)	(142,903)	(126,874)
Equity in net income of subsidiaries	12	-	-	(5,894)	(5,846)
Expected credit losses	24	(8,054)	(7,850)	(8,054)	(7,850)
Other operating revenues (expenses)	24	7,138	(15,795)	9,663	(13,937)
Income (loss) before revenues (expenses) income (expenses) and taxes		170,512	132,836	170,181	132,500
Finance income	25	98,646	65,785	98,646	65,782
Finance expenses	25	(17,501)	(12,113)	(17,170)	(11,774)
Net exchange-rate change	25	(200)	(124)	(200)	(124)
Net financial	25	80,945	53,548	81,276	53,884
Income before income and social contribution taxes		251,457	186,384	251,457	186,384
Income and social contribution taxes:					
Deferred assets	11	(720)	(433)	(720)	(433)
Current	11	(34,263)	(10,274)	(34,263)	(10,274)
Net income for the year		216,474	175,677	216,474	175,677
Earnings per share	22				
Basic earnings for the year attributable to controlling shareholders holding common shares		0.6749	0.5477	0.6749	0.5477
Diluted earnings for the year attributable to controlling shareholders holding common shares		0.6715	0.5453	0.6715	0.5453

See the accompanying notes to the consolidated and individual financial statements.

Statements of comprehensive income
Years ended March 31, 2026 and 2025
(In thousands of reais)

	Consolidated and Parent Company	
	2026	2025
Net income for the year	216,474	175,677
Comprehensive income:		
Items that are or may be reclassified to income (loss):		
Effect of foreign currency translation	(249)	477
Actuarial losses from defined benefit plan	97	342
	(152)	819
Total comprehensive income for the year	216,322	176,496

See the accompanying notes to the consolidated and individual financial statements.



Statements of changes in shareholders' equity

Years ended March 31, 2026 and 2025

(In thousands of reais)

	Capital	Capital reserve Share-based payment	Legal reserve	Tax incentive reserve	Reserve of shareholders' equity	Other comprehensive income	Retained earnings	Total
Balances at April 1, 2024	562,203	12,630	26,420	-	376,485	1,893	-	979,631
Share-based payment	-	5,288	-	-	-	-	-	5,288
Comprehensive income:								
Effect of foreign currency translation	-	-	-	-	-	477	-	477
Actuarial losses from defined benefit plans	-	-	-	-	-	342	-	342
Net income for the year	-	-	-	-	-	-	175,677	175,677
Allocation:								
Legal reserve	-	-	8,784	-	-	-	(8,784)	-
Tax incentive reserve	-	-	-	23,571	-	-	(23,571)	-
Reserve of shareholders' equity	-	-	-	-	107,492	-	(107,492)	-
Mandatory minimum dividends	-	-	-	-	-	-	(35,830)	(35,830)
Dividends prescribed	-	-	-	-	584	-	-	584
Balances at March 31, 2025	562,203	17,918	35,204	23,571	484,561	2,712	-	1,126,169
Capital increase	250,000	-	-	-	(250,000)	-	-	-
Share-based payment	-	4,130	-	-	-	-	-	4,130
Comprehensive income:								
Effect of foreign currency translation	-	-	-	-	-	(249)	-	(249)
Actuarial losses from defined benefit plan	-	-	-	-	-	97	-	97
Additional dividends for the year 24/25	-	-	-	-	(14,332)	-	-	(14,332)
Net income for the year	-	-	-	-	-	-	216,474	216,474
Allocation:								
Legal reserve	-	-	10,824	-	-	-	(10,824)	-
Tax incentive reserve	-	-	-	24,865	-	-	(24,865)	-
Reserve of shareholders' equity	-	-	-	-	135,589	-	(135,589)	-
Minimum mandatory dividends	-	-	-	-	-	-	(45,196)	(45,196)
Balances at March 31, 2026	812,203	22,048	46,028	48,436	355,818	2,560	-	1,287,093

See the accompanying notes to the consolidated and individual financial statements.

Statements of cash flows – Indirect method

Years ended March 31, 2026 and 2025

(In thousands of reais)

	Note	Consolidated		Parent Company	
		2026	2025	2026	2025
Cash flows from operating activities					
Net income		216,474	175,677	216,474	175,677
Adjustments:					
Depreciation and amortization	24	55,347	49,534	53,280	46,370
Provision (reversal) for expected credit losses	24	8,054	7,850	8,054	7,850
Provision for profit sharing	18	25,163	24,086	25,167	23,802
Equity in net income of subsidiaries	12	-	-	5,894	5,846
Provision for lawsuits		(286)	(712)	(286)	(712)
Provision for post-employment benefits		-	(26)	-	(26)
Share-based payment	22e	6,545	6,823	6,545	6,823
Provisions for interest	17	8,727	5,090	8,727	5,090
Biological assets		-	1,204	-	1,204
Tax credits and restatements	24	(10,030)	-	(10,030)	-
Deferred income and social contribution taxes	11	720	433	720	433
Income (loss) on disposal of assets		998	382	998	381
		311,712	270,341	315,543	272,738
Changes in assets and liabilities					
Accounts receivable		(4,809)	2,906	(4,809)	2,906
Inventories		(13,222)	1,796	(13,222)	1,796
Taxes recoverable and current tax asset		57,436	(15,890)	57,436	(15,890)
Other assets		(4,053)	2,257	(4,246)	2,149
Judicial deposits		193	267	193	267
Suppliers		25,067	2,681	25,103	3,959
Taxes and contributions payable and current tax liability		1,567	(1,288)	1,567	(1,288)
Salaries, vacation and charges payable		(21,298)	(17,655)	(21,237)	(17,705)
Government grant		21,856	32,877	21,856	32,877
Other accounts payable		628	(380)	400	236
Cash from operating activities		375,077	277,912	378,584	282,045
Taxes paid		(34,263)	(10,274)	(34,263)	(10,274)
Interest paid	17	(8,643)	(4,905)	(8,643)	(4,905)
Net cash flows used in operating activities		332,171	262,733	335,678	266,866
Cash flows from investing activities					
Redemptions (investments) of financial instruments		(49,741)	(10,441)	(49,741)	(10,441)
Acquisition of property, plant and equipment	13	(139,028)	(57,365)	(138,886)	(57,365)
Investments in subsidiary		-	-	(4,987)	(5,026)
Intangible assets	15	(121,287)	(107,250)	(121,287)	(107,250)
Net cash flow used in investing activities		(310,057)	(175,056)	(314,901)	(180,082)
Cash flows from financing activities					
Lease amortization		(14,216)	(13,562)	(13,127)	(11,378)
Dividends paid		(49,609)	(36,511)	(49,609)	(36,511)
Funding financing	17	44,595	59,460	44,595	59,460
Financings paid	17	(380)	(168)	(380)	(168)
Net cash flow (used in) from financing activities		(19,610)	9,219	(18,521)	11,403
Effect of changes in exchange rate on cash and cash equivalents		(249)	477	-	-
Increase in cash and cash equivalents		2,256	97,373	2,256	98,187
Cash and cash equivalents at beginning of year		324,775	227,402	324,535	226,348
Cash and cash equivalents at end of year		327,031	324,775	326,791	324,535
Increase in cash and cash equivalents		2,256	97,373	2,256	98,187

See the accompanying notes to the consolidated and individual financial statements.

Statements of value added
Years ended March 31, 2026 and 2025
(In thousands of reais)

	Note	Consolidated		Parent Company	
		2026	2025	2026	2025
Revenues		722,797	456,260	722,797	620,875
Revenues from contracts with clients		503,569	445,315	503,569	445,315
Other revenues		13,459	18,795	13,459	18,795
Revenues from construction of own assets		213,823	164,615	213,823	164,615
Allowance for expected credit loss	23	(8,054)	(7,850)	(8,054)	(7,850)
Inputs acquired from third parties		(256,981)	(234,569)	(253,481)	(232,509)
Cost of products and goods sold and services provided		(159,225)	(142,058)	(161,079)	(144,934)
Other		(28,181)	(24,698)	(28,181)	(24,698)
Materials, energy, outsourced services and other		(69,576)	(67,812)	(64,222)	(62,876)
Gross value added		465,815	386,307	469,316	388,367
Depreciation and amortization	23	(55,347)	(49,534)	(53,280)	(46,370)
Net added value produced by the Company		410,468	336,773	416,036	341,997
Value added received through transfers		99,058	65,546	93,163	59,694
Finance income	24	98,646	65,785	98,646	65,782
Net exchange-rate change	24	(200)	(124)	(200)	(124)
Equity in net income of subsidiaries		-	-	(5,894)	(5,846)
Other		612	(115)	611	(118)
Total value added distributed		509,526	402,319	509,199	401,691
Distribution of added value		(509,526)	(402,319)	(509,199)	(401,691)
Personnel		(193,410)	(162,329)	(193,414)	(162,040)
Direct remuneration		(121,231)	(102,160)	(121,231)	(102,160)
Benefits		(63,493)	(53,316)	(63,497)	(53,027)
Severance Pay Fund (FGTS)		(8,686)	(6,853)	(8,686)	(6,853)
Taxes, rates and contributions		(82,141)	(52,200)	(82,141)	(52,200)
Federal - PIS/COFINS		(46,244)	(41,159)	(46,244)	(41,159)
Federal - Income and social contribution taxes		(34,983)	(10,707)	(34,983)	(10,707)
State - ICMS		(914)	(334)	(914)	(334)
Third-party capital remuneration		(17,501)	(12,113)	(17,170)	(11,774)
Finance expenses		(17,501)	(12,113)	(17,170)	(11,774)
Remuneration of own capital		(216,474)	(175,677)	(216,474)	(175,677)
Dividends		(45,196)	(36,109)	(45,196)	(36,109)
Net income for the year		(171,278)	(139,568)	(171,278)	(139,568)

See the accompanying notes to the consolidated and individual financial statements.

1 Operations

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A. and its subsidiary CTC Genomics LLC (“CTC”, Company” or “Group”) is engaged in the research, development and sale of technologies for the sugar-ethanol industry, with emphasis on the development of new sugarcane varieties, through genetic improvement and biotechnology, in addition to new disruptive technologies. The Company's head office is located in the city of Piracicaba, in the state of São Paulo.

Since August 24, 2016, the Company is registered as a publicly held corporation in “A” category with the Brazilian Securities and Exchange Commission (“CVM”), and is part of the Bovespa Mais segment.

The Company has two major research focus areas, one of which is that of Genetic Improvement, in which it holds a large bank of sugarcane germplasm and major role in the fields of conventional improvement and genetic modification using biotechnology applied to sugarcane. The other focus is in the area of New Technologies, exploiting disruptive technologies that may bring substantial productivity gains to the industry, such as artificial seeds. These are just a segment following IFRS 8 / CPC 22 - Segment Reporting.

The Artificial Seeds Project reinforces our disruptive role as it seeks to develop a new sugarcane planting system using synthetic seeds that could simplify transportation, storage and planting operations for sugarcane producers and mills, and promote increased competitiveness, both in terms of cost reduction (machinery, labor, inputs) and increased revenue.

The Company has a wholly-owned subsidiary named CTC Genomics LLC, located in Saint Louis, United States of America (“CTC Genomics” or “Subsidiary”), engaged in the research and development of new technologies. The Company and its subsidiary are jointly referred to as the “Group” in this quarterly information.

In line with the Company's strategy of developing disruptive technologies that increase agricultural productivity in the sugar-ethanol industry, on June 08, 2017, CTNBio approved the Company's first genetically modified variety of sugarcane called CTC20BT. This variety represented a milestone in the global sugar-ethanol industry.

Developed with 100% Brazilian technology by the Group, the CTC20BT variety is resistant to the sugarcane borer (*Diatraea saccharalis*), the main pest in Brazilian crops. In 2018, we had the approval of the second genetically modified sugarcane variety, CTC9001BT. In the third quarter of 2019, CTNBio published the approval of the commercial use of the third genetic modification event in sugarcane variety, CTC9003BT. The new variety is also resistant to the sugarcane borer, the main pest that threatens the crop. Another elite variety transformed and adapted to different regions was approved for commercialization.

The approval of these genetically modified varieties consolidates CTC's know-how in developing and approving genetically modified sugarcane varieties that meet the needs of the Brazilian sugar-ethanol industry.

On September 21, 2020, the Board of Executive Officers' Special Meeting approved the budget for an initial potential public offering of Company's shares (“IPO”), considering the other expenses necessary for said operation. At the Special General Meeting held on October 21, 2020, the Company's listing segment migration was approved, from the special Bovespa Mais segment to the special trading segment known as Novo Mercado, both at B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), with the consequent submission to B3 of the application for listing segment migration, pursuant to the Issuer's Manual and B3's Novo Mercado Regulation.

On April 20, 2021, the Company informed the market about the postponement of its public offering by the Company due to the deterioration of market conditions. The Company is currently awaiting a more opportune moment to carry out the IPO.

In 2024, we had the approval of the executive project for the demonstrative Seed plant and validation of the business activity model, with an approved investment of R\$ 84 million for its construction.

Tax reform

On January 16, 2025, Complementary Law 214 was enacted, followed by the enactment of

Complementary Law 227 on January 13, 2026. Subsequently, on April 30, 2026, the Regulation of the Contribution on Goods and Services (CBS) was issued through Decree 12955, as well as the Regulation of the Tax on Goods and Services (IBS), according to CGIBS Resolution 6. These regulations represent the main milestones of the Tax Reform on consumption.

The new model establishes a Value-Added Tax (VAT) structured in the form of a dual VAT, composed of:

- CBS, under federal jurisdiction; and
- IBS, under subnational jurisdiction (States, Federal District, and Municipalities).

These taxes will gradually replace PIS, COFINS, ICMS, and ISS.

Furthermore, a Selective Tax (IS), under federal jurisdiction, was established, levied on the production, extraction, trading, or import of goods and services considered harmful to health or the environment, in the manner to be defined by specific regulation.

The transition period of the Tax Reform will take place between 2026 and 2032, during which the current tax system will coexist with the new regime. The actual impacts of the Tax Reform on the calculation of taxes can only be conclusively evaluated after the publication of the Joint Acts between the IBS Management Committee (CGIBS) and the Brazilian Federal Revenue of Brazil (RFB), which should detail operational procedures and clarify aspects not yet fully defined in the current legislation.

For the year ended March 31, 2026, there are no impacts from the Tax Reform on the financial statements presented on that date.

2 Presentation of financial statements and material accounting policies

I. Basis of preparation

Statement of compliance

The Company's consolidated and individual financial statements were prepared and are presented in accordance with accounting practices adopted in Brazil (BR GAAP), which comprise the rules of the Brazilian Securities and Exchange Commission (CVM) and the accounting pronouncements issued by the Brazilian FASB (CPC), and with the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB).

The presentation of the Statement of Value Added (SVA) is required by the Brazilian corporation law and the accounting practices adopted in Brazil applicable to publicly-held companies. The IFRS do not require the presentation of this statement, considered supplementary information, without prejudice to the set of financial statements.

II. Consolidation basis

Consolidated interim financial statements include the financial information of CTC and its direct subsidiary CTC Genomics with a 100% interest.

The investments in parent company are accounted for under the equity method. Intercompany balances and transactions are eliminated in consolidation.

The main groups of accounts comprising the statements of financial position as of March 31, 2026 and March 31, 2025, and the results of operations of the subsidiary for the years then ended, respectively, are presented in Note 12.

3 Functional and presentation currency

These financial statements are presented in Brazilian reais (R\$), which is the Company's functional currency. All financial information presented in Brazilian reais was rounded to the nearest thousand, unless otherwise stated.

4 Use of estimates and judgments

The preparation of the financial statements requires the Board of Executive Officers to make judgments, estimates and assumptions that affect the application of accounting policies and reported asset, liability, revenue and expense amounts. Actual results may differ from these estimates.

These estimates and assumptions are reviewed periodically. Revised estimates are recognized prospectively.

a) Judgments

Information regarding critical judgments referring to the accounting policies adopted which impact the amounts recognized in the financial statements are included in the following notes:

Notes 9 and 26.e) – Measurement of the estimated credit losses of accounts receivable: main assumptions in determining the weighted average loss rate;

Note 15 - Capitalization of expenses with the development of projects classified as intangible assets, considering the assessment of the technical and economic feasibility of the projects, as well as the expectation of generating future economic benefits; and

Notes 14 and 27c - Lease terms: whether the Group is reasonably certain to exercise extension options.

b) Uncertainties on assumptions and estimates

Information on uncertainties as to assumptions and estimates that pose a high risk of resulting in a material adjustment within the year ended December 31, 2025 are included in the following notes:

Note 8.c (iii) - Useful life of intangible assets; Note 6.e - Impairment;

Note 19 - Provision for lawsuits

Note 20 - Provision for post-employment benefits; and

Note 22.e – Capital reserve – Stock option plan.

Fair value measurement

A number of accounting policies and disclosures of the Company require measurement of the fair value of financial and nonfinancial assets and liabilities.

The Company established a control structure related to fair value measurement. This includes an assessment team that has overall responsibility for reviewing all significant fair value measurements, including Level 3 fair values, and reporting directly to the Chief Executive Officer (CEO) that assumed the duties of the Chief Financial Officer (CFO) on an interim basis.

The valuation team regularly reviews the data needed for valuation calculation and assessment. If third party information, such as brokerage quotes or pricing services, is used for fair value measurement, the valuation team analyzes the evidence obtained from third parties to support the conclusion that such measurements meet CPC/IFRS requirements, including the level in the fair value hierarchy under which such measurements are to be

classified.

When measuring the fair value of an asset or liability, the Company uses observable market data, whenever possible. Fair values are classified at different levels according to hierarchy based on information (inputs) used in valuation techniques, as follows:

Level 1: quoted prices (unadjusted) in active markets for identical assets and liabilities.

Level 2: inputs, except for quoted prices, included in Level 1 which are observable for assets or liabilities, directly (prices) or indirectly (derived from prices).

Level 3: inputs, for assets or liabilities, which are not based on observable market data (non-observable inputs).

The Company recognizes transfers between levels of the fair value hierarchy in the financial statements for the year in which the changes occurred.

5. Changes in the significant accounting policies

The Group had no changes in its accounting policies compared to those applied in the individual and consolidated financial statements for the year ended March 31, 2026.

6. Material accounting policies

a) Basis of consolidation

i) Subsidiary

The subsidiary's financial statements are included in the consolidated financial statements from the date that control commences until the date it ceases to exist. The accounting policies of the subsidiary are aligned with those of the Company.

In the Company's individual financial statements, the subsidiary's financial information is recognized under the equity method.

ii) Transactions eliminated in the consolidation

Intercompany balances and transactions, and any revenues or expenses derived from intercompany transactions are eliminated upon preparation of the consolidated financial information. Unrealized gains arising from transactions with the investee are eliminated against the investment. Unrealized losses are also eliminated unless the transaction shall provide evidence of asset impairment.

b) Foreign currency

i. Foreign currency transactions

Foreign currency transactions are translated into the respective functional currencies of the Group's entities at the exchange rates on the dates of the transactions.

Monetary assets and liabilities denominated and calculated in foreign currencies on the date of statement of financial position are reconverted into the functional currency at the foreign exchange rate on that date. Non-monetary assets and liabilities denominated in foreign currencies that are measured at fair value are translated into the functional currency at the foreign exchange rate on the date the fair value was determined. Non-monetary items that are measured based on the historical cost in foreign currency are translated using the rate of the transaction date. Foreign currency differences arising from the translated are recognized in income (loss).

However, foreign exchange differences resulting from the retranslation of the investment in equity securities are recognized in other comprehensive income.

ii. Foreign operations

Foreign transactions' assets and liabilities, including goodwill and adjustments to fair value resulting in the acquisition, are translated into reais (R\$) at the exchange rate prevailing on the date of statement of financial position. Foreign transactions' revenues and expenses are translated into reais (R\$) at exchange rates prevailing on transaction dates.

The differences in foreign currencies generated for the translation into the presentation currency are recognized in other comprehensive income and accumulated in the equity valuation adjustments in shareholders' equity account. If the subsidiary is not a wholly-subsiary, the corresponding portion of the translation difference is allocated to the non-controlling stockholders.

When an entity abroad is written-off in whole or in part, thus losing control, significant influence or joint control, the accumulated amount of exchange-rate changes related to that entity abroad is reclassified to income (loss) as part of the gain or loss on the write-off. If the Group writes-off part of its interest in a subsidiary, but maintains control, the proportion of interest of the accumulated amount will be assigned to non-controlling interest. When the Group writes off only part of an associated company or joint venture, maintaining significant influence.

For the translation of transactions in foreign currency to the functional currency of the Company and its subsidiaries (Real - R\$), the exchange rates of R\$/US\$ 5.4158 as the average rate for the year for the Parent Company and R\$/US\$ 5.7084 as the spot rate for the year for the Consolidated were used.

c) Financial instruments

i) Non-derivative financial assets

The Company initially recognizes trade accounts receivable and other receivables on the date they are originated. All other financial assets are initially recognized on the trading date when the Company becomes a party to the contractual provisions of the agreement.

Financial assets or liabilities are offset and the net amount is presented in the statement of financial position when the Company has the legal right to offset the amounts and the intention to settle the amounts on a net basis, or to realize the asset and settle the liability simultaneously.

A financial asset is classified as measured at fair value through profit and loss when classified as held for trading and designated as such upon initial recognition. Transaction costs are recognized in income (loss) as incurred. Financial assets measured at fair value through profit or loss are recognized at fair value, and changes in the fair value of such assets, including gains with interest and dividends, are recognized in income (loss) for the year.

Cash and cash equivalents

These comprise balances of cash and short-term investments originally maturing within three months from the investment date. They are subject to an insignificant risk of change in value, and are used in management of short-term obligations.

Accounts receivable - other receivables

Trade accounts receivable are recorded at the amount billed, adjusted to present value when applicable, and include the respective direct taxes for which the Company is responsible, less the taxes withheld, which are considered tax credits.

The allowance for expected credit losses was set up in an amount considered sufficient to cover any losses on realization of accounts receivable.

The Company adopted the measurement of expected credit losses based on the whole life of the securities, considering individual characteristics of each client.

ii) Non-derivative financial liabilities

The Company initially recognizes subordinated liabilities on the date they are originated.

All other financial liabilities are initially recognized on the trading date when the Company becomes a party to the corresponding contractual provisions. The Company writes off a financial liability when the contractual obligations are withdrawn, cancelled or expire.

iii) Capital

The Company has registered common shares, with no par value, classified as shareholders' equity and deductible from any tax effects.

d) Property, plant and equipment

i) Recognition and measurement

Property, plant and equipment items are stated at historical acquisition, formation or construction cost, net of accumulated depreciation and impairment losses (when applicable).

Cost includes expenses directly attributable to acquisition of an asset. The cost of assets built by the Company includes materials and direct labor, and any other cost to bring the asset to the location and condition necessary for its operation as intended by the Board of Executive Officers, as well as costs related to disassembly and restoration of the location where these items are located, and borrowing costs on qualifying assets.

Gains and losses on disposal of a property, plant and equipment item are determined by comparing the proceeds from disposal and the book value of the property, plant and equipment item, recognized in the net amount under other revenues in the statement of profit or loss.

ii) Subsequent costs

Replacement cost of a property, plant and equipment component is recognized in the item's book value when it is likely that the economic benefits added to the component will flow to the Company and the cost may be reliably measured. The book value of the component that has been replaced by another is written off. Routine maintenance costs of property, plant and equipment are expensed as incurred.

iii) Depreciation

Depreciation is calculated on the depreciable amount, which is the cost of an asset or any other cost replacement value, less the residual value.

Depreciation is recognized in income (loss) on a straight-line basis with respect to the estimated useful life of each component of a property, plant and equipment item, as this is the method that best reflects the pattern of consumption of the future economic benefits embedded in the asset.

Annual weighted average depreciation rates for current and comparative years are as follows:

	Annual weighted average rate
Machinery and equipment	10%
Furniture and fixtures	10%
IT equipment	20%
Vehicles	10%
Buildings and improvements	5%
Leasehold improvements	8%

Depreciation methods, useful lives and residual values are reviewed at each year end and adjustments, if any, are recognized as a change in accounting estimates.

e) Intangible assets

i) Research and development projects

Development activities involve a plan or project aimed at producing new or substantially improved products. Development expenditures are capitalized only if development costs can be reliably measured, if the product or process is technically and commercially

feasible, if future economic benefits are likely, and if the Company has the intention and sufficient resources to complete development and use or sell the asset. Capitalized expenditures include the cost of materials, direct labor, and manufacturing costs that are directly attributable to preparing the asset for its intended use.

ii) Software

Intangible assets that are acquired by the Company and that have defined useful lives are measured at cost, less accumulated amortization.

iii) Amortization

Amortization is calculated on the cost of an asset or any other cost replacement value, less the residual value.

Amortization is recognized in income (loss) based on future economic benefits in relation to the estimated useful lives of intangible assets, from the date they are available for use, as this method is the one that best reflects the pattern of consumption of future benefits economic embedded in the asset. Average estimated useful lives for the current and comparative years are as follows:

	Annual weighted average rate
Software	5 years
Research and development projects	15–20 years

Amortization methods, useful lives, and residual values are reviewed at each year end and adjusted as necessary.

f) Impairment

i) Financial assets (including receivables)

A financial asset not measured at fair value through profit or loss is valued at each reporting date to determine whether there is objective evidence of impairment. An asset is impaired if objective evidence indicates that a loss event occurred after its initial recognition, and such loss event had a negative effect on projected future cash flows, which can be reliably estimated.

Objective evidence of impairment of financial assets include:

- Debtor default or delays;
- Restructuring of an amount payable to the Company under terms that would not be accepted under normal conditions;
- Indication that the debtor or issuer will file for bankruptcy/in-court reorganization proceedings;
- Negative changes in the payment status of debtors or issuers;
- The extinction of an active market for the instrument due to financial difficulties;
or
- Observable data indicating that there was a decrease in the measurement of expected cash flows for a group of financial assets.

For equity investments, objective evidence of impairment includes a significant or prolonged decline in fair value below cost. The Company considers a 20% decline as significant and the 12-month period as prolonged.

Financial assets measured at amortized cost

The Company considers as evidence of impairment of assets measured by amortized cost both individually and on an aggregate basis. All individually significant assets are tested for impairment. Assets that have not undergone loss individually are then assessed collectively for any loss of value that may have occurred, but has not yet been identified. Assets that are not individually significant are assessed collectively for impairment based on the grouping of assets with similar risk characteristics.

When assessing the impairment loss collectively, the Company uses historical trends in the recovery period and the loss amounts incurred, adjusted to reflect the Board of Executive Officers' judgment as to whether the current economic and credit conditions are such that the actual losses are likely to be greater or lower than those suggested by historical trends.

Impairment is calculated as the difference between the book value and the present value of estimated future cash flows discounted at the original effective interest rate of the asset. Losses are recognized in income (loss) and reflected in a provision account. When the Company considers that there are no reasonable expectations of recovery, the amounts are written off. When a subsequent event indicates a reduction in the loss, the provision is reversed through profit or loss.

ii) Non-financial assets

The book values of nonfinancial assets of Company, deferred income and social contribution taxes, inventories and intangible assets, are reviewed at each reporting date in order to determine whether there is any indication of impairment. If any such indication exists, the asset's recoverable amount is determined.

The recoverable amount of an asset or cash-generating unit is the higher of the value in use and the fair value less costs to sell. In assessing value in use, the estimated future cash flows are discounted to their present value using a pre-tax discount rate that reflects current market conditions as to the recoverability year of capital and the risks specific to the asset.

g) Inventories

Inventories are measured at the lower of cost and net realizable value. Inventory costs are based on the weighted moving average.

Net realizable value is the estimated selling price in the ordinary course of business, less selling expenses.

h) Employee benefits

i) Short-term employee benefits

Obligations arising from short-term employee benefits are measured on an undiscounted basis and are incurred as expenses as the related service is provided.

ii) Provision for post-employment benefit - Health care plans

The Group offers health care plans compatible with the market to its employees; where the Company and its subsidiary are co-sponsors of the plan and their employees contribute with a monthly fixed installment that may be extended to spouses and dependents. Costs with monthly defined contributions made by the Company and its subsidiary are recognized in income (loss) on a monthly basis, in conformity with the accrual basis.

Costs, contributions and actuarial liabilities related to such plans are determined annually, with a basis on an appraisal carried out by independent actuary.

iii) Share-based payments

The cost of equity-settled transactions is determined by the fair value at the date when the grant is made. To determine fair value, the Company uses a valuation method based on a discounted flow.

That cost is recognized in employee benefits expense (Note 21), together with a

corresponding increase in shareholders' equity (other capital reserves), over the year in which the service and, where applicable, the performance conditions are fulfilled (the vesting period). The cumulative expense recognized for equity-settled transactions at each reporting date until the vesting date reflects the extent to which the vesting year has expired and the Company's best estimate of the number of equity instruments that will ultimately vest.

The expense or credit in the statement of profit or loss for the year represents the changes in cumulative expense recognized as at the beginning and end of that year.

Service and non-market performance conditions are not taken into account when determining the grant date fair value of awards, but the likelihood of the conditions being met is assessed as part of the Company's best estimate of the number of equity instruments that will ultimately vest. Market performance conditions are reflected within the grant date fair value. Any other conditions attached to an award, but without an associated service requirement, are considered to be non-vesting conditions. Non-vesting conditions are reflected in the fair value of an award and lead to an immediate expensing of an award unless there are also service and/or performance conditions.

No expense is recognized for awards that do not ultimately vest because non-market performance and/or service conditions have not been met. Where awards include a market or non-vesting condition, the transactions are treated as vested irrespective of whether the market or non-vesting condition is satisfied, provided that all other performance and/or service conditions are satisfied.

When the terms of an equity-settled award are modified (for instance due to modifications to the plan), the minimum expense recognized is the grant date fair value of the unmodified award, provided the original vesting terms of the award are met. An additional expense, measured as at the date of modification, is recognized for any modification that increases the total fair value of the share-based payment transaction, or is otherwise beneficial to the employee.

Where an award is cancelled by the entity or by the counterparty, any remaining element of the fair value of the award is expensed immediately through profit or loss. The dilutive effect of outstanding options is reflected as additional share dilution in the computation of diluted earnings per share.

i) Provision

A provision is recognized if, as a result of a past event, the Company has a present legal or constructive obligation that can be estimated reliably, and it is probable that an outflow of economic resources will be required to settle the obligation. Provisions are determined by discounting the expected future cash flows at a pre-tax rate that reflects current market assessments of the time value of money and the risks specific to the liability, except allowance for expected credit losses, which follows the Company's policy.

j) Operating revenue

i) Royalty revenues

Revenue arising from the use by third parties of the Company's assets, which produce interest and royalties, should be recognized when it is probable that the economic benefits associated with the transaction will flow to the entity and the amount of revenue can be reliably measured. Royalties should be recognized on an accrual basis in accordance with the substance of the agreement.

Royalty revenues recognized by the Company refer to sugarcane varieties developed and is recognized in income (loss) for the year using the straight-line method from April to March, based on the planting area multiplied by an amount defined in the agreement signed between the parties. Most billing invoices are issued and received during the sugarcane crop year from September to December. If the receipt of billings for the year is greater than the portion already recognized in income (loss), the difference is recognized as "deferred revenues" in current liabilities.

ii) Sale of goods and services

Operating revenue from sales of goods and services in the ordinary course of business is measured at the fair value of the consideration received or receivable. Operating revenue is recognized when there is evidence that the most significant risks and rewards inherent in ownership of goods have been transferred to the buyer, that financial and economic benefits will flow to the entity, that related costs and possible return of goods can be estimated, that there is no continuing involvement with the goods sold, and that the operating revenue amount can be reliably measured.

If it is probable that discounts will be granted and the amount can be measured, this is recognized in accordance with the respective sales.

k) Finance income and expenses

Finance income includes interest revenues and financial investment yield. Finance income is recognized in income (loss) using the effective interest method. Finance expenses include bank charges with interest and discounts.

l) Income and social contribution taxes

Current and deferred income taxes comprise both income and social contribution taxes. Income tax is calculated at a rate of 15%, plus 10% surtax on taxable profit exceeding R\$ 240, whereas social contribution is computed at a rate of 9% on taxable profit. These consider offset of income and social contribution tax losses, limited to 30% of taxable profit for the year.

Income and social contribution tax expenses include current and deferred taxes.

i) Expenses with current income and social contribution taxes

Current tax is the expected tax payable or receivable on taxable profit or loss for the year at the tax rates enacted or substantively enacted on the financial statements reporting date, and any adjustment to taxes payable referring to prior years.

ii) Expenses with deferred income and social contribution taxes

Deferred tax is recognized with respect to temporary differences between the book value of assets and liabilities for accounting purposes and the corresponding value used for taxation purposes.

Deferred tax is measured at the tax rates to be applied to temporary differences when they reverse, based on laws in effect on the financial statements reporting date.

In determining current and deferred income tax, the Company takes into consideration the impact of uncertainties related to the tax position assumed and whether additional payment of income tax and interest will be required. The Company believes that the provision for income tax recorded in liabilities is adequate for all outstanding tax years ended, based on its evaluation of several factors, including interpretations of tax laws and past experience. This evaluation is based on estimates and assumptions that may involve a series of judgments about future events. New information may be made available, leading the Company to change its judgment on the adequacy of existing provision; these changes may impact income tax expenses in the year in which they occur.

A deferred income and social contribution tax asset is recognized on tax losses, tax credits, and unused deductible temporary differences when it is probable that future taxable profits will be available to allow realization thereof.

Deferred income and social contribution tax assets are reviewed at each reporting date and will be reduced to the extent that their realization is no longer probable.

m) Earnings per share

Basic earnings per share are calculated by means of income (loss) for the year attributable to the Company's controlling and noncontrolling shareholders, using the weighted average number of common shares in the related year. Diluted earnings per share are calculated

based on the above-mentioned average of outstanding shares, adjusted for instruments that can potentially be converted into shares, with a dilutive effect in the years presented, under the terms of CPC 41/IAS 33 - Earnings per share.

n) Leased assets

The Company assesses, on the commencement date, whether the agreement is or contains a lease. An agreement is or contains a lease if it transfers the right to control the use of an identified asset over an year in return for consideration.

To assess whether an agreement transfers the right to control the use of an identified asset, the Company uses the definition of lease in IFRS 16 / CPC 06(R2).

Upon commencement or modification of an agreement that contains a lease component, the Company allocates the consideration in the agreement to each lease component based on their individual prices. For property leases, however, the Company elected not to separate the non-lease components and accounts for the lease and non-lease components as a single component.

The Company recognizes a right-of-use asset and a lease liability at the lease commencement date. The right-of-use asset is initially measured at cost, which comprises the value of initial measurement of the lease liability adjusted to any lease payments made to the initial date, plus any initial direct costs incurred by the lessee and an estimate of the costs to be incurred by the lessee to disassemble and remove the underlying asset, by returning it to the place where it is located or returning the underlying asset to the state required under the lease terms and conditions, less any lease incentives received accordingly.

The right-of-use asset is subsequently depreciated using the straight-line method from the start date to the end of the lease term, unless the lease transfers ownership of underlying asset to the lessee at the end of lease term, or if the cost of the right-of-use asset reflects that the lessee will exercise the call option.

In this case, the right-of-use asset will be depreciated over the useful life of the underlying asset, which is determined on the same basis as that of property, plant and equipment. In addition, the right-of-use asset is periodically reduced by impairment losses, if any, and adjusted for certain remeasurements of the lease liability.

Lease liabilities are initially measured at the present value of lease payments that are not made on the commencement date, discounting the interest rate implicit in the lease, or, if this rate cannot be determined immediately, the Company's incremental borrowing rate. The Company usually uses the incremental borrowing rate as the discount rate.

The Company determines its incremental borrowing rate by obtaining interest rates from various external financing sources and making adjustments to reflect the terms of the agreement and the type of leased asset.

The lease payments included in the measurement of the lease liability comprise the following:

- Fixed payments, including in-substance payments;
- Variable lease payments that initially depend on an index or a rate;
- Measured using the index or rate on the commencement date;
- Amounts expected to be paid by the lessee under residual value guarantees; and
- - The call option exercise price if the lessee is reasonably certain to exercise such option, and payments of fines due to termination of the lease agreement, if the term of the lease reflects the fact that the lessee is exercising their option to terminate the lease agreement.

Lease liabilities are measured at amortized cost using the effective interest method. It is remeasured if there is a modification in the future lease payments resulting from a change in the index or rate, if there is a change in the amounts that are expected to be paid in accordance with the residual value guarantee, if the Company changes its assessment of whether it will exercise the option to purchase, extend or terminate the lease, or if there is

a revised in-substance lease payment.

When the lease liability is remeasured in this way, an adjustment corresponding to the book value of the right-of-use asset is made or is recorded in income (loss) if the book value of the right-of-use asset has been reduced to zero.

i) Low-value asset leases

The Company elected not to recognize right-of-use assets and lease liabilities for leases of low-value assets and short-term leases, including IT equipment. The Company recognizes lease payments associated with these leases as an expense on a straight-line basis over the lease term.

o) Government grant

Government grants related to assets are initially recognized as deferred revenues at their fair value when there is reasonable guarantee that they will be received and that the Group will comply with conditions associated to the grant.

p) Environmental aspects

The Company considers that its facilities and activities are subject to environmental regulations. The Company manages the risks associated with environmental matters in all activities that may have an environmental impact. Management believes that no additional provision for losses relating to environmental matters is currently required, based on legislation and regulations in force.

7. Standards issued but not yet effective

The new and amended standards and interpretations issued until the date of the Group's financial statements are described below. The Group intends to adopt these standards and interpretations, if applicable.

IFRS 18 / CPC 51: Presentation and disclosure in the financial statements

IFRS 18/CPC 51 will replace CPC 26/IAS 1 - Presentation of Financial Statements and applies to annual reporting periods beginning on or after January 1, 2027. The new standard introduces the following main new requirements.

- Entities are required to classify all revenues and expenses into five categories in the statement of operations and loss, namely the operating, investing, financing, discontinued operations and income tax categories. Entities are also required to present a subtotal for newly defined operating income. The net income of the entities will not change.
- Management-defined performance measures (MPMs) are disclosed in a single note in the financial statements.
- Enhanced guidance is provided on how to group information in the financial statements.

Furthermore, all entities are required to use the subtotal of operating income as the starting point for the statement of cash flows when presenting operating cash flows using the indirect method.

The Group is still in the process of assessing the impact of the new standard, particularly regarding the structure of the Group's statement of income, statement of cash flows and the additional disclosures required for performance measures. The Group is also assessing the impact on how information is grouped in the financial statements, including for items currently labeled "other".

8. Cash and cash equivalents and financial investments

The Group classifies the balances of highly liquid short-term bank deposits with a maturity of three months or less as of the investment date and subject to an insignificant risk of change in value as cash equivalents. Any type of bank deposit that does not cumulatively meet these characteristics, or even meet the criteria, but are not held for the purpose of meeting short-term cash commitments, are classified as financial investments, in current or noncurrent assets.

	Accumulated average profitability of the portfolio for the year CDI %	Consolidated		Parent Company	
		2026	2025	2026	2025
Cash					
In domestic currency		-	4	-	4
In foreign currency		11	13	11	13
		11	17	11	17
Banks					
In domestic currency		29	218	29	218
In foreign currency		240	240	-	-
		269	458	29	218
Investments					
CDB (i)	101%	680,005	628,383	680,005	628,383
Repurchase agreements (ii)	85%	1,104	534	1,104	534
		681,109	628,917	681,109	628,917
Total cash and cash equivalents and financial investments		681,389	629,392	681,149	629,152
Cash and cash equivalents		327,031	324,775	326,791	324,535
Financial investments		354,358	304,617	354,358	304,617

- i. CDB: investments made in top-tier banks, and fixed yield based on the CDI rate.
 ii. Repurchase agreement: investment made in top-tier banks. Fixed income investment in which the bank sells a security (debenture), with a commitment to repurchase it at any time, according to remuneration based on the Interbank Deposit ("DI").

The analysis of the exposure of these assets to interest rate risks, among others, is disclosed in Note 26.g.

9. Accounts receivable

The balance of trade accounts receivable is mainly represented by balances related to royalty revenues, composed as follows:

	Consolidated and Parent Company	
	2026	2025
Trade accounts receivable	84,238	76,824
Clients - related parties (Note 27)	17,634	20,239
Total	101,872	97,063
(-) Allowance for expected credit losses -related parties	(2,365)	(2,276)
(-) Allowance for expected credit losses	(68,974)	(61,009)
Total (Note 27)	(71,339)	(63,285)
Current	6,287	9,857
Non-current (i)	24,246	23,921

- (i) The balance of R\$ 17,105, referring to royalties receivable from the CTC 1-12 varieties, under judicial or administrative discussion with certain clients, is classified under long-term.

Changes in the allowance for estimate credit loss ECL are as follows:

	parent company
Balance at March 31, 2024	(55,435)
Amounts recognized	(7,850)
Balance at March 31, 2025	(63,285)
Amounts recognized	(8,054)
Balance at March 31, 2026	(71,339)

The reversals and/or recognition of allowances are recorded under “Other operating revenues (expenses)”.

The analysis of the exposure of these assets to interest rate risks, among others, is disclosed in Note 26.

10. Other assets

	Consolidated		Parent Company	
	2026	2025	2026	2025
Prepaid expenses (i)	13,653	13,484	13,653	13,484
Advances to suppliers	7,871	3,994	7,871	3,994
Other assets	435	704	80	156
	21,959	18,182	21,604	17,634
Current	10,378	8,295	10,023	7,747
Noncurrent	11,581	9,887	11,581	9,887

(i) They refer to seedling available to multiply the varieties in customers. These seedlings are monitored to guarantee that the multiplication rate is effective according to the agreement formalized with the customer that establishes the responsibility for multiplication.

11. Deferred tax assets

Deferred income and social contribution taxes are calculated on the temporary differences between the calculation basis of tax on assets and liabilities, and book values of financial statements.

Deferred tax assets are recognized to the extent that it is probable that future taxable profit will be available, based on income projections prepared and based on internal assumptions and future economic scenarios which may, therefore, be subject to changes.

	Consolidated and Parent Company				
	Recognized in		Recognized in		
	2024	income (loss)	2025	income (loss)	2026
Expected credit losses	13,856	2,669	16,525	2,738	19,263
Unearned revenue	7,161	(697)	6,464	(1,344)	5,120
Provision for profit sharing	7,363	322	7,685	(3,648)	4,037
Long-term incentive	5,803	2,320	8,123	1,872	9,995
Tax incentive – acceleration	(9,554)	483	(9,071)	(1,810)	(10,881)
Other temporary differences	4,166	(5,530)	(1,364)	1,471	107
Deferred tax, net	28,795	(433)	28,362	(720)	27,642

When evaluating deferred taxes’ recovery capacity, the Board of Executive Officers considers future taxable income projections and changes in temporary differences. Deferred tax assets are recorded only when it is likely that they will be used in the future.

Reconciliation of the expense calculated by applying the combined tax rates and the income and social contribution tax expenses charged to income (loss) is as follows:

	Consolidated and Parent Company	
	2026	2025
Income before income and social contribution taxes	251,457	186,384
Combined statutory rate	34%	34%
Income and social contribution taxes:		
Combined tax rate	(85,495)	(63,371)
Equity in net income of subsidiaries (i)	(2,004)	(1,988)
Lei do Bem (ii)	12,672	13,625
Good Law (Extemporaneous) (ii)	12,243	15,447
Sudene ⁽ⁱⁱⁱ⁾	22,070	23,571
ICMS grant (iv)	2,795	-
Other permanent additions and exclusions	2,736	2,009
Income and social contribution taxes in income (loss) for the year	(34,983)	(10,707)
Effective rate	14%	6%
Deferred taxes	(720)	(433)
Current taxes	(34,263)	(10,274)

(i) Refers to equity pickup of the subsidiary CTC Genomics LLC (See Note 7).

(ii) It refers to the credits related to Law 11196 (“Good Law”), pertaining to expenses arising from research and development.

(ii) Recognition of late credits related to Law 11196 (“Good Law”).

(iii) Refers to tax credits related to Article 1 of Provisional Measure 2199-14, of August 24, 2001, in accordance with the criteria established in Decree 6539, of August 18, 2008.

(iv) Refers to the reduction of the tax base for income and social contribution taxes resulting from ICMS tax benefits listed in Agreement 190/17, which regulated Complementary Law 160/17, and subsequently regulated by COSIT Consultation Solution 169/21.

12. Investments (Parent Company)

Book value	Country	Business activity	Equity interest (%)	Investment		Equity in net income of subsidiaries	
				2026	2025	2026	2025
CTC Genomics	USA	R&D	100%	1,314	2,221	(5,894)	(5,846)
				1,314	2,221	(5,894)	(5,846)

Changes in investments in associates are as follows:

Balance at March 31, 2024	3,041
Contribution - investee – CTC Genomics	4,528
Equity in net income of subsidiaries	(5,846)
Accumulated translation adjustment	498
Balance at March 31, 2025	2,221
Contribution - investee – CTC Genomics	5,236
Equity in net income of subsidiaries	(5,894)
Accumulated translation adjustment	(249)
Balance at March 31, 2026	1,314

Significant accounts captions of the subsidiary are as follows:

	2026	2025
Current assets	1,925	1,973
Non-current assets	5,150	4,207
Current liabilities	2,753	3,102
Non-current liabilities	3,008	857
Shareholders' equity	1,314	2,221
Net loss	(5,894)	(5,846)

13. Property, plant and equipment



Consolidated	Machinery and equipment	Furniture and fixtures	IT equipment	Vehicles	Buildings and improvements	Leasehold improvements	Construction in progress	Advanced to suppliers	Total
Cost:									
Balance at March 31, 2024	78,123	6,938	13,401	10,406	2,893	63,134	12,662	2,580	197,718
Additions	11,091	1,163	2,263	2,383	17	13	23,677	16,758	57,365
Transfers	1,106	104	11	-	1,258	16,877	(11,007)	(8,349)	-
Write-offs	-	(4)	(205)	(686)	-	-	-	-	(895)
Currency translation	739	55	206	-	-	358	-	-	1,358
Balance at March 31, 2025	91,058	8,257	15,676	12,103	4,168	80,382	25,332	10,989	247,966
Additions	24,351	1,060	3,899	1,537	45	47	88,735	19,354	139,028
Transfers	12,957	632	10	170	-	15,120	(2,587)	(26,301)	(0)
Write-offs	(2)	-	(80)	(539)	-	-	(1,027)	-	(1,648)
Currency translation	(735)	(39)	(98)	-	-	-	-	-	(872)
Balance at March 31, 2026	127,629	9,910	19,407	13,271	4,213	95,549	110,453	4,042	384,474
Depreciation:									
Balance at March 31, 2024	(52,151)	(3,312)	(8,343)	(5,851)	(1,201)	(28,093)	-	-	(98,951)
Depreciation in the year	(5,921)	(588)	(1,906)	(1,398)	(262)	(5,452)	-	-	(15,526)
Write-off - depreciation	-	3	184	326	-	-	-	-	513
Transfer	(20)	(1)	-	-	-	21	-	-	-
Currency translation	(470)	(27)	(95)	-	-	(328)	-	-	(920)
Balance at March 31, 2025	(58,562)	(3,925)	(10,160)	(6,923)	(1,463)	(33,852)	-	-	(114,884)
Depreciation in the year	(8,094)	(707)	(2,052)	(1,613)	(343)	(7,096)	-	-	(19,904)
Write-off - depreciation	0	-	73	330	-	-	-	-	404
Currency translation	551	30	82	-	-	-	-	-	661
Balance at March 31, 2026	(66,105)	(4,602)	(12,057)	(8,205)	(1,806)	(40,948)	-	-	(133,723)
Balance at March 31, 2025	32,497	4,332	5,516	5,181	2,706	46,529	25,332	10,989	133,082
Balance at March 31, 2026	61,524	5,308	7,350	5,066	2,407	54,601	110,453	4,042	250,751
Depreciation rate	10%	10%	20%	10%	5%	8%			

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Consolidated and parent company financial statements | March 31, 2026



Parent Company	Machinery and equipment	Furniture and fixtures	IT equipment	Vehicles	Buildings and improvements	Leasehold improvements	Construction in progress	Advances to suppliers	Total
Cost:									
Balance at March 31, 2024	73,175	6,567	12,588	10,406	2,893	60,737	12,662	2,580	181,608
Additions	11,091	1,163	2,263	2,383	17	13	23,677	16,758	57,365
Transfers	1,106	104	11	-	1,258	16,877	(11,007)	(8,349)	-
Write-offs	-	(4)	(205)	(686)	-	-	-	-	(895)
Balance at March 31, 2025	85,372	7,830	14,657	12,103	4,168	77,627	25,332	10,989	238,079
Additions	24,318	1,060	3,842	1,537	45	47	88,682	19,354	138,885
Transfers	12,957	632	10	170	-	15,120	(2,587)	(26,301)	-
Write-offs	(3)	-	(80)	(539)	-	-	(1,026)	-	(1,648)
Balance at March 31, 2026	122,644	9,522	18,429	13,271	4,213	92,794	110,401	4,042	375,316
Depreciation:									
Balance at March 31, 2024	(49,002)	(3,132)	(7,706)	(5,852)	(1,201)	(25,895)	-	-	(92,788)
Depreciation in the year	(5,109)	(529)	(1,815)	(1,398)	(262)	(5,452)	-	-	(14,564)
Write-off - depreciation	-	3	184	326	-	-	-	-	513
Transfers	(20)	(1)	-	-	-	21	-	-	-
Balance at March 31, 2025	(54,131)	(3,658)	(9,337)	(6,924)	(1,463)	(31,326)	-	-	(106,839)
Depreciation in the year	(7,515)	(660)	(1,987)	(1,613)	(343)	(7,096)	-	-	(19,213)
Write-off - depreciation	0	-	74	331	-	-	-	-	404
Balance at March 31, 2026	(61,646)	(4,318)	(11,250)	(8,206)	(1,806)	(38,422)	-	-	(125,648)
Balance at March 31, 2025	31,241	4,171	5,320	5,180	2,705	46,301	25,332	10,989	131,239
Balance at March 31, 2026	60,998	5,204	7,179	5,065	2,407	54,372	110,401	4,042	249,668
Depreciation rate	10%	10%	20%	10%	5%	8%			

The residual value and useful life of the assets and the depreciation methods are reviewed annually on a prospective basis if necessary. The analysis was carried out based on a technical report issued by specialized professionals on financial information as of March 31, 2026.

Sugarcane planting corresponds to bearer plants that are used exclusively to grow sugar cane. Sugarcane is classified as a semi-perennial crop, whose economically viable production cycle has an average term of five harvests.

The amount allocated to construction in progress refers mainly to improvements in research laboratories and the construction of the demonstration plant for Synthetic Seeds and the estimate to be concluded is by the end of the current crop.

The Group assesses whether there are asset impairment indicators annually, the Company estimates the asset's recoverable amount. For these years, the Group did not identify the need to set up a provision for asset impairment.

14. Leases and right of use

a. Right of use

Changes in right of use are as follows:

Consolidated	Properties – related parties (Note 23)	Properties	Vehicles	Agricultural lease – related parties (Note 23)	Agricultural lease	Total
March 31, 2024	15,182	630	5,577	2,292	4,454	28,135
Addition/measurement	-	3,386	5,621	8,935	1,339	19,281
Currency translation	-	293	-	-	-	293
Amortization	(3,374)	(2,118)	(3,516)	(2,268)	(907)	(12,183)
Transfer	-	-	-	(662)	662	-
March 31, 2025	11,808	2,191	7,683	8,297	5,548	35,526
Addition/measurement	-	3,193	11,315	203	1,262	15,973
Currency translation	-	(199)	-	-	-	(199)
Amortization	(3,374)	(1,270)	(6,723)	(2,266)	(1,292)	(14,925)
March 31, 2026	8,434	3,915	12,275	6,234	5,518	36,375
Amortization rate	9%	9%	33%	10%	10%	

Parent Company	Properties – related parties (Note 23)	Vehicles	Agricultural lease – related parties (Note 23)	Agricultural lease	Total
March 31, 2024	15,182	5,577	2,292	4,454	27,505
Addition/measurement	-	5,621	8,935	1,339	15,895
Amortization	(3,374)	(3,516)	(2,268)	(907)	(10,065)
Transfer	-	-	(662)	662	-
March 31, 2025	11,808	7,683	8,297	5,548	33,336
Addition/measurement	-	11,315	203	1,262	12,780
Amortization	(3,374)	(6,723)	(2,266)	(1,292)	(13,655)
March 31, 2026	8,434	12,275	6,234	5,518	32,461
Amortization rate	9%	9%	33%	10%	10%

b. Lease liabilities

Changes in lease liabilities are as follows:

Consolidated	Properties – related parties (Note 27)	Properties	Vehicles	Agricultural lease – related parties (Note 27)	Agricultural lease	Total
March 31, 2024	17,440	753	3,740	2,540	4,644	29,118
Annual addition/measurement	-	3,386	5,621	8,935	1,339	19,281
Currency translation	-	314	-	-	-	314
Allocation of financial charges	1,154	244	490	258	420	2,566
Payment	(4,554)	(2,429)	(5,253)	(2,671)	(1,221)	(16,130)
Transfer	-	-	-	(826)	826	-
March 31, 2025	14,040	2,268	4,598	8,236	6,008	35,150
Annual addition/measurement	-	3,193	11,315	203	1,262	15,973
Currency translation	-	(207)	-	-	-	(207)
Allocation of financial charges	898	176	414	224	495	2,207
Payment	(4,554)	(1,259)	(6,570)	(2,313)	(1,719)	(16,415)
March 31, 2026	10,384	4,171	9,757	6,350	6,046	36,708
Current	3,860	827	6,031	993	1,349	13,060
Non-current	6,524	3,344	3,726	5,357	4,697	23,648

Parent Company	Agricultural lease – related parties (Note 27)	Vehicles	Agricultural lease – related parties (Note 27)	Agricultural lease	Total
March 31, 2024	17,440	3,740	2,540	4,644	28,364
Annual addition/measurement	-	5,621	8,935	1,339	15,895
Allocation of financial charges	1,154	490	258	420	2,322
Payment	(4,554)	(5,253)	(2,671)	(1,221)	(13,699)
Transfer	-	-	(826)	826	-
March 31, 2025	14,040	4,598	8,236	6,008	32,882
Annual addition/measurement	-	11,315	203	1,262	12,780
Allocation of financial charges	898	414	224	495	2,031
Payment	(4,554)	(6,570)	(2,313)	(1,719)	(15,156)
March 31, 2026	10,384	9,757	6,350	6,046	32,537
Current	3,930	5,503	1,095	1,369	11,897
Non-current	6,454	4,254	5,255	4,677	20,640

As of March 31, 2026, the maturity profile of the consolidated lease liabilities is as follows:

Year	Present value
01–12 months	12,724
13–24 months	12,256
25–36 months	8,313
37–48 months	2,623
>49 months	3,783
Total gross	39,700
Potential right of recoverable PIS and COFINS (i)	(3,672)
Net total	36,028

i) Refers to the potential right to PIS/COFINS credits on lease payments calculated based on the theoretical rate of 9.25%. This disclosure aims to comply with Circular Letter/CVM/SNC/SEP No. 02/2019 and represents only an estimate. Thus, they do not actually represent the credits that may be taken in the future, and when such fact occurs, said credits may be materially different due to the possibility of the effective rate being different from the theoretical rate or the payment not being subject to credit taking; for example, on account of subsequent changes in tax legislation.

15. Intangible assets

Consolidated	Software	Genetic improvement	New technologies	Genetic improvement under development	New technologies under development	Total
Cost:						
Balance at March 31, 2024	3,552	97,968	155,877	113,777	94,529	497,703
Additions	3,014	-	32	45,180	59,024	107,250
Currency translation	190	-	183	-	-	373
Balance at March 31, 2025	38,756	97,968	156,092	158,957	153,553	605,326
Additions	4,225	-	1,752	52,722	62,588	121,287
Transfer	-	13,449	-	(13,449)	-	-
Currency translation	(135)	-	(119)	-	-	(254)
Balance at March 31, 2026	42,846	111,417	157,725	198,230	216,141	726,359
Amortization:						
Balance at March 31, 2024	(24,779)	(20,520)	(13,293)	-	-	(58,592)
Amortization	(5,204)	(4,008)	(10,457)	-	-	(19,669)
Currency translation	(184)	-	(181)	-	-	(365)
Balance at March 31, 2025	(30,167)	(24,528)	(23,931)	-	-	(78,626)
Amortization	(2,885)	(5,282)	(11,721)	-	-	(19,888)
Currency translation	118	-	113	-	-	231
Balance at March 31, 2026	(32,934)	(29,810)	(35,539)	-	-	(98,283)
Balance at March 31, 2025	8,589	73,440	132,161	158,957	153,553	526,700
Balance at March 31, 2026	9,912	81,607	122,186	198,230	216,141	628,076

Parent Company	Software	Genetic improvement	New technologies	Genetic improvement under development	New technologies under development	Total
Cost:						
Balance at March 31, 2024	34,277	97,968	154,493	113,777	94,529	495,044
Additions	3,013	-	32	45,180	59,025	107,250
Balance at March 31, 2025	37,290	97,968	154,525	158,957	153,554	602,294
Additions	4,225	-	1,752	52,722	62,588	121,287
Transfer	-	13,449	-	(13,449)	-	-
Balance at March 31, 2026	41,515	111,417	156,277	198,230	216,142	723,581
Amortization:						
Balance at March 31, 2024	(23,572)	(20,520)	(12,095)	-	-	(56,187)
Amortization	(5,147)	(4,008)	(10,426)	-	-	(19,581)
Balance at March 31, 2025	(28,719)	(24,528)	(22,521)	-	-	(75,768)
Amortization	(2,885)	(5,282)	(11,721)	-	-	(19,888)
Balance at March 31, 2026	(31,604)	(29,810)	(34,242)	-	-	(95,656)
Balance at March 31, 2025	8,571	73,440	132,004	158,957	153,554	526,526
Balance at March 31, 2026	9,911	81,607	122,035	198,230	216,142	627,925

Development costs refer to expenditures incurred, segregated as follows:

Consolidated	03/31/2025	Additions	Currency translation	03/31/2026
Genetic improvement (a)	256,925	52,722	-	309,647
New technologies (b)	309,647	64,340	(119)	373,868
Total	566,572	117,062	(119)	683,515

Consolidated	03/31/2024	Additions	Currency translation	03/31/2025
Genetic improvement (a)	211,745	45,180	-	256,925
New technologies (b)	250,407	59,057	183	309,647
Total	462,152	104,237	183	566,572

The costs with the Genetic Improvement and New technologies projects are classified as follows:

- Phase 1: Applied research and proof of concept, which covers the assessment as to the attractiveness, technical merit, the potential for application in the market, definition of protocols and laboratory prototype.
- Phase 2: Early development, which covers the refinement of processes and protocols, field research startups and potentially Experimental plants.
- Phase 3: Advanced development, which encompasses field tests, regulatory analysis and potentially demo plants.
- Phase 4: Pre-launch, which includes regulatory approvals, seed bulk-up, details of the business plan and semi-commercial or commercial scale plants.

a) Genetic improvement

The Genetic Improvement Program, through its regional hubs strategically distributed throughout the country (states of Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins, São Paulo and Goiás), allows the Group to develop increasingly productive varieties that include all the production conditions of the different regions where the plant is grown in Brazil.

The diversification and modernization of the varietal stock contribute decisively to the sustainability of agribusiness, not only by productivity gains, but also by improving quality, reducing phytosanitary risks and agricultural losses. This happens since these new genetic materials are developed to meet modern production processes, such as mechanized planting and harvesting.

CTC holds the Intellectual Property rights of these varieties for the period of 15 years as of the concession date of their respective protection certificates, as established by the Variety Protection Law (Law No. 9456 of April 25, 1997).

b) New technologies

i) Genetic improvement projects using biotechnology (transgenics)

Biotechnology, tool for the expected productivity leap of sugarcane plantation, is able to accelerate the process of continued improvement of conventional varieties' productivity and also incorporate desirable traits to sugarcane, which offer economic, environmental and handling benefits, such as those already enjoyed by soybean, corn and cotton producers in Brazil.

The Biotechnology Program is focused in the production of genetically modified plants using genes that provide tolerance to insects and herbicides. This control strategy has already been used in other crops, such as corn, soybeans and cotton, and have presented good results in terms of controlling their agricultural pests.

Genetically-modified plants are subject to approval by the National Biotechnology Technical Commission (CTNBio) in Brazil and products produced with them are subject to de-regulation processes in countries to which they are exported.

CTC holds the Intellectual Property rights of these varieties and related technologies for at least 15 years counted as of concession date of respective provisional protection certificates, as established by the Plant Variety Protection Law (Law No. 9456, of April 25, 1997) and/or for at least 20 years as of the deposit date of invention patent request, as established by Industrial Property Law (Law No. 9279, dated May 14, 1996).

ii) Artificial Seeds Project

The Artificial Seeds Project aims to develop a new sugarcane planting system using synthetic seeds, aiming obtain an increase in efficiency in the production process as a whole through the use of quality genetic materials, free of pests and diseases, lighter machinery for planting, leading to less soil compaction, less material volume per hectare, among others.

This project stresses our disruptive role, since the Company believes that there is no similar technology in Brazil or in the world.

Allocation of disbursements with research

Research expenditures are recognized in income (loss), development expenses are capitalized only as intangible assets if the recognition criteria of IAS 38/CPC 4 - Intangible Assets are met. This includes sufficient certainty that the development activity will give rise to future financial cash flows that also cover the respective development expenses.

In the case of the Group, this occurs according to the rules assigned to each technology, as follows:

- a. Genetic improvement: all expenses incurred on commercial varieties from Phase 2 to Phase 4;
- b. New technologies: all expenses incurred in commercial varieties of technology already

known until its international deregulation and in cases of development of new technologies, only Phase 4 expenses.

Costs with Genetic improvement and New technologies projects, incurred outside the aforementioned standards are recognized in income (loss) under “Cost of research and services rendered”.

The amortization of intangible assets for product development and registration is recognized under “costs by type” (Note 24).

Impairment

Annually, the Company assesses the impairment of the balances of intangible assets, substantially represented by assets related to genetic improvement, biotechnology, software, and technologies under development. The methodology used for assessing the recoverable amount is based on discounted cash flow, considering financial and operational assumptions approved by Management, as described below:

- (i) **Projection period** – Cash flows projected based on the strategic planning and budgets approved by Management, considering an explicit projection period and perpetuity for the residual period;
- (ii) **Revenues** – Projected considering operational history, market expectations, technological evolution, customer base expansion, licenses, royalties, and adoption prospects of the varieties and technologies developed by the Company;
- (iii) **Operating margins** – Determined based on historical performance, expected operational efficiency, and the Company’s commercial strategy;
- (iv) **Operating costs and expenses** – Projected considering current operational structures, expected inflation, efficiency gains, and necessary investments for maintaining operations and project continuity;
- (v) **Investments (Capex)** – Considered according to the budget approved by Management, including investments in research, development, technological infrastructure, and operational maintenance;
- (vi) **Growth in the residual period** – Compatible with long-term growth expectations for the biotechnology and agribusiness sectors, as well as market macroeconomic projections;
- (vii) **Discount rate** – Future cash flows were discounted to present value using a methodology based on the Weighted Average Cost of Capital (“WACC”), considering specific risks of the business activity, capital structure, and current economic and market conditions.

Management did not identify any indicators of impairment of intangible assets as of March 31, 2026.

16. Suppliers

These mainly refer to suppliers of machinery and equipment, materials and providers of technical advisory, engineering advisory and consulting service.

Consolidated		Parent Company	
2026	2025	2026	2025

Domestic suppliers	45,900	22,947	45,900	22,947
Foreign suppliers	3,658	1,544	2,666	516
	49,558	24,491	48,566	23,463

17. Financing

Consolidated and Parent Company	Type	Cur-rency	Charges	Maturity		Guarantees	03/31/2026	03/31/2025
				From	to			
Financing	R\$	3.3%+Ref.rate p.a.		2027	2035	Bank guarantee	178,749	134,070
Machinery financing	R\$	2.4%+CDI p.a.		2024	2028		982	1,362
							179,731	135,432
Current							749	665
Non-current							178,982	134,767

Consolidated and Parent Company	03/31/2025	Funding	Interest incurred	Payments	Interest paid	03/31/2026
Financing	134,070	44,595	8,651	-	(8,567)	178,749
Machinery financing	1,362	-	76	(380)	(76)	982
Total	135,432	44,595	8,727	(380)	(8,643)	179,731

Consolidated and Parent Company	03/31/2024	Funding	Interest incurred	Payments	Interest paid	03/31/2025
Financing	74,435	59,460	5,080	-	(4,905)	134,070
Machinery financing	-	1,520	10	(168)	-	1,362
Total	74,435	60,980	5,090	(168)	(4,905)	135,432

Liabilities' maturity are broken down as follows:

Maturity year	03/31/2026	03/31/2025
2025	-	570
2026	654	380
2027	7,736	5,897
2028	22,384	16,867
2029	22,068	16,551
Other years	126,889	95,167
	179,731	135,432

On August 22, 2023, the Company signed a financing agreement to raise funds with FINEP for an amount of R\$ 180,000, with maturity date in 2035. Interest at reference rate ("TR") + 3.3% per year will levy on the principal amount.

The initial amount of R\$ 75,000 was received on October 24, 2023 and the second installment of R\$ 60,000 was received on July 10, 2024 and the third one and last tranche of financing contract totaling R\$ 45,000 was on July 23, 2025.

With this release, the full amount contracted was made available to the Company, reinforcing its capacity to invest in innovation and technological development. Interest is paid monthly and the first installment of the principal is due in 2027, which will also be paid monthly. Changes in loans and financing are as follows:

18. Salaries, vacation and charges payable

	Consolidated		Parent Company	
	2026	2025	2026	2025
Provision for vacation pay, 13 th salary and social security charges	14,639	12,813	14,639	12,813
Provision for profit sharing (i)	25,765	24,404	25,167	23,741
Provision for bonus - Note 22e	1,038	-	1,038	-
Labor charges payable	11,692	9,736	11,692	9,736
Other	99	-	99	-
	53,233	46,953	52,635	46,290

(i) Changes in provision for profit sharing

The Group recognizes a liability and an expense for profit sharing based on a methodology that takes into account previously defined goals for employees. The Group recognizes a provision when it is contractually obligated or when a past practice has created an obligation. The amount provisioned for the 2024/2025 crop was reversed after the payment, which occurred in July 2025.

	Consolidated	Parent Company
Balance at March 31, 2024	21,894	21,655
Payment in the year	(21,576)	(21,053)
Provision for the year	24,086	23,139
Balance at March 31, 2025	24,404	23,741
Payment in the year	(23,802)	(23,741)
Provision for the year	25,163	25,167
Balance at March 31, 2026	25,765	25,167

19. Provision for lawsuits

In the ordinary course of its business, the Group is subject to tax, labor, civil and other proceedings. The Board of Executive Officers, based on the opinion of its legal advisors and, when applicable, on specific opinions issued by experts, management assesses the expected outcome of proceedings in progress and determines whether or not a provision for contingencies is required.

As of March 31, 2026, the amount of R\$ 364 (R\$ 650 as of March 31, 2025) was recorded as provision, which, supported by the opinion of the Board of Executive Officers and legal advisors, is sufficient to cover losses expected from the outcome of the ongoing labor claims. The matching entry of the contingency adjustment is recorded in administrative and sales expenses. The amount of R\$ 993 at March 31, 2026 (R\$ 1,186 at March 31, 2025) is recorded in the judicial deposits account, referring to these claims.

	Consolidated and Parent Company	
	Labor provisions	Judicial deposits
Balance at March 31, 2024	(1,362)	1,453
Additions	(615)	203
Write-offs	1,327	(470)
Balance at March 31, 2025	(650)	1,186
Additions	(361)	-
Write-offs	647	(193)
Balance at March 31, 2026	(364)	993

Moreover, the Group is subject to tax, civil, and labor lawsuits in various stages of the proceedings. Federal tax-related proceedings mainly refer to discussions about the interpretation and application of tax legislation in the normal course of the Company's operations. According to legal advisors' assessment, the likelihood of loss in these cases is classified as possible, totaling R\$ 58,815 (R\$ 62,095 as of March 31, 2025). Civil contingencies amount to R\$ 5,117 (R\$ 23,332 as of March 31, 2025) and labor contingencies to R\$ 854 (R\$ 1,435 as of March 31, 2025), at different procedural stages.

20. Provision for post-employment benefits

The Company has a post-employment medical assistance commitment to its employees in Brazil (active and retired) and their dependents, because of fixed and monthly contributions made by employees, thus guaranteeing continuity in the medical assistance plan for this group and other post-employment benefits. The balances related to the provision for post-employment benefits granted to employees are presented below:

	Consolidated and Parent Company	
	2026	2025
Post-employment Health care	6,264	5,839
Other benefits	999	1,007
	7,263	6,846
Current	914	957
Noncurrent	6,349	5,889

The plan is mainly exposed to the risk of increased medical costs due to inflation, new technologies, new types of coverage and a higher level of use of medical benefits. The Company continuously improves the quality of its technical and administrative processes, as well as the healthcare programs offered to beneficiaries, aiming to mitigate this risk.

Employees and retirees make monthly fixed contributions to cover procedures and variable contributions for certain procedures, both based on the plan's contribution tables, which are defined based on certain parameters, such as salary and age levels.

Annual review of the health care plan

Actuarial commitments and costs with defined benefit healthcare plans depend on several economic and demographic assumptions. The main ones include:

- (a) Discount rate – comprises the projected inflation curve based on the market, plus real interest calculated through an equivalent rate, which combines the maturity profile of healthcare obligations with the future return curve of longer-term Brazilian government bonds; and
- (b) Rate of change of medical and hospital costs – assumption represented by the projection of growth rate of medical and hospital costs, based on the history of disbursements for each individual (per capita) of the company in the last five years, which is equal to the general inflation rate of the economy in 30 years.

These and other estimates are reviewed annually and may differ from actual results due to changes in market and economic conditions, as well as the behavior of actuarial assumptions. As of March 31, 2026, the liability was remeasured using current actuarial assumptions, the result of which is presented in the table below.

Measurement uncertainties linked to the defined benefit obligation

The significant actuarial financial and demographic assumptions used to determine the defined benefit obligation are presented in the table below:

	2026	2025
Mortality table	AT-2000, per sex	AT-2000, per sex
Table of new disability benefit vested	Alvaro Vindas	Alvaro Vindas
Mortality Table of Individuals with Permanent Disability IAPB 1957		
0.30 turnover / (length of service + 1) (1)		
Retirement Age 100% at 60 years (2)		
Disability mortality table	IAPB 1957	IAPB 1957
Turnover	0.30 / (length of service + 1) (1)	0.30 / (length of service + 1) (1)
Age for retirement	100% at 60 years (2)	100% at 60 years (2)
Family composition		
– Assets	90% married at the time of retirement, men 4 years older than women	90% married at the time of retirement, men 4 years older than women
– Inactive	Family group reported	Family group reported
Estimate permanency rate in the plan	100%	100%

	Consolidated	
	2026	2025
Opening balance	6,846	5,716
Recognized expense (Service cost + Interest cost)	844	818
Benefits paid	(322)	(353)
(Expected) actuarial liability	7,368	6,181
(Gain)/Loss due to change in financial assumptions	148	(1,256)
Actuarial (Gain)/loss - Experience	(245)	915
Estimated expense with Liability	7,271	5,839

Other benefits	(8)	1,007
Estimated expense with Liability	7,263	6,846

21. Government grants

The Company signed a financial support agreement with the Financing Agency for Studies and Projects (FINEP) for a total amount of R\$ 72,627 as an economic grant. The total term of the grants is 36 months, with funds used to develop three projects:

- Seeds Project – “Construction of the pilot seed plant for the sugarcane seeds project,” in the amount of R\$ 39,523;
- Productivity Project – “Maximizing sugarcane productivity by integrating technologies to produce high quality in vitro plant materials,” in the amount of R\$ 14,664; and
- Sphenophurus Project – “Maximizing sugarcane productivity: biotechnological strategies for developing varieties with resistance to insect pests,” in the amount of R\$ 18,440.

The contracts were signed between November and December 2024 and were recognized as government assistance liabilities according to the amounts released into the checking account. The recognition and accounting of the grant follows the provisions of CPC 07 (R1) / IAS 20 – Government Grants and Assistance, as well as other applicable accounting standards and legislation, including RFB Normative Instruction 1700/2017, which regulates the tax effects related to investment grants. The economic grant received is subject to counterparts, specified in the contract signed with FINEP, including: periodic technical and financial reporting; achievement of previously agreed targets; among other conditions.

As of March 31, 2026, the amounts received from the first installments of the “Sphenophurus”, “Productivity” “and Seed” projects are recorded under the Grant caption:

Consolidated and Parent Company	2026	2025
Sphenophurus Project	8,380	8,380
Productivity Project	7,217	7,217
Seed Project	39,136	17,280
Total	54,733	32,877

The changes during the years ended for the accounting item were as follows:

Consolidated and Parent Company	Project Sphenophurus	Project Productivity	Project Seeds	Total
Balance at March 31, 2024	-	-	-	-
Additions	8,380	7,217	39,523	55,120
Balance at March 31, 2025	8,380	7,217	39,523	55,120
Write-offs	-	-	(387)	(387)
Balance at March 31, 2026	8,380	7,217	39,136	54,733

22.Shareholders' equity

a) Capital

On March 31, 2026, the Company's capital totals R\$ 812,203 (R\$ 562,203 as at March 31, 2025), represented by 320,748,000 shares (the same as at March 31, 2025), fully subscribed and paid-in common registered shares, with no par value. In accordance with its Bylaws, the Company decided on a capital increase of R\$ 250,000 at the Special General Meeting held on June 26, 2025, through the reclassification of part of the statutory reserve called "Reserve of shareholders' equity." This reserve was formed in accordance with the articles of association to meet previously defined specific purposes and is within the legal and statutory limits.

Allocation of income

b) Legal reserve

The legal reserve is set up at 5% of net income for the year, before any allocation, not exceeding 20% of the Company's capital.

As of March 31, 2026, the Company presents a legal reserve in the amount of R\$ 46,028 (R\$ 35,204 as of March 31, 2025).

c) Tax incentive reserve

Set up under the terms of Article 195-A of Law 6404/76, amended by Law 11638/07, the Company will allocate the portion of net income from government donations or grants for investment, with this portion excluded from the calculation basis of mandatory dividends. Accordingly, as of March 31, 2026, the amount of the tax incentive reserve is R\$ 48,436 (R\$ 23,571 as of March 31, 2025). This reserve is due to the tax incentive of a partial reduction in income tax for operations carried out in areas belonging to the Northeast Development Superintendence (SUDENE), applied to the Camamu unit in the state of Bahia.

d) Reserve of shareholders' equity

The Company's Articles of Incorporation provide that remaining profit after legal allocations and provision of dividends may be allocated by the shareholders at the Annual General Meeting through a proposal of the Board of Executive Officers, in compliance with the limit of capital, to a statutory reserve denominated "Reserve of shareholders' equity". The current value of this reserve is R\$ 355,818. (R\$ 484,561 as of March 31, 2025), which represents the full residual balance after legal allocations represented by the capital increase and distribution of additional dividends.

e) Capital reserve

Share-based payment

The Company has a share-based remuneration plan approved at the Special General Meeting held on January 14, 2016, intended for certain members of the Statutory and Non-Statutory Board of Executive Officers and management executives, as defined by the Board of Executive Officers ("Beneficiaries").

The original plan provided for the granting of options to purchase the Company's common shares, conditioned on the achievement of organizational and individual goals, as well as the beneficiary's continued employment during the vesting period. The main goals considered for acquiring the right include a Liquidity Event, the realization of an initial public offering of shares ("IPO"), with the trading of the Company's shares in the Novo Mercado

segment of B3, or another equivalent event approved by the Board of Executive Officers.

A Liquidity Event is the realization of an initial public offering for the distribution of securities issued by the Company (“IPO”), with the trading of Company’s shares at the segment called Novo Mercado of BM&FBOVESPA, or as any other event approved by the Board of Executive Officers. If such an event did not occur, the beneficiary would lose the right to the shares, without any right to compensation.

In the absence of a Liquidity Event within the timeframe specified in the plan, the beneficiaries lose the right to exercise the options, without any right to compensation or financial settlement from the Company.

The long-term incentive plan approved in 2016 established 5 grant lots (2016/2017–2020/2021 crops). Subsequently, the proposed amendment to the Plan was approved at the Special General Meeting held on October 21, 2020, re-ratified on January 04, 2021, now in force as “ILP Plan”. In this context, the grants for the 2021/2022 and 2022/2023 crops occurred, and in July 2024, the 8th grant was made, approved at the Special General Meeting of July 19, 2024, with the distribution of 279,093 shares to key executives.

In June 2024, the shareholders approved the adoption of a new plan that replaces the previous model with a hybrid format, consisting of:

- i. Stock option plan (ILP): equivalent to 50% of the salary target of ICP (short-term incentive), delivered to beneficiaries through the exercise of stock options in the event of a Liquidity Event. In the 9th Grant, 218,859 shares were distributed.
- ii. Long-term bonus in cash (BLP): also 50% of the ICP salary target (short-term incentive), conditioned on strategic goals and with a vesting period of 3 years, considering the goals of 2024/2025 crops as parameters.

The approved plan came into effect in the 2024/2025 crop year for new grants made starting in the 2025/2026 crop year, and the strike prices were determined by the fair value of the shares on the grant date.”

Plan Grant date	1 st grant 07/20/2017	2 nd grant 06/25/2018	3 rd grant 07/19/2019	4 th grant 07/20/2020	5 th grant 07/13/2021	6 th grant 06/21/2022	7 th grant 07/21/2023	8 th Grant 07/19/2024	9 th Grant 06/26/2025	Total
Shares granted	210,000	227,600	249,600	223,200	181,600	170,000	111,200	279,093	218,859	1,871,152
Shares canceled (i)	(8,800)	(25,200)	(27,200)	(16,000)	(18,000)	(34,000)	(10,800)	-	-	(140,000)
Shares granted	201,200	202,400	222,400	207,200	163,600	136,000	100,400	279,093	218,859	1,731,152
Shares written off (i)	(20,880)	(20,880)	(22,680)	(20,880)	(13,680)	(12,360)	(8,400)	-	-	(119,760)
Remaining shares	180,320	181,520	199,720	186,320	149,920	123,640	92,000	279,093	218,859	1,611,392

- The canceled shares refer to the grants awarded to former beneficiaries who are no longer part of the Company’s staff.
- The written-off shares refer to the repurchase of shares previously granted to former beneficiaries of the Company.

The Company recognized an administrative expense of R\$ 6,545, and R\$ 5,507 has stock options and R\$ 1,038 is related to Long-Term Bonus on March 31, 2026.

As the granting of shares is linked to the occurrence of the Liquidity Event, they have not been exercised since the plan was created. The total number of shares granted on March 31, 2026 of 1,611,392 shares (1,392,533 as at March 31, 2025) was recognized net in the year, R\$ 4,130 in shareholders’ equity under “Capital reserve”.

The program aims to reinforce retention of key executives and align their interests with those of shareholders, in creating sustainable and long-term value for the business.

When launching each Program, the Board of Executive Officers will establish the terms and conditions of each option in a Stock Option Agreement (“Agreement”), to be entered into between the Company and each beneficiary. This agreement will define: (i) the number of shares that the beneficiary will be entitled to acquire or subscribe upon exercising the options, (ii) the price per share, in accordance with the Company’s Stock Option Program, and (iii) any other additional terms and conditions, provided that they are not in disagreement with the provisions of the respective Company’s Stock Option Plan or Program and Long-term bonus.

f) Dividends

In accordance with the Company’s Articles of Incorporation, shareholders are entitled to mandatory minimum dividends of 25% on net income determined at the end of the fiscal year, adjusted in accordance with article 202 of the Brazilian Corporation Law.

Furthermore, the Bylaws provide for the distribution of additional dividends corresponding to 10% of the adjusted net income, provided that there is financial availability and favorable deliberation in the meeting.

The Company decided at the Special General Meeting held on June 26, 2025, to distribute additional dividends through the reclassification of part of the statutory reserve called the Reserve of Shareholders' Equity.

Dividends	03/31/2026	03/31/2025
Income (loss) for the year	216,474	175,677
(-) Legal reserve - 5%	(10,824)	(8,784)
Allocation base after legal reserve	205,650	166,893
(-) Tax incentive reserve	(24,865)	(23,571)
Allocation base after tax incentives	180,785	143,322
% Minimum mandatory dividends - 25%	(45,196)	(35,830)
Proposed dividends	(45,196)	(35,830)
Reserve of shareholders' equity	135,589	107,492

The Company keeps the liability payable related to dividends for a period of three years after the end of the year in which they were declared. After this period, amounts not claimed by shareholders are reversed against retained earnings, as provided in article 287, item II, of Law 6404/76.

g) Earnings per share

The reconciliation of net income for the year with the amounts used to calculate basic and diluted net earnings per share is as follows:

	Parent Company and Consolidated	
	2026	2025
Basic		
Net income for the year attributable to Company shareholders (a)	216,474	175,677
Weighted average number of outstanding shares (b)	320,748,000	320,748,000
Net earnings per common share at (a) / (b) x 1000	0.6749	0.5477
Diluted		
Weighted average number of potentially dilutive outstanding shares (c)	322,359,392	322,140,533
Net income per common share (a) / (c) x 1000	0.6715	0.5453

23. Net operating revenue

	Consolidated and Parent Company	
	2026	2025
Royalty revenues	288,616	296,792
Royalty revenues - related parties (Note 27)	214,953	148,523
Sale of seedlings	11,040	15,022
Other revenues	2,419	3,773
Taxes	(46,448)	(41,462)
Net operating revenue	470,580	422,648

A client's royalty revenues represent approximately R\$ 53,182 (R\$ 37,198 in March 2025) of the total consolidated revenues.

24. Operating expenses by nature

	Consolidated		Parent Company	
	2026	2025	2026	2025
Personnel expenses	(130,192)	(113,091)	(130,196)	(112,805)
Services acquired	(61,679)	(51,520)	(63,533)	(54,396)
Expenses with materials	(29,874)	(31,778)	(27,972)	(30,034)
Depreciation and amortization	(55,347)	(49,534)	(53,280)	(46,370)
Set-up/reversal of allowance for expected credit losses	(8,054)	(7,850)	(8,054)	(7,850)
General expenses	(25,143)	(36,034)	(21,691)	(32,842)
Extemporaneous credit (i)	10,030	-	10,030	-
Other expenses (revenues)	191	(5)	191	(5)
	(300,068)	(289,812)	(294,505)	(284,302)
Reconciliation with operating expenses classified by function:				
Costs with R&D, products sold and services rendered	(156,249)	(139,293)	(153,211)	(135,641)
Administrative expenses	(142,903)	(126,874)	(142,903)	(126,874)
Expected credit losses	(8,054)	(7,850)	(8,054)	(7,850)
Other operating revenues (expenses)	7,138	(15,795)	9,663	(13,937)
	(300,068)	(289,812)	(294,505)	(284,302)

(i). Refers to the reduction of the tax base for income and social contribution taxes resulting from ICMS tax benefits listed in Agreement 190/17, which regulated Complementary Law 160/17, and subsequently regulated by COSIT Consultation Solution 169/21.

25. Net financial

	Consolidated		Parent Company	
	2026	2025	2026	2025
Financial investment revenue	84,558	59,336	84,558	59,336
Interest	14,088	6,449	14,088	6,446
Finance income	98,646	65,785	98,646	65,782
Bank expenses	(1,352)	(1,909)	(1,274)	(1,833)
Interest on loans	(8,675)	(5,090)	(8,675)	(5,090)
Present value adjustment -	(4,613)	(4,008)	(4,360)	(3,760)
Other finance expenses	(2,861)	(1,106)	(2,861)	(1,091)
Finance expenses	(17,501)	(12,113)	(17,170)	(11,774)
Net exchange-rate change	(200)	(124)	(200)	(124)
Net financial	80,945	53,548	81,276	53,884

26. Financial instruments

a) Accounting classification and fair values

The book and fair values of financial assets and liabilities, including their levels in the fair value hierarchy are as follows:

Consolidated	Book value	Fair value	
		2026	2025
Financial instruments		2026	2025
		Level 2	Level 2
Financial assets measured at fair value			
Financial investments (Note 8)	Fair value through profit or loss	681,109	628,917
Financial assets not measured at fair value			
Demand deposits (Note 8)	Amortized cost	11	17
Checking account (Note 8)	Amortized cost	269	458
Accounts receivable (Note 9)	Amortized cost	101,872	97,063
Financial liabilities measured at fair value			
Financing (Note 17)	Fair value through profit or loss	179,731	135,432
Financial liabilities not measured at fair value			
Suppliers (Note 16)	Amortized cost	49,558	24,491
Other accounts payable	Amortized cost	1,248	1,260

Parent company		Book value		Fair value	
		03/31/2026	03/31/2026	03/31/2026	03/31/2026
Financial instruments		Level 2	Level 2	Level 2	Level 2
Financial assets measured at fair value					
Financial investments (Note 8)	Fair value through profit or loss	681,109	628,917	681,109	628,917
Financial assets not measured at fair value					
Demand deposits (Note 8)	Amortized cost	11	17	-	-
Checking account (Note 8)	Amortized cost	29	218	-	-
Accounts receivable (Note 9)	Amortized cost	101,872	97,063	-	-
Financial liabilities measured at fair value					
Financing (Note 17)	Amortized cost	179,731	135,432	-	-
Financial liabilities not measured at fair value					
Suppliers (Note 16)	Amortized cost	48,566	23,463	-	-
Other accounts payable	Amortized cost	2,580	2,445	-	-

Fair value vs. book value

The book values of financial instruments recorded in the statement of financial position, when compared to the amounts that could be obtained from their trading in an active market, or in the absence of such markets, using the net present value adjusted for the current market interest rate, substantially approximates the related market values.

b) Financial risk management

The Group has the following risk exposures arising from the use of financial instruments:

- a) Credit risk;
- b) Liquidity risk; and
- c) Market risk.

This Note reports information on the Group's exposure to each of the foregoing risks, its objectives, policies and processes for measuring and managing such risks, as well as capital management.

c) Risk management structure

The Board of Executive Officers has global responsibility for the establishment and supervision of the Group's risk management framework. The Board of Executive Officers is responsible for developing and monitoring the risk management policies. Managers of each department regularly report their activities to the Board of Executive Officers.

The Group's risk management policies are established in order to identify and assess the risks faced by the Group, to set appropriate limits and risk controls, and to monitor risks and compliance with limits. These risk management systems and policies are regularly reviewed to reflect changes in market conditions and in the Group's activities.

d) Foreign exchange risk

The Group is exposed to foreign exchange risk operations deriving from differences between currencies in which transactions are denominated and the respective functional currency of the Group's entities. Group's functional currencies are mainly the Real (R\$), and US Dollar (USD). The currencies in which the transactions of the Group are primarily denominated are: R\$ and US\$.

Scenarios	Exposure in 2025		Probable	
	US\$	Risk	Rate	Amount
Financial assets				
Banks in foreign currency	46	USD decr.	5.22	240
Foreign suppliers	701	USD decr.	5.22	3,659
Other accounts payable	216	USD decr.	5.22	1,127

Projected financial income (loss)	5,026
Impact on income (loss) and shareholders' equity	-

e) Credit risk

Credit risk is the risk of financial loss to the Group if a customer or counterparty to a financial instrument fails to meet its contractual obligations, which arise mainly from trade accounts receivable, other receivables and cash and cash equivalents.

Credit risk exposure

The book value of financial assets represents maximum credit exposure.

Credit risk

Credit risk is the risk that a counterparty to an arrangement will fail to comply with an obligation defined in a financial instrument or contract, which would cause financial losses. The Group is exposed to credit risk from its operating activities (primarily for trade accounts receivable), including deposits in banks and financial institutions, and other financial instruments. The maximum exposure to credit risk at the reporting date is the recorded amount of each class of contractual assets mentioned in Notes 8 and 9.

Financial instruments and bank deposits

The Group limits its exposure to credit risks associated with banks and financial investments by investing with large financial institutions.

Accounts receivable

As regards trade accounts receivable, the Group limits its exposure to credit risks through sales to a wide customer base and ongoing customer credit analyses and also by taking the necessary measures in accordance with the policy in force. As of March 31, 2026, there was no significant concentration of credit risk associated with customers.

Trade accounts receivable and other receivables

Expense on setting up the allowance for doubtful accounts was recorded under "Other operating revenues (expenses)" in the statement of profit or loss. When all efforts to recover trade accounts receivable are exhausted, the amounts credited to such allowance are usually reversed against the definitive write-off of the note.

The aging list of receivables on the reporting date was as follows:

Consolidated and Parent Company	2026	2025
Falling due	23,113	32,303
Overdue (days):		
01-30	243	163
31-60	94	516
61-180	7,131	6,173
181-360	7,745	4,097
>360	63,546	53,811
Total (Note 4)	101,872	97,063
(-) Allowance for expected credit losses - related parties	(2,365)	(2,276)
(-) Allowance for expected credit losses	(68,974)	(61,009)
Total (Note 4)	(71,339)	(63,285)
	30,533	33,778

f) Liquidity risk

The table below presents the contractual maturities of financial liabilities, including estimated payment of interest:

Debt amortization schedule

March 31, 2026	Book value	Contractual cash flow	12 months	13-24 months	25-36 months	37-48 months	49-60 months	61-97 months
Suppliers	49,558	49,558	49,558	-	-	-	-	-
Leases	36,359	36,359	13,060	12,256	8,813	2,730	-	-
Financing	179,731	197,774	7,356	7,356	22,902	22,902	22,902	114,356
March 31, 2025	Book value	Contractual cash flow	12 months	13-24 months	25-36 months	37-48 months	49-60 months	61-97 months
Suppliers	24,491	24,491	24,491	-	-	-	-	-
Leases	35,150	35,150	11,395	12,780	8,813	2,662	-	-
Financing	135,432	148,467	5,080	5,080	5,080	17,257	17,257	98,713

g) Market risk

Market risk refers to changes in market prices, such as interest rates that affect the gains of the Group, or the amount of its stake in financial instruments. The objective of market risk management is to manage and control exposures to market risks, within acceptable parameters and, at the same time, optimize return. For outstanding transactions and operations, interest rate risk is the most significant.

Interest rate risk

Interest rate risk is the risk of the Group incurring financial losses due to adverse changes in interest rates, which may be caused by events relating to economic crises and/or changes in the monetary policy of the local market. This exposure refers mainly to changes in market interest rates that affect the Group's assets and liabilities pegged to the Interbank Deposit Certificate (CDI) rate.

Profile

At the reporting date, the profile of the Group's variable interest-bearing financial instruments was:

Consolidated and Parent Company	Risk	2026	2025
Fixed rate instruments			
Suppliers		49,558	24,491
Variable rate instruments			
Financial investments (immediately and not immediately redeemable)	CDI	681,109	628,917
Financing	REF. RATE	179,731	135,432

Sensitivity analysis

The table below presents three scenarios, taking into consideration their percentage changes for the CDI and TJLP, where the probable scenario is 12.08%, the average effective interest rate for the last 12 months. Other scenarios consider CDI appreciation of 25% and 50% on this rate and represent the impact of finance expenses on income (loss) for the year and shareholders' equity.

Interest rate risk on financial assets and liabilities - depreciation of rates

Scenarios	Exposure in 2025	Risk	Risk					
			Probable		Index decrease by 25%		Index decrease by 50%	
			%	Amount	%	Amount	%	Amount
Financial assets								
Financial investments (immediately and not immediately redeemable)	681,109	CDI decr. ⁽¹⁾	14.72	100,259	11.04	75,194	7.36	50,130
Loans and financing								
Financing	(179,731)	Decrease in Reference rate	5.27	(9,472)	3.95	(7,099)	2.64	(4,745)
Other instruments								
Post-employment benefits	(7,263)	CDI decr. ⁽¹⁾	14.72	(1,069)	11.04	(802)	7.36	(535)
Projected financial income (loss)				89,718		67,293		44,850

Impact on income (loss) and shareholders' equity	-	(22,425)	(44,868)
--	---	----------	----------

Interest rate risk on financial assets and liabilities - appreciation of rates

Scenarios	Exposure in 2025	Risk	Risk						
			Probable		Increase in rate by 25%		Increase in rate by 50%		
			%	Amount	%	Amount	%	Amount	
Financial assets									
Financial investments (immediately and not immediately redeemable)	681,109	CDI incr. ⁽¹⁾	14.72	100,259	18.40	125,324	22.08	150,389	
Loans and financing									
Financing	(179,731)	TR (reference rate) growth	5.27	(9,472)	6.59	(11,844)	7.91	(14,217)	
Other instruments									
Post-employment benefits	(7,263)	CDI incr. ⁽¹⁾	14.72	(1,069)	18.40	(1,337)	22.08	(1,604)	
Projected financial income (loss)				89,718		112,143		134,568	
Impact on income (loss) and shareholders' equity				-		22,425		44,850	

Capital management

The Group's objectives in managing its capital are to safeguard its ability to continue as a going concern in order to provide return for shareholders and benefits for other stakeholders, as well as to optimize the capital structure focused on the maintenance of indicators monitored by the Financial Management and Board of Executive Officers. These indicators correspond to the following ratios:

Current liquidity (current assets to current liabilities) Above or equal to 1 The liquidity and leverage ratios are as follows:

	Consolidated		Parent Company	
	2026	2025	2026	2025
Current assets	728,937	684,226	728,342	683,438
Current liabilities	168,357	123,830	166,936	121,913
Liquidity ratio	4.33	5.53	4.36	5.61

27. Related parties

- Parent Company and ultimate parent company

The group of ultimate parent companies is formed by the control block composed by shareholders: Raízen Group, Copersucar S.A., Grupo São Martinho, Tereos Group, BP Bioenergy Group and S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool.

- Remuneration of Board of Executive Officers' key personnel

The remuneration paid to the Board of Executive Officers is defined at the Annual General Meeting and the amounts paid in the year as remuneration totaled R\$ 21,966 (R\$ 19,345 at March 31, 2025). In addition to the expenses mentioned above, the Company has a share-based remuneration plan as disclosed in Note 21.

Description	Consolidated and Parent Company	
	2026	2025
Fixed compensation	12.066	9.177
Bonuses, benefits and other variable compensation	3.355	3.345
Share-based payment	6.545	6.823

Total compensation and related charges	21.966	19.345
--	--------	--------

- Other transactions with related parties

Significant asset and liability balances, as well as transactions that influence income (loss) for the year, derive from transactions that are carried out at prices agreed by the parties, between the Group and its related parties, for the following types of transactions:

	Note	2026	2025
Assets			
Accounts receivable (a)	9	17,634	20,239
Liabilities			
Dividends payable (b)		46,684	36,765
Lease liabilities (c)	14	16,734	22,276
Other accounts payable (d)		1,127	1,185
		2026	2025
Income (loss)			
Sales revenue (f)	23	214,953	148,523

a) Accounts receivable

Operations with sugarcane varieties and technology licensing. Royalties are recognized on an accrual basis in conformity with the agreement's essence.

Accounts receivable (Note)	2026	2025
BP Bionenergia Group	15,092	14,788
Copersucar S.A.	2,256	4,917
Raízen Group	116	522
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Álcool	170	12
	17,634	20,239

b) Dividends payable

In accordance with the Company's Articles of Incorporation, shareholders are entitled to mandatory minimum dividends of 25% on net income determined at the end of the fiscal year, adjusted in accordance with article 202 of the Brazilian Corporation Law. Additionally, the Bylaws provide for the distribution of additional dividends corresponding to 10% of the adjusted net income. The Company recorded R\$ 45,196 (R\$ 36,109 as of March 31, 2025) under "dividends payable" the amount of which is available to the shareholders.

c) Lease liabilities

In the years ended March 31, 2026 and March 31, 2025, the Company had lease agreements for transactions with related parties recorded in liabilities.

Property lease obligations (Note 14)	2026	2025
Copersucar S.A.	10,384	14,040
	10,384	14,040
Agricultural lease obligations (Note 14)		
São Martinho Group	5,276	6,629
Raízen Group	157	584
Copersucar S.A.	917	1,023
	6,350	8,236

Other accounts payable - Parent company

Other accounts payable	2026	2025
CTC Genomics LLC	1,127	1,185

1,127

1.185

d) Royalty revenues

Revenues	2026	2025
BP Bionenergia Group	29,914	20,803
Copersucar S.A.	92,023	63,132
S.A. Usina Coruripe Açúcar E Alcool	1,986	1,530
Raízen Group	53,182	37,198
São Martinho Group	20,496	15,068
Tereos Group	17,352	10,792
	214,953	148,523

27. Future revenue commitment

Effects of future receipts already committed with the customers and conditioned to the existence, on the dates of future billings, related to the remaining cuts of areas that are already planted are as follow:

CTC enters into agreements without a fixed term for licensing of the right to use its varieties, receiving annual royalties from its customers over the year in which its varieties are being cultivated - approximately, five years. This obligation remains until the end of the term of its intellectual property protection, which is 15 years for conventional varieties, and 20 years for genetically modified ones.

The Company estimates that the rights arising from future cuts of the current planting, at present value, total R\$ 1,015,669 as of March 31, 2026, as shown below:

Future rights from future crop
(in millions of reais)

Total commitment for receipt of future revenue	1,411,544
To be recognized within two years	826,373
To be recognized between 3 and 5 years	585,171
Net present value of flow	1,015,669

The Company used the following assumptions to calculate the present value of future revenue:

- Absence of eradication of crops;
- Five cuts (crop years) for existing crops;
- Present value adjustment; and
- Right to charge royalties over the variety protection term.

As disclosed in Note 6.j, CTC recognizes annual revenue in accordance with CPC 47 and IFRS 15, under which the amounts of the aforementioned rights are recognized as revenue in the Company's financial statements for future years.

28 Insurance

The Group has an insurance and risk management program that provides coverage and protection compatible with its assets and operation.

The insurance coverage taken out is based on loss and risk assessment and contracted insurance types are deemed sufficient, by the Board of Executive Officers, to cover claims, if any, that may arise, considering the nature of the Group's activities.

At March 31, 2026, operating risk insurance coverage was comprised of R\$ 68,668 for material damage and R\$ 50,000 for civil liability.

29 Subsequent events

A) Financing with National Bank for Social and Economic Development - BNDES

On April 7, 2026, the Company entered into a financial support agreement with the Brazilian Development Bank (BNDES) for a total amount of R\$ 83,960, under the Bank Credit Note modality. The total contract term is 12 years with a 24-month grace period for principal amortization.

B) Inauguration of the Synthetic Seed Production Unit

On April 16, 2026, the Company inaugurated the first synthetic seed production unit. The technology aims to revolutionize the sugar-energy sector by replacing traditional stalk planting with artificial seeds, drastically reducing the use of inputs and accelerating the renewal of varieties.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

CNPJ [EIN] 06.981.381/0001-13

Board of Executive Officers

CEO

Massimiliano César de Barros Júnior

Chief Financial and Investor Relations Officer

Paulo Geraldo Polezi

Accountant in charge

Luis Ricardo Teixeira



Earnings Release

Crop Year 2025/26



CENTRO DE
TECNOLOGIA CANAVIEIRA

Highlights



- **Net revenue reached R\$ 470.6 million**, 11.3% higher than 2024/25
- **EBITDA totaled R\$ 218.7 million**, 10.4% above 2024/25
- **EBITDA margin of 46.5%**, same level as 2024/25
- **R&D¹ investments of R\$ 268.0 million**, 14.6% above 2024/25
- **Net income of R\$ 216.5 million**, +23.2% vs. 2024/25
- **Net margin expanded by +4.4 p.p.** vs. 2024/25, reaching 46.0%
- **Robust net cash position of R\$ 501.7 million**, 1.6% higher vs. 2024/25
- **CapEx of R\$ 139.0 million** in 2025/26, 142.1% above 2024/25
- **Market share² reached 32% of planted area**, an increase of +6.0 p.p. vs. 2024/25
- **81% of planting** was carried out **with recent varieties**, with **268 CTCAdvana1 users**
- **Approval of VerdPRO2**, CTC's new biotechnology generation, **by CTNBio**
- **Launch of the second variety of CTCAdvana series**, with a 10% productivity gain
- **Operational start of the UPS**, the Synthetic Seed Production Unit, with an investment of **R\$ 100 million**

1 - Includes Intangible Assets 2 - Only protected varieties and the customer base

Financial Summary



The 2025/26 crop year consolidated a cycle of profitable growth, with net revenue up 11.3%, EBITDA up 10.4%, and net income up 23.2%, reflecting consistent gains in operating efficiency and disciplined cost management. R&D investments totaled R\$ 268.0 million, directed toward genetic improvement, biotechnology, Synthetic Seeds, and the launch of new varieties. CapEx reached R\$ 139.0 million (+142.1%), concentrated on the inauguration of the UPS, expansion of laboratories, and the structuring of new production hubs. Even amid the acceleration of these investments, the Company maintained solid cash generation and financial strength, reaffirming its ability to fund growth with balance and sustainability.

R\$ thousand	4Q26	4Q25	Var. R\$ thousand	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ thousand	Var. %
Net revenue	120,977	113,525	+7,452	+6.6%	470,580	422,648	+47,932	+11.3%
Gross profit	74,593	71,593	+3,000	+4.2%	314,331	283,355	+30,976	+10.9%
<i>Gross margin</i>	61.7%	63.1%	-	-1.4 p.p.	66.8%	67.0%	-	-0.2 p.p.
EBITDA	40,558	48,033	-7,475	-15.6%	218,721	198,165	+20,556	+10.4%
<i>EBITDA margin</i>	33.5%	42.3%	-	-8.8 p.p.	46.5%	46.9%	-	-0.4 p.p.
Net income	39,916	42,042	-2,126	-5.1%	216,474	175,677	+42,797	+23.2%
<i>Net margin</i>	33.0%	37.0%	-	-4.0 p.p.	46.0%	41.6%	-	+4.4 p.p.
R&D investments	79,595	65,252	+14,343	+22.0%	268,035	233,908	+34,127	+14.6%
Net cash	501,658	493,960	+7,698	+1.6%	501,658	493,960	+7,698	+1.6%

Piracicaba, May 27, 2026 (Basic Segment (CTCA3), not under active trading). CTC - Centro de Tecnologia Canavieira (the "Company"), a leader in genetic improvement solutions for Brazil's sugarcane sector and one of the world's most renowned centers for applied sugarcane biotechnology, today reports its results for the fourth quarter (4Q26) and crop year 2025/26, corresponding respectively to the months of January, February and March 2026 and to the full period. The financial and operating information below, unless otherwise indicated, is presented in Brazilian Reals (R\$), in accordance with International Financial Reporting Standards (IFRS), the Brazilian Corporate Law, and accounting practices issued by the Brazilian Accounting Pronouncements Committee (CPC).

Management's Message



The Company closed the 2025/26 crop year with a solid financial performance, reflecting the consistency of our execution and our ability to turn innovation into profitable growth. We recorded net revenue of R\$ 470.6 million, an increase of 11.3% compared to the previous crop year, with EBITDA of R\$ 218.7 million (+10.4%) and net income of R\$ 216.5 million, reinforcing our capacity for value creation with financial discipline and operational efficiency.

This performance was driven by the growth of our commercial base and deeper penetration of the Company's portfolio in the field. We reached 32% planting market share, an increase of 6 percentage points, reflecting clients' recognition of the competitiveness of our portfolio, the consistency of agronomic results, and the quality of our execution.

On the strategic front, the crop year was marked by significant technological milestones, including the regulatory approval of the first variety from the VerdPRO2 platform, resistant to sugarcane borer and herbicide, positioning CTC at a new level of innovation and reinforcing our leadership in biotechnology applied to sugarcane.

Furthermore, we made consistent progress in renewing and accelerating our portfolio, with highlights including the launch of Advana2 and the performance of CTC9006, recognized as the most planted variety of the crop year. This movement reinforces our ability to generate continuous productivity gains and expand our market presence.

Throughout the quarter, we advanced one of the structural pillars of our Vision 2040: the Synthetic Seeds platform. The inauguration of the UPS (Synthetic Seeds Production Unit) marked the beginning of scale production and an important step forward in building a

new planting paradigm for sugarcane, enhancing operational efficiency and accelerating the adoption of new technologies in the field.

We maintained a high level of investment in innovation, with R\$ 268 million allocated to R&D (+14.6%), directed toward the simultaneous advancement of genetic improvement, biotechnology, and Synthetic Seeds initiatives. This effort supports the evolution of our pipeline and reinforces our ability to develop scalable, applicable solutions connected to the real challenges of the sector.

From a financial standpoint, we closed the crop year with a robust net cash position of R\$ 501.7 million, reflecting disciplined capital management and preservation of financial flexibility. Additionally, we strengthened our funding structure by securing a credit line from BNDES in the amount of R\$ 84 million, under competitive terms aligned with our innovation agenda.

Finally, we highlight achieving 1st place in the GPTW Agribusiness ranking, a recognition that reflects the quality of our team, our culture of innovation, and the execution capability that underpins the results achieved.

The results of this crop year reinforce our conviction that the sector's next productivity gains will come from the convergence of genetics, biotechnology, and new propagation systems. We remain committed to disciplined execution and continued investments that support this transformation.

César Barros
CEO of CTC

Sugar-Energy Sector Overview



The Brazilian sugarcane crop year 2025/26 closed with 673.2 million tons processed, a 0.5% decline compared to the previous cycle. The decrease was driven by a reduction in average productivity (TCH), which reached 75,188 kg/ha (-2.6% vs 2024/25), partially offset by the expansion of the area available for harvest (+2.1%).

The lower TCH reflects the recovery process of sugarcane fields that faced adverse weather conditions, including water restrictions, high temperatures, and fire outbreaks, during the 2024/25 crop year, the effects of which extended to crop development in the following cycle (2025/26).

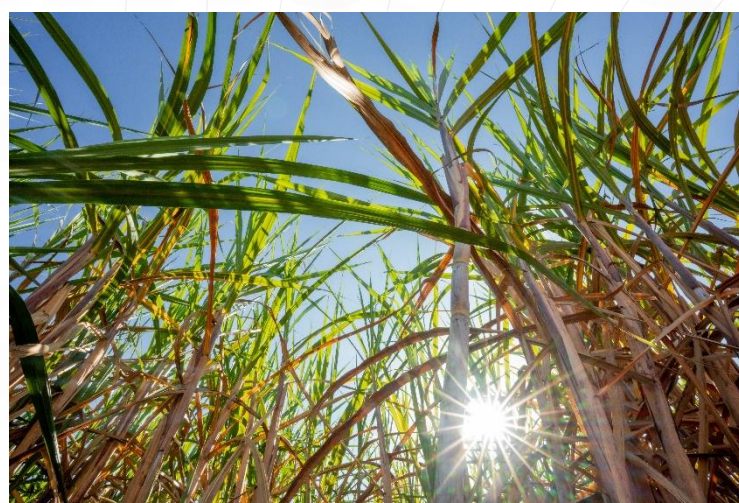
These same factors also impacted ATR, putting pressure on raw material quality indices throughout the crop year. ATR (Total Recoverable Sugar) reached 137.79 kg/t, a 2.3% decline compared to the previous cycle.

Brazilian sugar production reached 44.2 million tons, a marginal increase of 0.1% compared to the previous crop year. Growth was limited by lower raw material availability, although the favorable external market for sweetener sustained the attractiveness of sugar production through the third quarter. The sugar mix closed the cycle at 50.4%.

Sugarcane-derived ethanol production in Brazil declined by 6.9%, totaling 27.3 billion liters.

The hydrated ethanol/gasoline parity remained favorable to biofuel in several states throughout the crop year, especially in MT, MS, PR, SP, and GO, where ethanol proved more competitive (parity below 70%). The introduction of E30 in August 2025 expanded demand for anhydrous ethanol, contributing to growth in cumulative product sales.

Sources: CONAB, UNICA, ANP, Bloomberg, CEPEA, CTC





Highlights

Greater market share and variety launch

- ❑ In the 2025/26 crop year, we increased our planting share¹ by 6.0 percentage points, from 26% to 32%, with 81% of planting done with newer varieties launched from 2020 onward.
- ❑ The CTCAdvana1 variety, the first release in the CTC Advana series, reached 268 users during the crop year, making it the largest and fastest launch in our history.
- ❑ Launch of the Advana 2 variety, with +10% productivity compared to market standards, targeting restrictive regions and expanding portfolio resilience.

1 - Protected varieties only, based on the client base

Key R&D Deliverables

- ❑ Regulatory approval from CTNBio of the first variety from the VerdPRO2 platform, with resistance to sugarcane borer and herbicide.
- ❑ Transformation of 4 varieties on the VerdPRO2 biotechnology platform.
- ❑ Inauguration of the UPS, Synthetic Seeds Production Unit, with planting of 20 hectares across 8 sites completed with good establishment levels.

R&D Pipeline (2025/26 Crop Year Results)



GENETICS

- ❑ Launch of 4 new varieties, including the second in the CTCAdvana series, Tecna3902, and 2 specific to the Northeast region.
- ❑ Planting with 81% of new varieties.
- ❑ Discovery of the causal agent of Wilt Syndrome.



BIOTECH

- ❑ 2 new varieties converted to VerdPRO2, totaling 14 overall
- ❑ Discovery of two new proteins with proven activity against Sphenophorus, strengthening the pipeline with new innovation opportunities and different mechanisms of action.
- ❑ +25 new vectors under plant testing for Sphenophorus.



SYNTHETIC SEEDS

- ❑ Construction completed of the UPS, Synthetic Seeds production unit.
- ❑ Completion of test planting across 20 hectares at 8 locations.

Financial Results



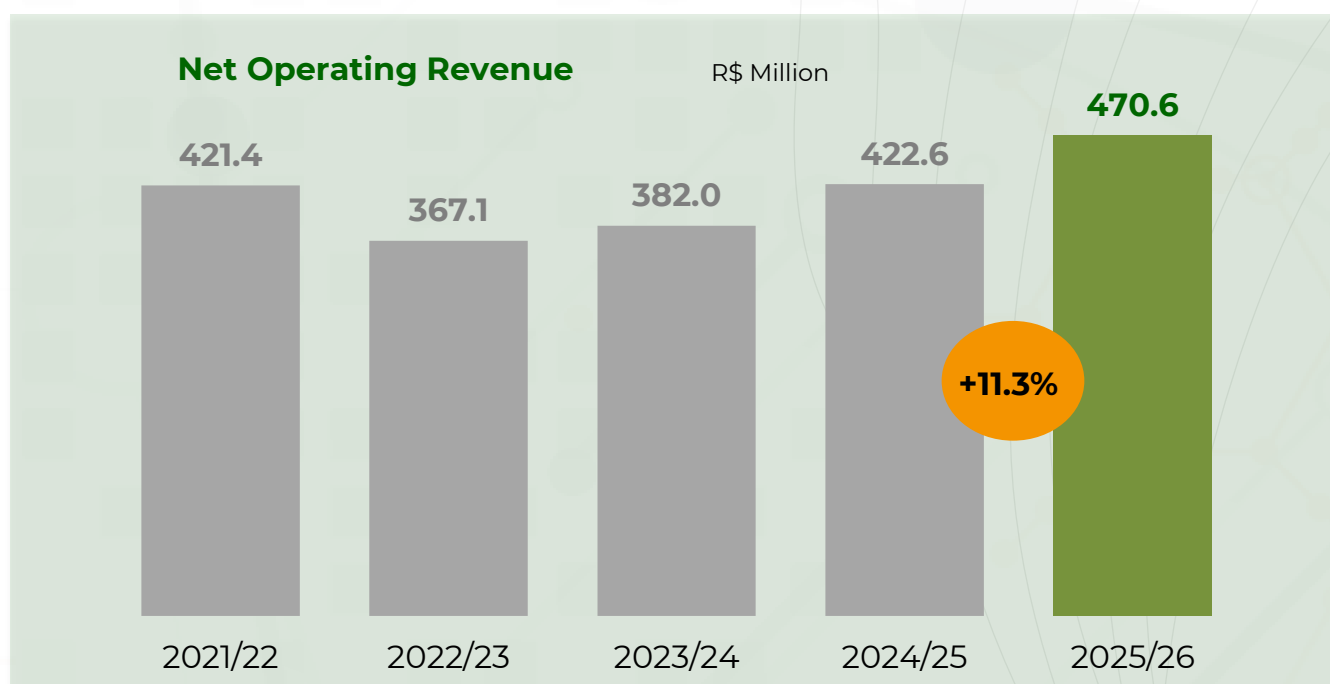
Net Revenue

R\$ thousand	4Q26	4Q25	Var. R\$ thousand	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ thousand	Var. %
Royalty revenue	125,540	118,061	+7,479	+6.3%	503,569	445,315	+58,254	+13.1%
Other revenues	7,065	6,504	+561	+8.6%	13,459	18,795	-5,336	-28.4%
Taxes (-)	(11,628)	(11,040)	-588	+5.3%	(46,448)	(41,462)	+4,986	+12.0%
Net operating revenue	120,977	113,525	+7,452	6.6%	470,580	422,648	+47,932	+11.3%

Royalty revenues arise from the licensing of CTC sugarcane varieties, proprietary technologies of the Company. Royalties are recognized on a monthly basis in the income statement according to the following model adopted since 2012: the planted area existing at the beginning of the crop year (reported through a census prepared by clients and confirmed by the sales team) is multiplied by a value defined per variety in a contract signed between the parties and adjusted for inflation. The Plant Variety Protection Law and the Industrial Property Law (Patent Law) allow the Company to charge for the licensing of sugarcane varieties for periods of 15 and 20 years, respectively.

The Company recorded net operating revenue of R\$ 470.6 million in the 2025/26 crop year, a growth of 11.3% compared to the same period of the prior cycle.

Revenue growth in the 2025/26 crop year was structural, driven by higher volume and penetration of the most recent varieties, particularly in the regions of Minas Gerais, Mato Grosso, Araçatuba and the Northeast. Additionally, royalty revenues advanced 13.1%, totaling R\$ 503.6 million compared to R\$ 445.3 million in the 2024/25 crop year.

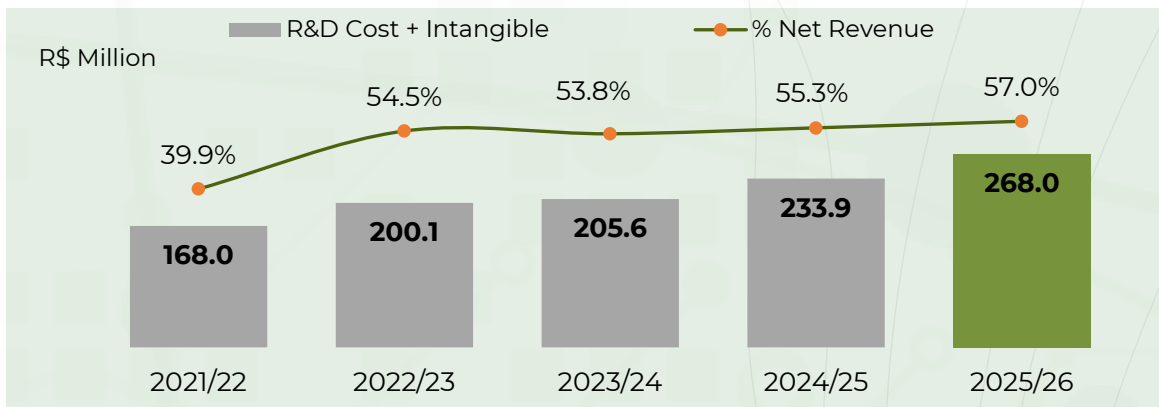


R&D Investments

R\$ thousand	4Q26	4Q25	Var. R\$ thousand	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ thousand	Var. %
Personnel expenses	33,100	28,770	+4,330	+15.1%	121,330	102,609	+18,721	+18.2%
Materials and general services	38,518	27,697	+10,821	+39.1%	110,605	99,184	+11,421	+11.5%
Depreciation and amortization	7,977	8,785	-808	-9.2%	36,100	32,115	+3,985	+12.4%
R&D investments	79,595	65,252	+14,343	+22.0%	268,035	233,908	+34,127	+14.6%
Intangible assets (+)	(33,211)	(23,320)	+9,891	+42.4%	(111,786)	(94,615)	-17,171	+18.1%
Total R&D, product and services expenses (=)	46,384	41,932	+4,452	+10.6%	156,249	139,293	+16,956	+12.2%

R&D investments totaled R\$ 268.0 million (+14.6% vs. 2024/25), representing 57.0% of net revenue (vs. 55.3% in 2024/25). The increase reflects the simultaneous advancement of the project portfolio in Genetic Breeding, Biotechnology and Synthetic Seeds, with increased execution capacity, reflected in higher personnel expenses (reinforcement of specialists, including the team dedicated to UPS) and an increase in materials, services and infrastructure, with equipment upgrades and laboratory improvements, strengthening the Company's long-term value creation strategy.

From a value creation perspective, the higher investment reinforces the strategy of accelerating pipeline deliveries and enhancing technical robustness. In line with this progress, intangible assets grew 18.1%, reflecting the capitalization of eligible expenditures and the maintenance of a balanced investment across the three strategic fronts throughout the year, which contributes to technological diversification and execution risk mitigation.



Gross Profit

R\$ thousand	4Q26	4Q25	Var. R\$ thousand	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ thousand	Var. %
Net operating revenue	120,977	113,525	+7,452	+6.6%	470,580	422,648	+47,932	+11.3%
Total R&D, product and services expenses (-)	(46,384)	(41,932)	+4,452	+10.6%	(156,249)	(139,293)	+16,956	+12.2%
Gross profit (=)	74,593	71,593	+3,000	+4.2%	314,331	283,355	+30,976	+10.9%
Gross margin	61.7%	63.1%	-	-1.4 p.p.	66.8%	67.0%	-	-0.2 p.p.

In the 2025/26 crop year, gross profit was R\$ 314.3 million (+10.9% vs. 2024/25), with a margin of 66.8% (-0.2 p.p. vs. 2024/25).

Operating Expenses

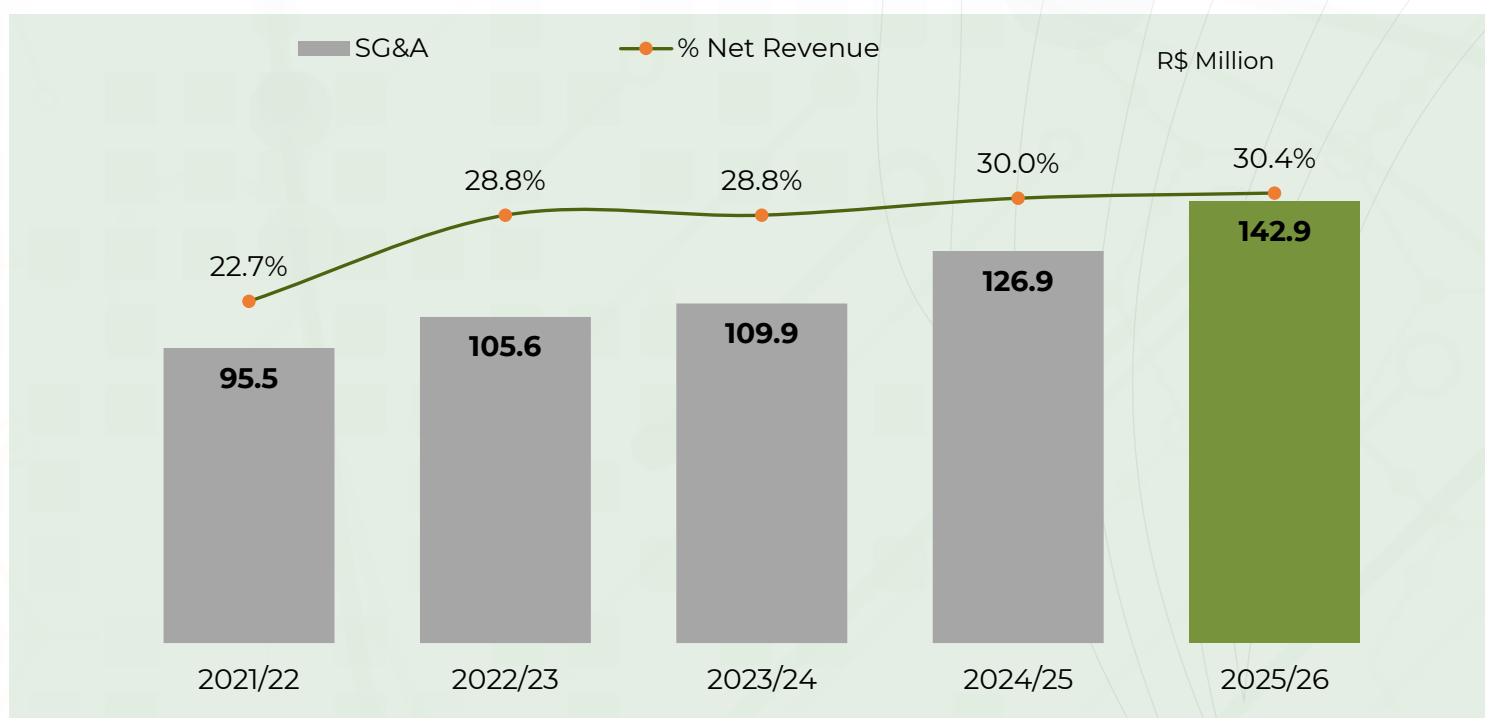
R\$ thousand	4Q26	4Q25	Var. R\$ thousand	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ thousand	Var. %
Selling, general and administrative expenses	(41,937)	(34,628)	-7,309	+21.1%	(142,903)	(126,874)	-16,029	+12.6%
Other expenses (income)	(7,328)	(5,002)	-2,326	+46.5%	(916)	(23,645)	+22,729	-96.1%
Operating expenses (=)	(49,265)	(39,630)	-9,635	+24.3%	(143,819)	(150,519)	+6,700	-4.5%
% of Net revenue	40.7%	34.9%	-	+5.8 p.p.	30.4%	35.6%	-	-5.1 p.p.

In the 2025/26 crop year, the Company recorded R\$ 142.9 million in selling, general and administrative expenses, an increase of 12.6% compared to the prior year. The variation primarily reflects the expansion of commercial and operational teams, in line with the organizational strengthening strategy to support the execution of the growth plan, portfolio expansion and market consolidation.

In the Other expenses line, the year-over-year comparison benefited from two significant effects: (i) the prior crop year included a write-off of approximately R\$ 11 million related to legal and financial advisory expenses associated with the preparatory process for a potential liquidity event (initiated in 2020 and not completed due to market conditions); and (ii) the recognition of recovered tax credits in Q2 of the 2025/26 crop year, which contributed to reducing the net level of expenses in the period.

As a result, total operating expenses reached R\$ 143.8 million (-4.5% vs. 2024/25), reducing their share to 30.4% of net revenue (vs. 35.6%), which indicates expense dilution and an improvement in the degree of operating leverage, despite the increase in recurring costs associated with the strengthening of the organizational structure.

Selling, General and Administrative Expenses



EBITDA and EBITDA Margin

R\$ thousand	4Q26	4Q25	Var. R\$ thousand	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ thousand	Var. %
Net operating revenue	120,977	113,525	+7,452	+6.6%	470,580	422,648	+47,932	+11.3%
R&D and services cost (-)	(46,384)	(41,932)	-4,452	+10.6%	(156,249)	(139,293)	-16,956	+12.2%
Selling, general and administrative expenses (-)	(41,937)	(34,628)	-7,309	+21.1%	(142,903)	(126,874)	-16,029	+12.6%
Operating income	32,656	36,965	-4,309	-11.7%	171,428	156,481	+14,947	+9.6%
Depreciation and amortization (+)	12,155	13,198	-1,043	-7.9%	55,347	46,370	+8,977	+19.4%
Other adjustments (+)	(4,253)	(2,130)	-2,123	+99.7%	(8,054)	(7,850)	-204	+2.6%
EBITDA (-)	40,558	48,033	-7,475	-15.6%	218,721	198,165	+20,556	+10.4%
<i>EBITDA margin</i>	33.5%	42.3%	-	-8.8 p.p.	46.5%	46.1%	-	-0.4 p.p.

EBITDA is not an accounting measure under BR GAAP, International Accounting Standards or IFRS and should not be considered in isolation or as an alternative to net income, as a measure of operating performance, or as an alternative to operating cash flow as a measure of liquidity. Other companies may calculate EBITDA differently from the method presented herein.

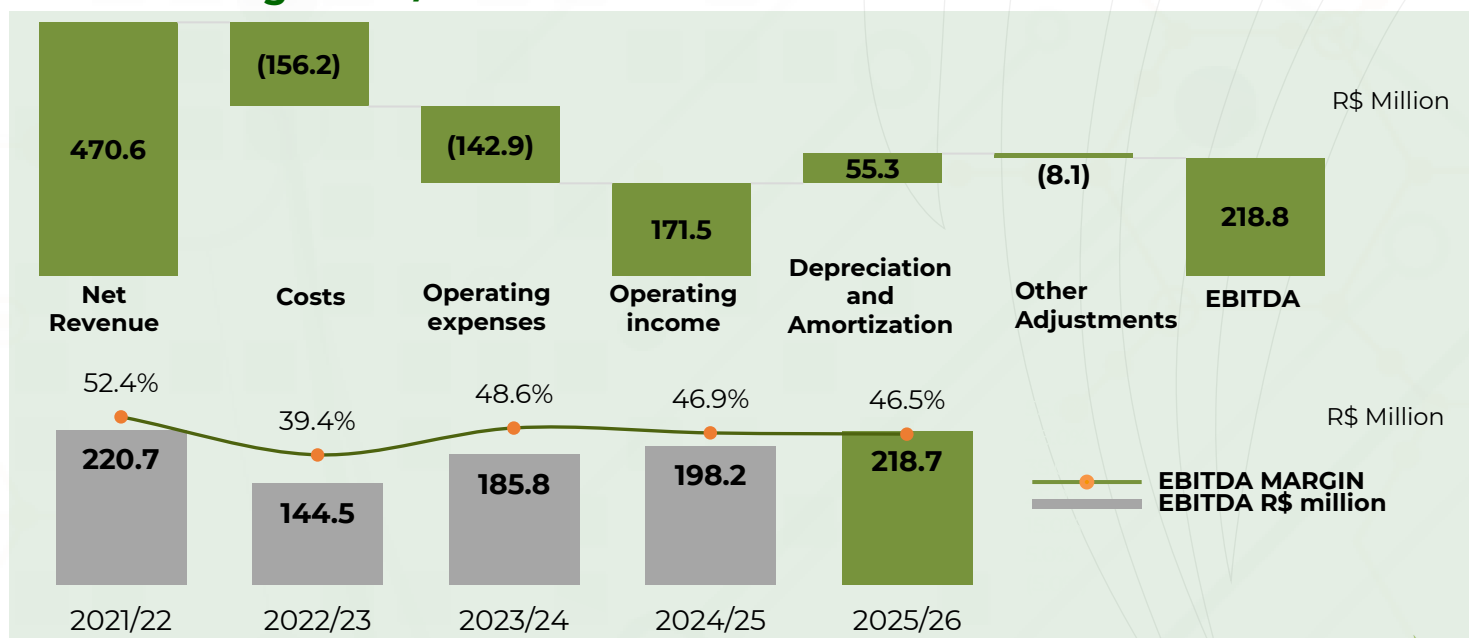
EBITDA

EBITDA reached R\$ 218.7 million (+10.4% vs. 24/25), reflecting revenue growth, with a higher share of new varieties in the portfolio, which favored volumes and operating profitability. The EBITDA margin ended at 46.5% (-0.4 p.p.), due to the expansion of headcount both in laboratories and in the field, resulting from the simultaneous execution of projects, the intensification of R&D initiatives and the reinforcement of the commercial team to expand market share gains and accelerate portfolio adoption, aligned with the strategy of commercial expansion, technological strengthening and preparation of the Company's next growth levers.

In 4Q26, EBITDA totaled R\$ 40.6 million (-15.6% vs. 4Q25), primarily reflecting the intensification of strategic initiatives throughout the quarter. The period concentrated commercial efforts associated with the important planting window of the crop year, with reinforced field activities. In parallel, the Company advanced in the execution of the innovation pipeline, with a higher volume of trials and technical validations.

The crop year reinforces two important pillars for the Company: the ability to monetize innovation, evidenced by the increased penetration of recent materials, as well as investment in capacity expansion (people and infrastructure) without margin deterioration, expanding the capacity for execution and capture of commercial opportunities.

EBITDA Bridge 2025/26



Financial Result

R\$ thousand	4Q26	4Q25	Var. R\$ thousand	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ thousand	Var. %
Income from financial investments	23,695	21,237	+2,458	+11.6%	84,558	59,336	+25,222	+42.5%
Other financial income	4,203	373	+3,830	+1026.8%	14,088	6,449	+7,639	+118.5%
Banking expenses (-)	(394)	(734)	+340	-46.3%	(1,352)	(1,909)	+557	-29.2%
Interest on borrowings (-)	(2,294)	(1,604)	-2690	+43%	(8,675)	(5,090)	-3585	+70.4%
Present value adjustment (-)	(666)	(629)	-37	+5.9%	(4,613)	(4,008)	-605	+15.1%
Other financial expenses (-)	(2,629)	(438)	+2,191	+500.2%	(2,861)	(1,106)	-1,755	+158.7%
Foreign exchange variation (-)	(124)	126	-250	-198.4%	(200)	(124)	-76	+61.3%
Net financial income (=)	21,791	18,331	+3,460	+18.9%	80,945	53,548	+27,397	+51.2%

Net financial income reached R\$ 80.9 million, up 51.2% y/y, mainly driven by higher income from financial investments.

The increase was driven by higher average cash balances (R\$ 643.3 million in 2025/26 vs. R\$ 584.1 million in 2024/25) and higher interest rates, with the Selic rising from 13.25% to 15.00% during the period, enhancing returns on liquidity positions.

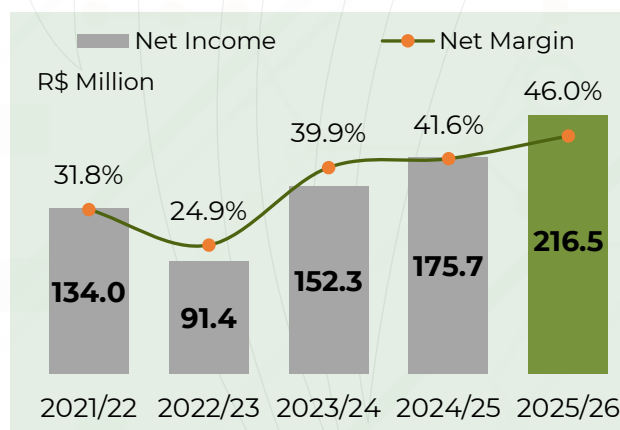
Net Income

R\$ thousand	4Q26	4Q25	Var. R\$ thousand	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ thousand	Var. %
EBITDA	40,558	48,033	-7,475	-15.6%	218,721	198,165	+20,556	+10.4%
Depreciation and amortization (-)	(12,155)	(13,198)	+1,043	-7.9%	(55,347)	(49,534)	-5,813	+11.7%
Other income (expenses)	(7,328)	(5,002)	-2,326	+46.5%	(916)	(23,645)	+22,729	-96.1%
Other adjustments (-)	4,253	2,130	+2,326	+99.7%	8,054	7,850	+204	+2.6%
Net financial income	21,791	18,331	+3,460	18.9%	80,945	53,548	+27,397	+51.2%
Income tax and social contribution (-)	(7,203)	(8,252)	+1,049	-12.7%	(34,983)	(10,707)	-24,276	+226.7%
Deferred (-)	1,341	1,594	-253	-15.9%	(720)	(433)	+287	+66.3%
Current (-)	(8,544)	(9,846)	+1,302	-13.0%	(34,263)	(10,274)	-23,989	+233.5%
Net income (=)	39,916	42,042	-2,126	-5.1%	216,474	175,677	+40,797	+23.2%
<i>Net margin</i>	<i>33,0%</i>	<i>37,0%</i>	<i>-</i>	<i>-4.0 p.p.</i>	<i>46.0%</i>	<i>41.6%</i>	<i>-</i>	<i>+4.4 p.p.</i>

Net income for the 2025/26 crop year totaled R\$ 216.5 million, representing a 23.2% year-over-year increase, supported by EBITDA growth, higher financial income, and tax benefits, reflecting efficient cash and capital structure management.

Net income in 4Q26 totaled R\$ 39.9 million (-5.1% vs. 4Q25), mainly reflecting the EBITDA decline in the quarter, driven by accelerated operational and commercial investments associated with the expansion of the innovation pipeline and the strengthening of growth initiatives.

Net Margin reached 46.0%, expanding by 4.4 p.p., reflecting operational gains and greater operating leverage, with expense dilution driven by revenue expansion.

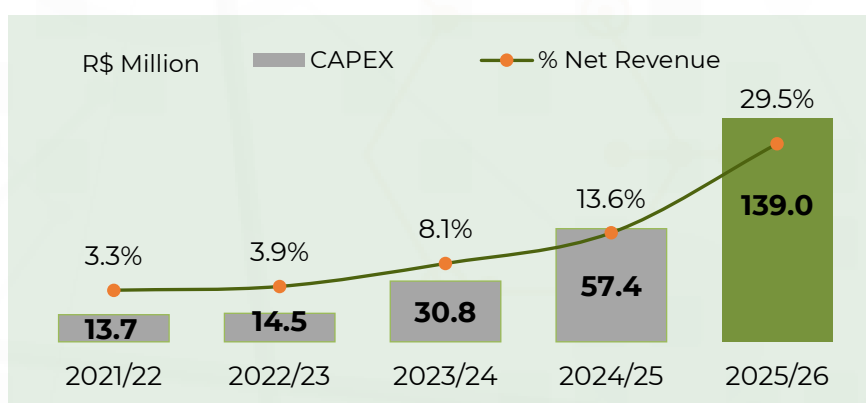


CAPEX

R\$ thousand	4Q26	4Q25	Var. R\$ thousand	Var. %	2025/26	2024/25	Var. R\$ thousand	Var. %
Operational improvement	19,631	15,266	+4,365	+28.6%	39,082	26,648	+12,434	+46.7%
Modernization/Expansion	37,162	13,926	+23,236	+166.9%	99,946	30,717	+69,229	+225.4%
Total CapEx	56,793	29,192	+27,601	+94.5%	139,028	57,365	+81,663	+242.4%
% of Net revenue	46.9%	25.7%	-	+21.2 p.p.	29.5%	13.6%	-	+15,9 p.p.

In crop year 2025/26, CAPEX investments totaled R\$ 139.0 million, an increase of 242.4% compared to 2024/25, with investments primarily directed to the UPS (Synthetic Seed Production Unit), supporting the future commercial scale-up of Synthetic Seeds platform.

The remaining investments were allocated to the acquisition of agricultural machinery for field management, the expansion of infrastructure at development hubs, and advanced laboratory equipment, which enable the advancement of R&D initiatives, reinforcing the Company's technical capacity.



Net Cash

R\$ thousand	4Q26	3Q26	2Q26
Indebtedness			
Loans and financing ⁽¹⁾	179,731	179,865	179,710
Cash and financial investments ⁽²⁾	681,389	772,107	585,670
Net cash	501,658	592,242	405,960
EBITDA (last 12 months)	218,721	225,835	222,753
Net cash/Operating EBITDA	2.3x	2.6x	1.8x

(1) We signed on 08/20/2023 a financing agreement with Finep for up to R\$ 180 million, with the first tranche of R\$ 75 million disbursed in October 2023, the second tranche of R\$ 60 million on July 10, 2024, and the third and final tranche of R\$ 44.6 million on July 23, 2025.

(2) We signed in 12/24 3 (three) grant agreements with Finep, with a total value of R\$ 72.6 million.

The Company ended crop year 2025/26 with net cash of R\$ 501.7 million, reinforcing its financial strength and the ability to sustain the research and development investments planned for the coming years.

Revenue from Future Crop Years

In accordance with accounting standards under CPC 47 and IFRS 15, revenues may be recognized upon verification of existence in the field and subsequent use by customers, and future revenue from ratoons that will likely remain in the sugarcane field until the end of the productive cycle and subsequent area renovation cannot be recognized.

However, sugarcane is a semi-perennial crop, meaning that after planting, it is harvested several times before being replanted, with a productive cycle averaging six years with five harvests. Therefore, after planting, the sugarcane crop allows successive consecutive harvests, depending on several factors such as: varieties, soil and water management, and climate.

The crop is called plant cane at its first harvest; ratoon or second leaf at the second; and second ratoon or nth-order leaf in the remaining harvests until the last harvest, thus completing the planted cane cycle, when the sugarcane field is renovated.

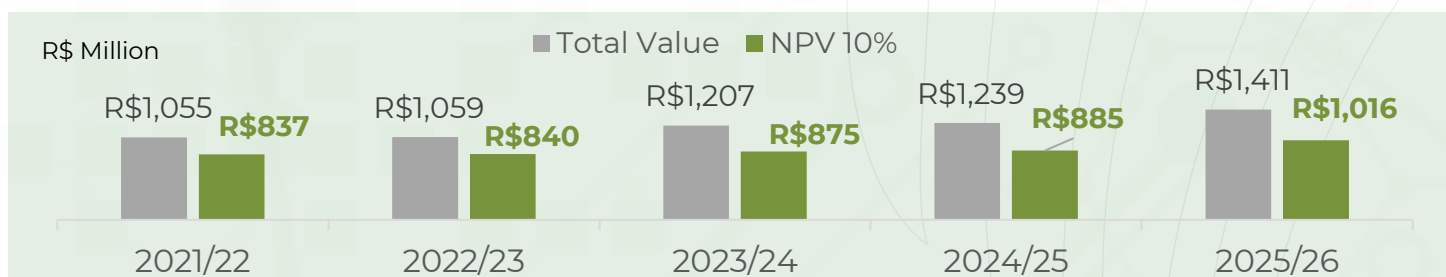
Our analyses are based on the assumption that the ratoon allows, on average, five harvests in consecutive crop years until its exhaustion, with crop management being entirely the responsibility of the customers.

The Company enters into open-ended licensing agreements with its customers for the right to use CTC-owned cultivars. Based on the established contracts, the future commitment will only cease to exist if the grower eradicates the crop.

There is, therefore, a future revenue generation with an extremely high potential for materialization - given that it does not depend on new plantings

Based on our estimates, future revenues from remaining harvests in the field total R\$ 1,016 million at present value as of March 31, 2026, as shown below:

In R\$ million	2026
Estimated revenue from future crop years	1,411
Of which to be recognized within 2 years	826
Of which to be recognized between 3 and 5 years	585
NPV of cash flow @10.5% (Real rate)	1,016



The Company used the following assumptions to calculate the present value of future revenue:

- No new plantings of CTC varieties in the five years related to the harvests;
- “Amortization”: Five harvests (crop years) of cultivation areas with existing CTC varieties;
- Present value adjustment considering a real discount rate of 10%;
- Right to collect royalties for the duration of the cultivar protection period.

Relationship with Independent Auditors

In compliance with CVM Instruction No. 381, dated January 14, 2003, regarding the requirement for audited entities to disclose information about the provision of services other than external auditing by the independent auditor, CTC reports that the Company's policy for engaging non-audit services with its independent auditors aims to ensure the absence of conflicts of interest, loss of independence or objectivity, and is based on principles that preserve auditor independence.

The financial statement audit and quarterly review (ITR) work related to the fiscal year ended on March 2026 (4Q26) were performed by KPMG Independent Auditors, which did not provide non-audit-related services during the period.



Disclaimer

This material is proprietary to Centro de Tecnologia Canaveieira S/A and may not be reproduced or disseminated, in whole or in part, without our prior written consent. The statements contained herein are projections and estimates ("forward-looking statements", as defined in Section 27A of the U.S. Securities Act of 1933 and its subsequent amendments.

Therefore, they are solely expectations of our management regarding the future of the Company and our business, made based on circumstances and information available as of this date and without any guarantee of actual results/performance or obligation to update. Although based on reasonable assumptions, such projections are subject to various risks and uncertainties, such as, but not limited to: (1) general economic, political, demographic, and commercial conditions affecting the sector and countries in which we operate; (2) inflation, depreciation, and devaluation of the Brazilian real; (3) changes in the competitive landscape (especially, but not limited to, the ethanol and sugar sector); (4) our ability to implement our capital investment plan, including our ability to obtain financing when necessary and on reasonable terms; (5) our ability to compete and conduct our business in the future; (6) changes in consumer demand; (7) changes in our business; (8) government interventions resulting in changes to the economy or legislation (regulatory, tax, among others) that may affect our business; and (9) other factors that may affect our financial condition, liquidity, and operating results.

The financial information was prepared in accordance with the rules of CVM (Brazilian Securities and Exchange Commission) and theCPCs (Brazilian Accounting Pronouncements Committees) and are in compliance with international accounting standards (issued by theInternational Accounting Standard Board) and in accordance with the accounting practices adopted in Brazil.

Consolidated Balance Sheet

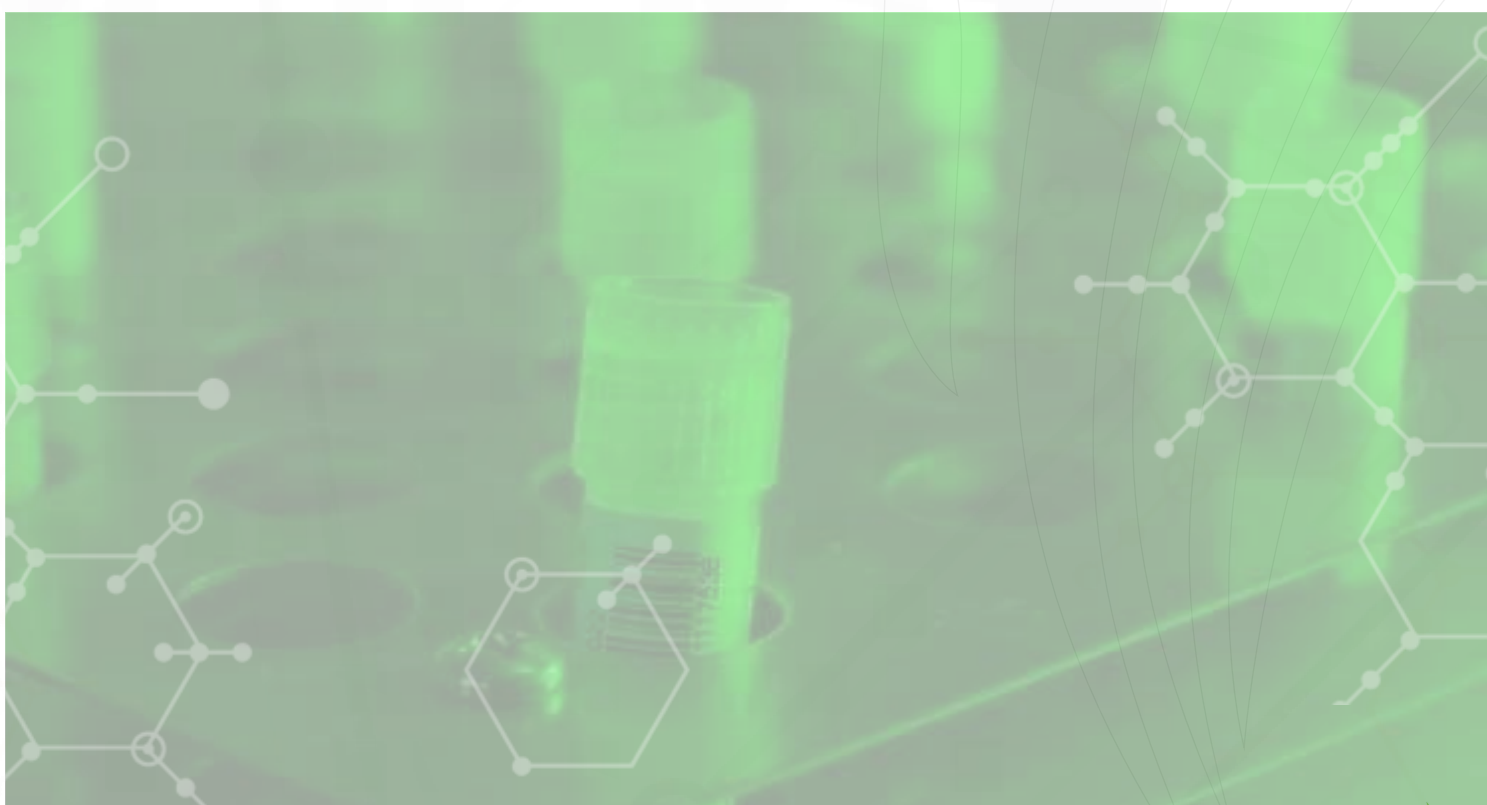
ASSETS - R\$ thousand	4Q26	3Q26	2Q26	1Q26
Cash and cash equivalents	327,031	298,259	310,937	339,539
Financial investments	354,358	473,849	274,733	194,474
Accounts receivable	6,287	15,068	84,134	118,979
Inventories	22,599	20,044	11,994	9,302
Recoverable taxes	8,284	15,413	23,750	14,657
Other assets	10,378	10,881	13,345	12,136
Total current assets	728,937	833,514	718,893	689,087
Accounts receivable	24,246	23,998	22,773	23,487
Other receivables	11,581	12,343	12,779	12,956
Judicial deposits	993	1,079	1,143	1,182
Recoverable taxes	10,925	9,187	5,689	7,147
Deferred tax assets	27,642	26,300	26,266	29,906
Total long-term receivables	75,387	72,907	68,650	74,678
Property, plant and equipment	250,751	200,622	166,804	150,263
Right-of-use assets	36,375	39,817	33,967	33,776
Intangible assets	628,076	592,340	568,985	550,163
Total non-current assets	990,589	905,686	838,406	808,880
Total assets	1,719,526	1,739,200	1,557,299	1,497,967
LIABILITIES - R\$ thousand	4Q26	3Q26	2Q26	1Q26
Trade payables	49,558	20,105	14,190	16,531
Lease liabilities	13,060	13,365	9,662	10,572
Loans and financing	749	788	538	676
Taxes and contributions payable	2,911	1,016	1,057	1,192
Salaries, vacation and payroll charges	53,233	43,134	41,441	56,983
Dividends payable	46,684	1,488	1,488	51,098
Deferred revenue	-	121,039	14,271	-
Post-employment benefits	914	957	957	957
Other payables	1,248	1,206	1,300	1,146
Total current liabilities	168,357	203,098	84,904	139,155
Lease liabilities	23,648	13,365	23,675	22,442
Loans and financing	178,982	788	179,172	134,672
Post-employment benefits	6,349	5,889	5,889	5,889
Deferred grant revenue	54,733	32,490	32,538	32,731
Provision for legal proceedings	364	780	431	650
Total non-current liabilities	264,076	245,213	241,705	196,384
Shareholders' equity				
Share capital	812,203	812,203	812,203	812,203
Capital reserve	22,048	20,535	19,968	19,464
Legal reserve	46,028	35,204	35,204	35,204
Tax incentive reserve	48,436	23,571	23,571	23,571
Equity integrity reserve	355,818	220,229	220,229	220,229
Other comprehensive income	2,560	2,589	2,502	2,580
Income for the period	-	176,558	117,013	49,177
Total shareholders' equity	1,287,093	1,290,889	1,230,690	1,162,428
Total liabilities	432,433	448,311	326,609	335,539
Total liabilities and shareholders' equity	1,719,526	1,739,200	1,557,299	1,497,967

Consolidated Cash Flow Statement

R\$ thousand	2025/26	2024/25
Cash flows from operating activities		
Net income for the period	216,474	175,677
Adjustments for:		
Depreciation and amortization	55,347	49,534
Provision (reversal) for expected credit losses	8,054	7,850
Provision for profit sharing	25,163	24,086
Provision for legal proceedings	(286)	(712)
Share-based compensation	6,545	6,823
Interest accruals	8,727	5,090
Provision for post-employment benefits	-	(26)
Tax credits and adjustments	(10,030)	-
Biological assets	-	1,204
Income tax and social contribution	720	433
Gain (loss) on asset disposal	998	382
	311,712	270,341
Changes in assets and liabilities		
Accounts receivable	(4,809)	2,906
Inventories	(13,222)	1,796
Recoverable taxes and current tax assets	57,436	(15,890)
Other assets	(4,053)	2,257
Judicial deposits	193	267
Trade payables	25,067	2,681
Taxes and contributions payable and current tax liabilities	1,567	(1,288)
Salaries, vacation and payroll charges payable	(21,298)	(17,655)
Deferred revenue	-	-
Government grants	21,856	32,877
Other payables	628	(380)
Cash used in operating activities	375,077	277,912
Taxes paid	(34,263)	(10,274)
Interest paid	(8,643)	(4,905)
Net cash from operating activities	332,171	262,733
Investments and redemptions of financial instruments	(49,741)	(10,441)
Acquisitions of property, plant and equipment	(139,028)	(57,365)
Intangible assets	(121,287)	(107,250)
Net cash from investing activities	(310,057)	(175,056)
Lease amortization	(14,216)	(13,562)
Dividends	(49,609)	(36,511)
Borrowings raised	44,595	59,460
Borrowings repaid	(380)	(168)
Net cash from financing activities	(19,610)	9,219
Effects of exchange rate changes on cash and cash equivalents	(249)	477
Increase/(Decrease) in cash and cash equivalents	2,256	97,373
Cash and cash equivalents at beginning of period	324,775	227,402
Cash and cash equivalents at end of period	327,031	324,775
Increase/(Decrease) in cash and cash equivalents	2,256	97,373

Consolidated Result

R\$ thousand	4Q26	4Q25	2025/26	2024/25
Net operating revenue	120,977	113,525	470,580	422,648
Cost of research and services rendered	(46,384)	(41,932)	(156,249)	(139,293)
Gross profit	74,593	71,593	314,331	283,355
Selling, general and administrative expenses	(41,937)	(34,628)	(142,903)	(126,874)
Other operating income (expenses)	(7,328)	(5,002)	(916)	(23,645)
Operating income before net financial income (expenses) and taxes	25,328	31,963	170,512	132,836
Financial income	27,898	21,610	98,646	65,785
Financial expenses	(5,983)	(3,405)	(17,501)	(12,113)
Foreign exchange variation, net	(124)	126	(200)	(124)
Net financial income	21,791	18,331	80,945	53,548
Income before income tax and social contribution	47,119	50,294	251,457	186,384
Income tax and social contribution:				
Deferred	1,341	1,594	(720)	(433)
Current	(8,544)	(9,846)	(34,263)	(10,274)
Net income for the period	39,916	42,042	216,474	175,677



About CTC

We are a BIOTECHNOLOGY AND GENETICS company focused on PRODUCTIVITY GAINS in sugarcane.

CTC – Centro de Tecnologia Canavieira is a global leader in genetic improvement and technological solutions for the sugar-energy sector. With over five decades of operations, the Company is a benchmark in value creation through increased sugarcane productivity, supporting its clients and the sustainable development of the sector. Recognized worldwide for its excellence in applied research, biotechnology, and innovation, CTC operates in an integrated manner across the entire sugarcane value chain, connecting science, technology, and operational reality.

During the 1st CTC Day, the Company announced a new cycle of technological advances, highlighting the pre-launch of the CTC Advana Series, which represents a significant leap in conventional genetic improvement, reaching new levels of productivity. At the same event, the TECNA brand was introduced, developed in partnership with clients. The new brand encompasses regional varieties designed to maximize agronomic adaptation and operational gains across different territories, strengthening the connection between applied science and real-world demands.

Reaffirming its pioneering spirit — initiated in 2017 with the launch of the world's first transgenic sugarcane — CTC presented the VerdPRO2 platform, which integrates the new generation of traits with dual protection: resistance to the sugarcane borer and to herbicides. This technology represents an important step in consolidating the Company's biotechnology portfolio. The innovation pipeline continues to advance with the development of new traits, including promising solutions against *Sphenophorus*, an emerging pest that has been causing increasing impacts on productivity.

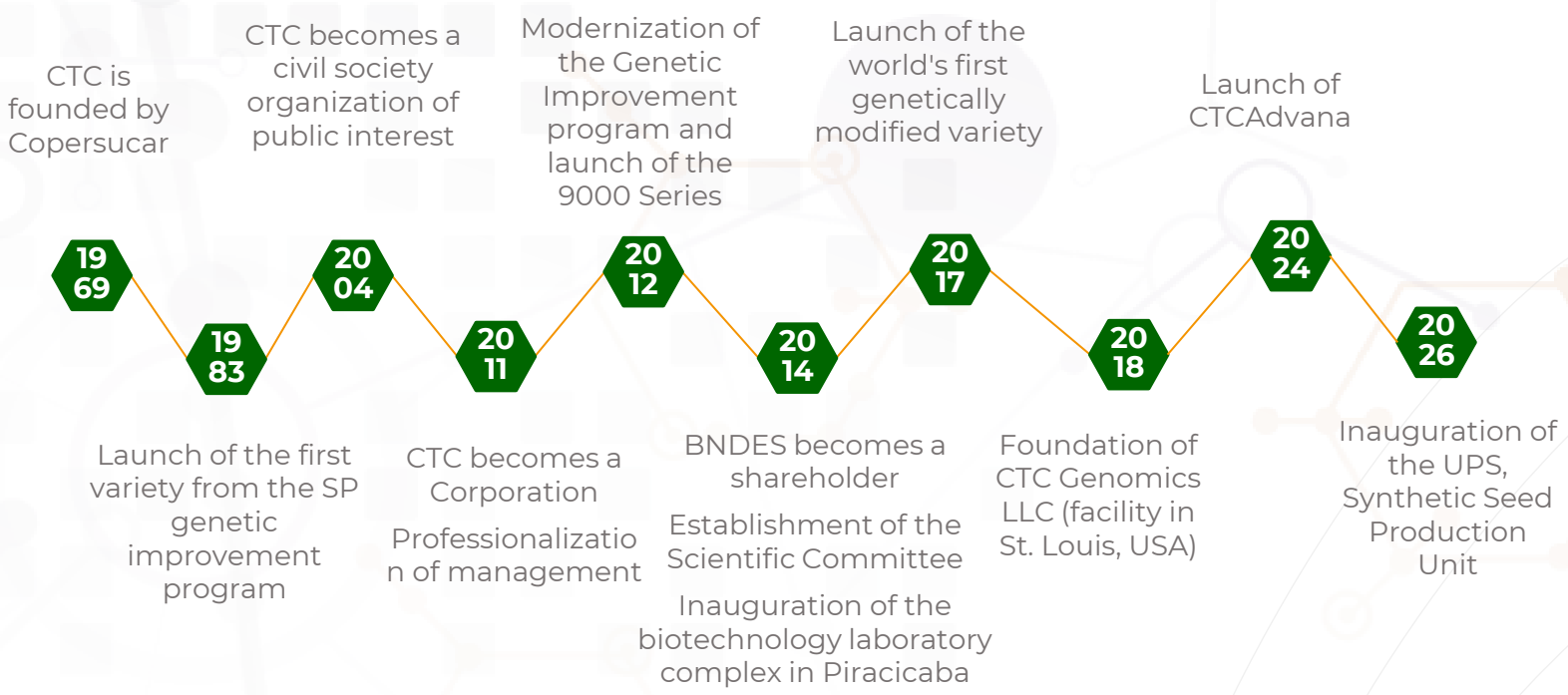


CTC's commitment to transforming sugarcane agriculture is also reflected in the innovative Synthetic Seeds project. In 2025/26, the Company inaugurated the UPS, a Synthetic Seed production unit, which brings industrial scale to field trials. In parallel, the planter prototype advanced significantly, bringing commercial viability closer for a new, more efficient planting system with improved plant health, faster renewal, and operational gains.

With the world's largest sugarcane germplasm bank, the use of technologies such as genomic selection, and the operations of CTC Genomics in the United States, focused on genome editing, strengthen the development of new varieties adapted to different producing regions. Today, with a broad product portfolio, the Company offers a complete solution for management across all sugarcane-producing regions. Products are divided into 2 brands: under the CTC brand are high performance varieties driven by innovation and technology, divided into 2 series: 9000 Series and CTC Advana. Under the TECNA brand, products are offered that generate value through regionalized solutions.

With operations oriented toward client needs and the strengthening of the sector, CTC continues to lead the technological transformation of sugarcane. Through the continuous delivery of high value-added solutions, the Company reaffirms its commitment to driving productivity, competitiveness, and sustainability in the sugar-energy sector.

History



Business Model

The collection of royalties for the use of proprietary technologies is based on the continuous effort to protect Intellectual Property (IP) and on the use of the Plant Variety Protection Law.

In our pricing model, the productivity of varieties is measured against the best alternatives available in the market. The productivity difference (in TAH/ha) is converted into additional net margin, and royalties correspond to one-third of the additional margin.

This value is translated into a price per hectare for each planted variety, providing a constant and highly predictable revenue stream for the Company, considering the semi-perennial nature of the sugarcane cycle.



Value-sharing policy alinhada junto aos clientes (1/3 CTC – 2/3 Clientes)



Price set in R\$/ha, adjusted annually for inflation



Patent protection and Plant Variety Protection Law



Highly recurrent and predictable revenue stream

TAH – Tons of Sugar per Hectare



Events and Awards

Inauguration of the UPS — Synthetic Seed Production Unit

We inaugurated the world's first Synthetic Seed Production Unit for sugarcane, a milestone for CTC and the sugar-energy industry.

The Unit enables a new planting system, replacing the traditional model with a lighter, standardized, precision-driven operation at scale — directly linked to field productivity gains.



#1 GPTW Agribusiness Ranking

We ranked #1 among the Best Companies to Work For in Agribusiness, according to the Great Place to Work® agro ranking.

It is our people who bring our culture to life, collaborating, innovating, evolving, and delivering results, turning knowledge into solutions that drive the sugar-energy industry forward.

We thank all our employees and partners for being part of this journey.



Visão Agro Genetic Improvement and Globo Rural Best in Agribusiness Awards

CTC was recognized by the 22nd Visão Agro Brasil Award as the country's leading company in Sugarcane Genetic Improvement.

Additionally, CTC once again claimed first place in the Agricultural Services and Technology category of the Best in Agribusiness awards, hosted by Globo Rural.



CTC Launches the Esfera Initiative

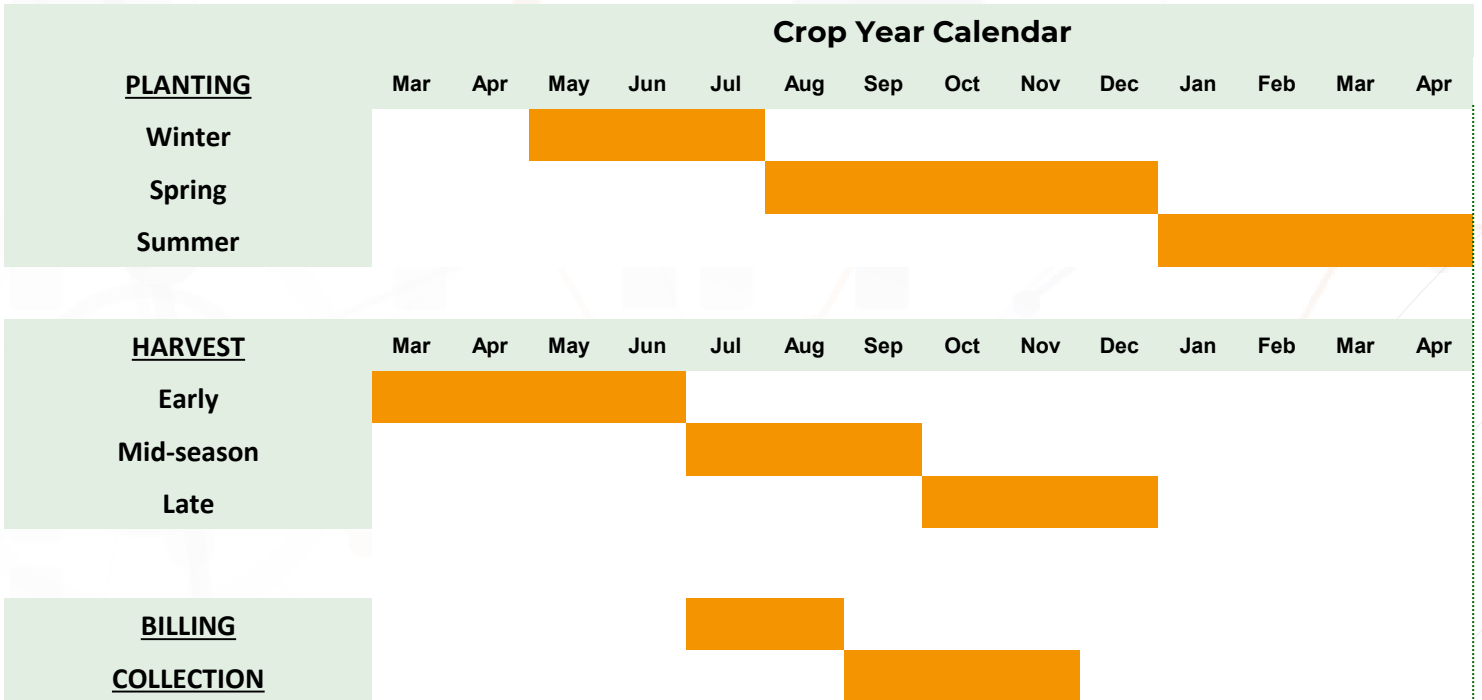
Driven by CTC, the sugar-energy industry gained a new collaborative movement: Esfera. The initiative was created as a space for connection, dialogue, and innovation across the entire sugarcane value chain, bringing together scientists, consultants, growers, and industry associations.

Its goal is to address the major challenges in the field — particularly in planting and crop management — and turn technical knowledge into solutions that enhance productivity and sustainability.





Crop Year Calendar and Glossary



Glossary

TAH (Tons of Sugar per Hectare): Productivity metric indicating how many tons of sugar are produced per cultivated hectare. Its purpose is to measure field sugar production efficiency and compare varieties.

TCH (Tons of Sugarcane per Hectare): Amount of sugarcane harvested per hectare of planted area. It evaluates the gross raw material yield per area, before processing.

ATR (Total Recoverable Sugar): Percentage of extractable sugar from sugarcane, calculated relative to the weight of the raw material. It is a sugarcane quality indicator, determining the sugar production potential per ton of sugarcane.

Conventional Genetic Improvement: Process of controlled crossbreeding and selection of plants with desired traits over several generations.

Biotechnology: Application of genetic engineering techniques, cells, and molecules to create or enhance organisms (such as transgenic plants).

Early Harvest: Refers to harvesting at the beginning of the crop season, typically between April and June, depending on the region. Strategic for ensuring mills begin crushing operations.

Mid-Season Harvest: Occurs during the intermediate period of the crop season, typically between July and August, and usually represents the largest portion of the season's crushing.

Late Harvest: Carried out at the end of the crop season, between September and November (or up to December, depending on the region). Requires varieties with good tolerance to long cycles and technological stability.



IR Contact

Paulo Geraldo Polezi

CFO

+55(019) 3429.8199

ri@ctc.com.br



CTC

CENTRO DE
TECNOLOGIA CANAVIEIRA



Opinions and Statements / Opinion of the Supervisory Board or Equivalent Body

Not applicable, as the Company's Fiscal Council is non-permanent and, as of this date, has not been constituted. The Financial Statements are approved by the Board of Directors.

Opinions and Statements / Summarized Report of the Audit Committee (statutory, as provided for in specific CVM regulation)

Minutes and Report of the Ordinary Meeting of the Audit Committee held on May 8, 2026

Attendees: Pedro Wongtschowski, Flávio César Maia Luz, Marcelo Mendonça, Cesar Barros (CTC), Paulo Polezi (CTC), Danilo Santos (CTC), Evandro Ferreira (CTC), Danielle Souza (CTC), Ricardo Pigatto (KPMG).

Deliberations:

1 - Financial Statements as of March 31, 2026 (KPMG): Ricardo Pigatto, KPMG Partner, presented the draft audit report and results of the audit of the individual and consolidated financial statements for the period ended March 31, 2026. Mr. Pigatto confirmed that an unqualified audit opinion will be issued.

2 - Managerial Results Presentation (CTC): Evandro Ferreira presented the key highlights of the harvest closing. He also provided an analysis of the Financial Statements and reviewed the principal variances between actual and budgeted results, noting no material deviations.

3 - Update on Corporate Policies (CTC): Danilo Santos presented the principal amendments to the Corporate Policies to ensure regulatory compliance and adherence to new regulatory requirements. The Committee members agreed to forward the documents and amendments to the Board of Directors for review and approval.

4 - Internal Audit Activities Monitoring (CTC): Danielle Souza presented the status of audit findings from the prior harvest period, as well as the governance framework and management model for audit observations and corresponding action plans. She also presented an update to the Corporate Risk Matrix and the proposed Internal Audit Plan for Harvest 26/27. The Committee members resolved to recommend the Risk Matrix and Internal Audit Plan to the Board of Directors.

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Consolidated and parent company financial statements | March 31, 2026



Opinions and Statements / Opinion or Summarized Report, if applicable, of the Audit Committee (statutory or not)

The Audit Committee of CTC – Centro de Tecnologia Canavieira S.A., under the legal provisions, hereby declares that it has reviewed and unqualifiedly endorses the Financial Statements for the fiscal year ended March 31, 2026, recommending to the Board of Directors its approval.

Piracicaba, May 8, 2026

CTC - Centro de Tecnologia Canavieira S.A.

Consolidated and parent company financial statements | March 31, 2026



Opinions and Statements / Executive Officers' Statement on the Financial Statements

According to the provisions of CVM Instruction 480/09, the Executive Board declares that it has discussed, reviewed, and agreed with the financial statements for the fiscal year ended March 31, 2026, and with the opinions expressed in the independent auditors' report.

Piracicaba, May 27, 2026

Massimiliano César de Barros Júnior - CEO

Paulo Geraldo Polezi – Investor Relations Officer



Opinions and Statements / Executive Officers' Statement on the Independent Auditor's Report

The Executive Officers of CTC Centro de Tecnologia Canavieira S.A. hereby declare that they have reviewed and discussed the opinion of the independent auditors and approved said document.

Piracicaba, May 27, 2026

Massimiliano César de Barros Júnior - CEO

Paulo Geraldo Polezi – Investor Relations Officer